

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**Jaime Magalhães Morais**

**Memórias de Tabaréus: trabalho e lazer nos tabuleiros de Feira de Santana  
– Bahia (1950 – 1990)**

Vitória da Conquista – Bahia  
Fevereiro de 2016

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB  
Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

**Jaime Magalhães Morais**

**Memórias de Tabaréus: trabalho e lazer nos tabuleiros de Feira de Santana  
– Bahia (1950 – 1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia–UESB, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas.

Orientador: Prof. Dr. José Alves Dias

Vitória da Conquista - Bahia  
2016

Morais, Jaime Magalhães

M827m Memórias de tabaréus: trabalhos e lazer nos tabuleiros de Feira de Santana (1950-1990); orientador Prof. Dr. José Alves Dias. Vitória da Conquista, 2016.  
107 f.

Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

1. Negro. 2. Memória. 3. Discurso. 4. Representação 5. *Outdoor*. I. Dias, José Alves. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título:

Título em inglês: Memories of tabaré: works and leisure in the trays of Feira de Santana (1950-1990).

Palavras-chaves em inglês: Tabaréu. Tabuleiro. Memory.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Alves Dias (Orientador), Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa (titular), Prof. Dr. Clóvis Frederico Rumaiana Moraes Oliveira (titular).

Data da defesa: 22 de fevereiro de 2016.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Jaime Magalhães Morais**

**Memórias de tabaréus: Trabalhos e lazer nos tabuleiros de Feira de Santana- Bahia (1950-1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 22 de fevereiro de 2016.

**Banca Examinadora:**

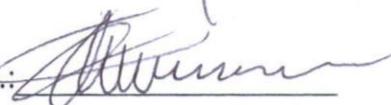
Prof. Dr. José Alves Dias (Presidente)  
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa  
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira  
Instituição: UNEB

Ass.: 

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, meus irmãos, amigos, conterrâneos, a minha esposa, aos meus filhos e a todos que acreditaram no sucesso desta pesquisa. Sem vocês não seria possível concluir esta obra.

## AGRADECIMENTOS

O trajeto percorrido entre a seleção até a defesa foi relativamente rápido, comparado aos outros anos que haviam se passado e amadurecíamos a pesquisa. Alguns amigos foram marcantes nesse período por me incentivarem a buscar a continuidade da vida acadêmica através de cursos de pós-graduação.

Nesse sentido, minha mãe Antonieta Carneiro, meus irmãos Maria José, Lília Mercedes, Paulo Jorge, Luis Rogério, Péricles, Antonio Israel, Manoel Jailson, Bernadete, Maria Célia e Gilisberto contribuíram decididamente com seus questionamentos, anteriormente e durante toda a trajetória do curso. Não posso deixar passar a oportunidade de mencionar Dirceia Moraes e a minha cunhada Maria da Conceição Flor, ambas sempre com a mão estendida quando mais precisei. Muito grato!

Robérico Celso e João Marcelo, ambos pertencentes ao quadro efetivo de professores da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), particularmente foram muito mais que colaboradores, se revelando amigos, o que muito me honra. Aos professores e alunos da Escola do Centro de Assistência Social Santo Antônio (ECASSA), os quais me deram ânimo para seguir rumo a esta meta, meus sinceros agradecimentos. Durante o curso, além de agradecer pela dedicação dispensada pelos professores do quadro das disciplinas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), agradeço também ao professor Dr. José Alves Dias pela segura orientação, sempre generoso em seus comentários, e por ter acreditado neste projeto. Aos colegas de disciplina, que muito contribuíram expondo as suas críticas, e às meninas do colegiado, Vilma Borges, Tâmara Marinho e Andréia Santos, pela colaboração no serviço burocrático e pelos cafezinhos estimulantes, o meu muito obrigado!

Aos depoentes: Divaldo Portugal, João Pereira (*in memoriam*), Antonio Raimundo, Raimundo Gama, Maria Moreira, Arlinda Cruz, Edmundo José, Mário Lima, José Carlos, Antonio Ribeiro, Jurandir dos Santos e Elias Gomes pela confiança e desprendimento durante as entrevistas que se constituíram em fontes desta pesquisa. A todos, meus maiores agradecimentos e espero retribuir, na medida do possível, a boa receptividade.

## RESUMO

O tabaréu é o indivíduo que, tendo herdado e mantido os hábitos da miscigenação entre indígenas, judeus e ciganos, ainda vive no tabuleiro – região propícia ao sedentarismo em razão das características da vegetação e dos riachos existentes. A identificação como tabaréu é uma forma discriminatória e pejorativa de tratar aqueles que habitam fora do litoral, dos centros urbanizados e/ou fazem uso de termos coloquiais. Assim como os Tapuias Paiaiás, grupo indígena que ocupava os sertões da Bahia, os tabaréus foram distinguidos por seus hábitos e vivências, tornando-se caricaturas regionais. Assim, o presente texto tem como objetivo analisar a memória dos habitantes de parte do atual município de Feira de Santana e seus arredores, especialmente os das cidades de Santa Bárbara e Tanquinho, localizadas no Estado da Bahia. Essa região e seus territórios contíguos, eventualmente abrangidos pela pesquisa, serão denominados de tabuleiro feirense, e os indivíduos que as ocupam serão identificados como tabaréus, tendo em vista a forma como os sertanejos dessa região são reconhecidos. Propõem-se, aqui, conhecer o cotidiano dos tabaréus, por intermédio de suas memórias, e analisar se eles, ao longo de sua vivência, se constituíram como um grupo social e elaboraram uma memória coletiva própria sobre suas condições de trabalho, subsistência e lazer. A investigação teve como fonte principal 12 depoimentos cedidos por moradores da zona urbana e rural, dos municípios acima referidos, na faixa etária entre 53 e 93 anos. A pesquisa demonstrou que os tabaréus, remanescentes no tabuleiro feirense, guardam memórias mais ou menos estabelecidas entre os anos 1950 e 1990, as quais se caracterizam como uma forma de identidade assumida, não obstante a depreciação de sua cultura. Muitos, já integrados à zona urbana – vivendo na periferia das cidades, em condições deficitárias –, ainda preservam a memória dos costumes tabaréus e assumem com naturalidade a alcunha de um grupo que encontrou no relevo, na hidrografia, na linguagem, no trabalho e no lazer um ponto comum de identidade. As memórias que permanecem, no entanto, estão desaparecendo com as gerações atuais, memórias estas que, em função das dificuldades de se manterem no meio rural, se diluem em novas formas de migração ou na imposição de novos hábitos e novas tecnologias no espaço urbano, o que condiciona distanciamento e falta de contato com seus marcos de memória, legando ao esquecimento toda uma tradição.

**Palavras chave:** Tabaréu. Tabuleiro. Memória.

## ABSTRACT

The Tabaréu is the individual who, having inherited and maintained the habits of miscegenation between Indians, Jews and Gypsies, still lives on the board - friendly region sedentary lifestyle because of the vegetation characteristics and existing streams. The identification as Tabaréu is a discriminatory and derogatory way to treat those who live off the coast of urbanized centers and / or make use of colloquial terms. Just as Tapuias Paiaias, indigenous group that occupied the backlands of Bahia, the tabaréus were distinguished by their habits and experiences, becoming regional cartoons. Thus, this paper aims to analyze the memory of the part of residents of the current city of Feira de Santana and its surroundings, especially the cities of Santa Barbara and Tanquinho, located in the State of Bahia. This region and its adjacent regions, possibly covered by the survey, will be called Feirense board, and the individuals who occupy them are identified as tabaréus, considering how the hinterland of this region are recognized. , Is proposed here, know the daily life of tabaréus, through their memories and to see whether they, throughout its existence, they are constituted as a social group and developed its own collective memory of their working conditions, living and leisure. The research had as main source 12 testimonials assigned by residents of urban and rural areas, the above municipalities, aged between 53 and 93 years. Research has shown that tabaréus, remaining at Feirense board, hold more or less established memories between the years 1950 and 1990, which are characterized as a form of identity assumed, despite the depreciation of their culture. Many, already integrated into the urban area - living on the outskirts of cities, in poor conditions - still preserve the memory of tabaréus customs and take naturally the nickname of a group that met in relief, the hydrography, language, work and leisure a common point of identity. The memories remain, however, are disappearing with current generations, memories such that, due to the difficulties to remain in rural areas, are diluted in new forms of migration or the imposition of new habits and new technologies in the urban space, which affects distance and lack of contact with their memory landmarks, bequeathing to oblivion a tradition.

**Keywords:** Tabaréu. Tabuleiro. Memory.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura – 1 Brasil divisão Política: destaque para o Estado da Bahia	20
Figura – 2 Principais Municípios da Bahia	21
Gráfico – 1 Proporção entre os depoentes residentes na zona urbana e rural	83
Figura – 3 Localização de origem dos depoentes	85
Quadro – 1 Qualificação dos depoentes	87
Gráfico – 2 Ocupação dos depoentes residentes na zona urbana e rural	88

## GLOSSÁRIO

**Andu:** Espécie de feijão também chamado guandu, cujas folhas caídas são fertilizantes.

**Arreio:** Acessórios dos animais de carga e montaria.

**Bodega:** Pequeno estabelecimento de comércio de secos e molhados.

**Cabaça:** Fruto da cabaceira utilizado como vasilhame depois de seco e retiradas as sementes.

**Cabeçada:** O mesmo que cabeção. Cabresto de couro bovino que reveste a cabeça dos animais de montaria, composto de metais fixados mediante costura, que podem se constituir da brida ou freio exterior sobre o focinho.

**Carpir:** O mesmo que capinar, mondar. Limpar o solo.

**Cava:** Área escavada no solo sob a forma de plano inclinado.

**Despachar:** Refere-se ao trabalho de parto dos animais, cuja placenta ainda retida é expulsa do organismo.

**Destoca:** Arrancar tocos e cepas de árvores, carpir ervas daninhas das pastagens.

**Esterco:** Excremento animal usado como adubo.

**Guarda loro:** Proteção das pernas do cavaleiro do contato com o abdômen da montaria para evitar que a transpiração do animal manche as roupas.

**Guarda peito:** Acessório do vaqueiro para evitar ferimentos de ramagens no pescoço.

**Guarimpo:** Escavação de áreas propícias ao acúmulo de água. Serviço de construção de açudes e tanques usando o trabalho braçal.

**Lavrar:** Endireitar os troncos de madeira, sob a forma de arestas. Aplinar, preparar a madeira.

**Licurizeiro:** Palmeira silvestre comum à caatinga, cujos frutos podem ser consumidos sob a forma natural, revestidos de polpa adocicada (dendê) quando maduro, e quando seco as amêndoas quebradas podem ser usadas como matéria prima para doces, ou consumidas normalmente. Suas palmas também servem de forragem aos bovinos em tempos de escassez.

**Loro:** Correia de couro que sustenta o estribo na sela.

**Lua da sela:** Parte da sela na qual o vaqueiro recosta sentado.

**Mangalô:** Leguminosa cujas vargens dão grãos bastante apreciados.

**Manocar:** Enfeixar num mesmo volume várias folhas de tabaco para, posteriormente, transformá-lo em corda.

**Merma:** Manchas escuras que surgem em cereais como o feijão, proveniente do excesso de umidade que podem levar ao apodrecimento dos grãos.

**Moleque:** Designação característica dada a dois paus fincados e amarrados entre si que seguram as ramas colhidas do feijão para evitar contato com o solo e umedeça.

**Paiaia:** Tribo Gê que vivia na área central do semiárido baiano no período colonial, mais conhecido por sertão de cima, separado pelo rio Paraguaçu que na margem direita levava em contraposição a designação de sertão de baixo.

**Pindoba:** Palma de licurizeiro.

**Polainas:** Peça de vestuário que protege as pernas e parte superior do pé.

**Porrão:** Vasilha de cerâmica de grande proporção, apropriada para armazenar água.

**Pote:** Utensílio doméstico feito de cerâmica, usado para transporte e armazenagem de água.

**Purga de batata:** Purgativo silvestre, obtido a partir da coleta do tubérculo da trepadeira usado na medicina caseira.

**Rebenque:** Chicote.

**Rinha:** Local apropriado às competições de briga de pássaros e galos de raça treinados, que tem acomodações para afeiçoados apostadores e tambores forrados para proteção dos animais envolvidos.

**Sericória:** Sapo não catalogado que normalmente coaxa durante grandes enchentes.

**Tabuleiro:** Área pouco rica em material orgânico, no período colonial conhecida por “terra fraca” constituída de platôs com pouca elevação, em geral arenoso e de vegetação rasteira.

**Taburéu:** Designação Tupinambá aos não Tupis, ou estrangeiros, indivíduo “Tabura” ou Tapuia, conforme Gabriel Soares de Souza, na obra, *Tratado Descritivo do Brasil*. Corruptela resignificada pelos europeus sob a forma de tabaréu.

**Triângulo:** Instrumento de percussão composto de duas peças, bastante difundido no nordeste brasileiro.

**Umbuzeiro:** O mesmo que imbuzeiro. Árvore copada, própria da caatinga, de folhas penadas, flores minutas, com tubérculos de reservas de água nas raízes e frutos comestíveis.

**Xiquexique:** Cactáceo característico das caatingas, cujo caule é um cladódio sem folhas, espinhoso, rico em água.

**Zabumba:** Instrumento de percussão. Tambor.

**Zabelê:** Ave brasileira da família tinamídeos, voo curto e habitante das caatingas.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 AS ORIGENS DO TABARÉU NO TABULEIRO</b> .....	16
2.1 AS RAÍZES COLONIAIS DO TABARÉU .....	16
2.2 O TABULEIRO FEIRENSE .....	21
2.3 CARACTERÍSTICAS E MODIFICAÇÕES NA REGIÃO DO TABULEIRO .....	24
<b>3 O COTIDIANO DO TABARÉU NO TABULEIRO FEIRENSE</b> .....	30
3.1 O TRABALHO E O LAZER NA MEMÓRIA DOS TABARÉUS .....	30
3.2. A BOIADA CONDUZIDA AO MATADOURO .....	36
3.3 AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIAS E OUTROS HÁBITOS .....	42
3.4 CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DO SERTANEJO .....	47
3.5 A INDUMENTÁRIA DOS VAQUEIROS E TANGEDORES .....	50
3.6 VARIEDADE LÚDICA NO TABULEIRO FEIRENSE .....	55
3.7 URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO:A INTENSIFICAÇÃO DA	
3.8 SEGREGAÇÃO DO TABARÉU .....	68
<b>4 A MEMÓRIA E A IDENTIDADE DOS TABARÉUS</b> .....	76
4.1 MEMÓRIAS DOS TABARÉUS .....	76
4.2 SERTANEJO E TABARÉU: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE .....	78
4.3 AS DIFERENÇAS SOCIAIS NUMA MESMA MEMÓRIA .....	85
<b>5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES</b> .....	99
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	103

## 1 INTRODUÇÃO

Herdeiro dos hábitos da miscigenação entre indígenas, judeus e ciganos, o tabaréu é o indivíduo que ainda vive no tabuleiro, uma região propícia ao sedentarismo em razão das características da vegetação e dos riachos existentes. A identificação como tabaréu é uma forma discriminatória e pejorativa de tratar aqueles que habitam fora do litoral, dos centros urbanizados e/ou usam termos coloquiais. Assim como os Tapuias Paiaíás, grupo indígena que ocupava os sertões da Bahia, os tabaréus foram distinguidos por seus hábitos e vivências e transformados em caricatura regional. Muitos, já integrados à zona urbana – vivendo na periferia das cidades, em condições deficitárias, – ainda preservam a memória dos costumes tabaréus e assumem com naturalidade a alcunha de um grupo que encontrou no relevo, na hidrografia, na linguagem, no trabalho e no lazer um ponto comum de identidade. As memórias que permanecem, no entanto, estão desaparecendo com as gerações atuais que, em função das dificuldades em se manter no meio rural, se diluem em novas formas de migração ou na imposição de novos hábitos e novas tecnologias no espaço urbano, cuja distância e falta de contato com seus marcos de memória legam ao esquecimento toda uma tradição.

Assim sendo, o presente texto tem como objetivo analisar a memória dos habitantes de parte do atual município de Feira de Santana e seus arredores, especialmente os das cidades de Santa Bárbara e Tanquinho, localizadas no Estado da Bahia. Essa região e seus territórios contíguos, eventualmente abrangidos pela pesquisa, serão denominados de tabuleiro feirense, e os indivíduos que as ocupam serão identificados como tabaréus, tendo em vista a forma como os sertanejos dessa região são reconhecidos.

A principal tarefa desta pesquisa está em conhecer o cotidiano dos tabaréus, por intermédio de suas memórias, e analisar se, ao longo de sua vivência, eles se constituíram como um grupo social e elaboraram uma memória coletiva própria sobre suas condições de trabalho, subsistência e lazer. A investigação teve como fonte principal 12 depoimentos cedidos por moradores da zona urbana e rural, na faixa etária entre 53 e 93 anos, dos municípios acima referidos.

A definição de tabaréu, que será feita em momento oportuno, certamente tem relação com a cultura dos povos designados Tapuias, que habitaram a região há vários séculos até a completa extinção, conquanto, alguns ainda sobrevivem na Amazônia

brasileira.<sup>1</sup> Apesar de várias semelhanças e permanências, em sua longa trajetória de formação, os tabaréus que ocuparam o tabuleiro feirense acabaram por ressignificar sua existência e consolidar identidade social em função das inúmeras modificações econômicas e sociais ocorridas desde o início do período colonial. Por esta razão, o conceito de tabaréu, aqui adotado, não se resume apenas aos grupos remanescentes dos povos indígenas, se estende aos que a eles se miscigenaram, a exemplo de negros, ciganos, colonos, inclusive militares de patente<sup>2</sup> que os dominaram após a conquista colonial nos últimos 40 anos do século XVII, anexando o tabuleiro e frações do atual sertão baiano às posses do Reino português (MORAIS, J., 2012).

Desta forma, assim como ocorreu em todo o interior da Bahia, o tabaréu estabeleceu-se na região do tabuleiro mediante uma conformação de várias etnias, diferentes hábitos e algumas formas de produção. De maneira mais específica, o povoamento se deu por europeus colonizadores que se tornaram militares e proprietários de terras; por grande quantidade de negros fugidos dos engenhos litorâneos, os quais formavam quilombos; e por ciganos que viviam de forma nômade, pelas caatingas do semiárido, a mercar miscelâneas e animais. Cabe destacar que os aspectos encontrados na identidade regional, os quais caracterizam o tabaréu, não excluem as diferenças sociais percebidas na forma como ele se relaciona. Ao contrário, a estratificação social permanece e, apesar de toda a mistificação em torno de uma identificação pejorativa a que estão submetidos todos os habitantes do tabuleiro, internamente se reconstrói uma forma similar de exclusão econômica, pois alguns tabaréus são proprietários e outros despossuídos, como atestam as memórias e os memorialistas apresentados na pesquisa.

---

<sup>1</sup> Os povos Tapuias ainda hoje são encontrados nos confins da Amazônia brasileira e peruana, onde tribos conservam o nome a exemplo dos Íra-Tapúya, Káwa-Tapúya, Tatú-Tapúya, Sukuriyú-Tapúya, Ipeka-Tapúya, Yibóia-Tapúya, conforme descreve a enciclopédia Larousse Cultural (1998, p. 261). Na Amazônia peruana, os Macuias e o Mapuias. Os Paiaiás estabelecidos no *tabuleiro*, combatidos desde o estabelecimento do Governo Geral, no período colonial, ainda sobrevivem miscigenados de forma aculturada em Santo Estevão e Nova Soure. Naquele período, se avizinhavam aos Maraças e Sapaiás, na margem direita do rio Paraguaçu. Aos Tocós e Cariris a norte; com os Tupinambás no litoral; e a oeste com outras tribos Tapuias cujos nomes não são declinados pelos documentos escritos. Sabe-se, apenas, que grupos que habitavam cavernas ficavam na Chapada Diamantina e imediações. Ressalve-se ao leitor que esses limites não significam uma questão fechada. Devemos estar atentos que o constante movimento dos Tapuias levava a ocorrência de eles serem encontrados em pontos diferentes seja pela terra a ser cultivada, pela coleta, pelas guerras, ou pela escassez de água.

<sup>2</sup> Indica a nobreza de armas que migrou de Portugal para o Brasil e se estabeleceu nas áreas dominadas pelos Tapuias após ser anexada à colônia. Áreas essas adquiridas por compra a sesmeiros ou ao reino, daí se formaram fazendas cuja propriedade herdou descendentes, lideranças entre os tabaréus (BOAVENTURA, 1989).

Em meados do século XX, muito tempo após o primeiro estágio de miscigenação ocorrido no período colonial, a região abrangida pelo tabuleiro, em especial os municípios de Feira de Santana, Santa Bárbara e Tanquinho, bem como suas adjacências, foi afetada por intensas modificações em seu território por meio de intervenções e adaptações culturais e, principalmente, com a imposição de novas formas de produção no Brasil. A combinação de diversos fatores fez transitar e fixar residência nessas cidades um enorme contingente populacional oriundo da zona rural, redesenhando a densidade do povoamento. Tais indivíduos, que ao longo de décadas vêm fugindo das secas periódicas que se abatem sobre o sertão, constituíram-se numa miscigenada aglomeração urbana, resultante de contrastes identitários diversos, habitando em bairros da periferia. Por esta razão, o período fundamental para a análise da pesquisa é o século XX, especialmente entre 1950 e 1990, quando os mais jovens depoentes atingem a idade adulta e os mais idosos ainda estão em plena atividade laboral. Nesse intervalo de quarenta anos, também ocorrem no Brasil transformações econômicas que modificaram as relações de trabalho nas atividades da pecuária e da agricultura.<sup>3</sup>

Em virtude de tantas inferências, com esta investigação, a partir dos relatos de habitantes da região do tabuleiro, visamos, aqui, perceber tanto a formação de uma identidade coletiva, que encorpou uma memória sobre as tradições regionais, como também as diferenças estabelecidas entre os tabaréus nas atividades laborais e nas manifestações culturais que ignorou o jugo histórico a que estavam submetidos.

Para tanto, o texto dissertativo está constituído em três capítulos: o primeiro tem como função apresentar as origens do tabaréu na região do tabuleiro feirense; o segundo, de descrever o cotidiano dos sertanejos do referido território – sertanejos estes denominados de tabaréus – tais como as atividades econômicas, festas religiosas e outros hábitos cotidianos; e o último (terceiro capítulo) tem a função de demonstrar que existe uma memória coletiva, formada por um grupo identitário, a qual pouco reflete as

---

<sup>3</sup> Mesmo considerando que o processo de industrialização no Brasil tem grande relevância a partir de 1930, foi a liberação dos investimentos estrangeiros diretos para a compra a importação de máquina e equipamentos, ocorrida em 1955, que impulsionou a indústria brasileira e modificou de forma mais efetiva as relações de produção envolvendo a pecuária e a agricultura. Por outro lado, esses mesmos setores ainda funcionaram sem planejamento e gestão empresarial até os anos 1980 quando, a partir de então, o investimento em tecnologia e a ação conjunta e estratégica deram impulso ao que se convencionou chamar de agronegócio.

diferenças sociais que caracterizam o tabaréu do tabuleiro feirense, mas que convive com as mesmas formas de discriminação.

De tal modo, a existência de uma infinidade de razões históricas e econômicas que motivaram a migração dessa população para a região do tabuleiro feirense e a segregação a que foram submetidos por décadas em função do seu modo simples de vestir, falar ou se alimentar não se constituíram em impedimento para uma estratificação social no interior do próprio território que submete os mesmos tabaréis a condições diferenciadas de sobrevivência no passado e no presente.

Os relatos demonstram a constituição de uma memória coletiva, embasada numa identidade histórica, construída por indivíduos que se agregaram numa mesma região por serem perseguidos por questões étnicas ou religiosas. Embora isso não seja intencional, dos mesmos depoimentos emergem fatos que não atenuam a imposição interna de uma estratificação nas relações de produção. Em suma, a memória será considerada o depositário, ao mesmo tempo, de elementos de coesão para um grupo social e de percepção de desigualdades sociais que se tornaram fluidas em função da generalização de uma memória coletiva.

## 2 AS ORIGENS DO TABARÉU NO TABULEIRO

### 2.1 AS RAÍZES COLONIAIS DO TABARÉU

O longo processo de colonização portuguesa na América se caracterizou não só pela concessão de faixas litorâneas para a monocultura latifundiária, promovida com a escravização de nativos e africanos, como também pelo deslocamento de vários grupos para o interior do território em busca de metais preciosos. O fluxo de indivíduos entre uma região e outra permitiu a fixação de populações em terras doadas à pequena nobreza lusitana como recompensa pela exploração pioneira e extermínio dos índios.

Uma vez instaladas essas populações, surgiram fazendas, arraiais e vilas que mesclavam o comércio com as atividades de agricultura e pecuária, visando abastecer os centros com maior densidade populacional da colônia ou mesmo a metrópole e seus consorciados. Conforme o registro de Renato de Andrade Galvão (1982), no artigo por ele denominado *Os povoadores da região de Feira de Santana*, alguns desses locais prosperaram economicamente, também, pela enorme quantidade de viajantes que buscavam apoio logístico nas longas jornadas conduzindo mercadorias entre locais mais distantes e os portos litorâneos.

Ainda na mesma linha de Galvão (1982), foi assim que, desde os primeiros anos de colonização da região, por volta de 1645, se formou o território foco desta pesquisa, onde atualmente se localiza o município de Feira de Santana-BA, por se tratar de uma zona de convergência de migrantes, situada em área estratégica, ligando sertão e litoral, refletindo essa mobilidade e as características fundamentais da interiorização no processo de ocupação portuguesa.

Inicialmente, a região foi entrecortada por tropas, viajantes e tropeiros a caminho do porto de Cachoeira, à época uma importante vila de negócios da Bahia, transportando o gado e outra infinidade de produtos. O contato inevitável e conflituoso com os índios Paiaiás foi o primeiro momento de confluência para a formação de uma região conformada por diferenças marcantes e uma identidade comum – o tabaréu. Em sua dissertação, Juliana Brainer Barroso Neves (2008, p. 5) confirma que nas décadas subsequentes, os negros fugidos da escravidão se abrigaram no tabuleiro e, do mesmo modo que os judeus perseguidos pela inquisição e os ciganos em busca de refúgio e bons negócios, incorporaram-se aos primeiros habitantes nativos da região. Mais adiante, alguns séculos depois, encontramos pouco mais de uma dezena de indivíduos oriundos de Feira de

Santana, Santa Bárbara e Tanquinho que demonstram a permanência dessa miscigenação bastante característica de uma região que serve como passagem entre o litoral e o sertão.

O tabaréu é, portanto, o indivíduo miscigenado que recebeu de forma pejorativa, do colonizador europeu, essa designação por sua relação com os moradores da *taba*, referindo-se aos indígenas, paralelamente às suas características físicas e linguísticas misturadas pelo encontro de indivíduos rejeitados por suas origens, a exemplo dos mouros e demais indivíduos não vinculados ao cristianismo católico. Por conseguinte, ao se falar do sertanejo que habita o semiárido baiano, pode-se notar a heterogeneidade conformada no processo de colonização do Brasil com as intensas disputas por territórios, promovidas por indivíduos das mais diferentes origens étnicas e sociais que se estabeleceram ao longo da costa e no interior, inaugurando povoações, promovendo a organização política e o abastecimento de produtos para o consumo interno ou de exportação.

Mesmo antes da ocupação portuguesa, os indígenas pertencentes à tribo Paiaíás já se movimentavam pelos córregos e riachos abaixo dos platôs, propícios à vida sedentária e à agricultura como eram característicos desses grupos que viviam no tabuleiro e tentaram resistir à invasão dos colonizadores. Conforme Ferreira A. (1986), a denominação de tabaréu deve-se ao Tupi de onde se origina o termo; por outro lado, tabuleiro é a definição geográfica do relevo formado por pequenos platôs que são comuns na região onde habita o tabaréu. Administrativamente a área é designada como o território de identidade, Portal do Sertão, tendo como limites a mata atlântica e a caatinga, e é localizada próximo ao Recôncavo. Nela, a fitofisionomia é composta de vegetação distinta dos dois biomas, solo arenoso e sedentário, com planícies, brejos, rios, lagoas e depressões.

A perspectiva, portanto, é demonstrar que o tabaréu é uma designação pejorativa, cunhada durante o processo de colonização com o objetivo de definir e excluir um grupo miscigenado, composto por índios, judeus e ciganos, e que permaneceu e se aprofundou na relação entre o litoral e o interior. No entanto, a identidade regional, caracterizada pelos costumes e tradições, por um lado, e pela vivência no tabuleiro com sua vegetação, clima e hidrografia, por outro, tornou possível a absorção da qualificação pelo próprio grupo que se autodenomina de tabaréu. A longa trajetória que forjou essa identidade será demonstrada no decorrer do capítulo.

O tabaréu é um grupo híbrido, não só etnicamente, mas, sobretudo, culturalmente, habitante do tabuleiro que no início da colonização portuguesa foi descrito como a *taba*, designação dos territórios habitados pelos Tapuias ou de suas aldeias, como já apontado.

Conforme se pode inferir, a partir do que expõe Gabriel Soares de Souza (1851, p. 333) na obra *Tratado Descritivo do Brasil*, a atual expressão tabaréu é uma substituição a *tabureu*, corrompida ao longo do tempo.

Nos anos que antecederam à colonização, os portugueses tiveram contatos frequentes com os Tupis do litoral; porém, nas brechas que aqui e ali se fizeram destes contatos litorâneos, os Tapuias se avizinham ao mar, tanto ao norte brasileiro, onde estão atualmente os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, como nas áreas intermediárias da foz dos rios, onde hoje se localizam o Estado da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Na faixa do Estado da Bahia em que o Rio Paraguaçu faz a desembocadura, até a área central do Estado – local que se espraia o semiárido baiano –, predominavam as tribos Gês, como os Aimorés, os Botocudos, os Paiaiás, Maracás, Tocós e Cariris. Nem tão disseminados como os Tupis, em razão do clima não auxiliar o cultivo regular e a sobrevivência (ABREU, 1976, p. 11-12).

A migração periódica, em tempos de escassez, agravou-se com a guerra que se fez contra os Tapuias em várias frentes antes e durante o século XVII, submetendo grupos de diversas etnias e tomando posse dos territórios anexados à colônia pelo reino. Com a concessão de sesmarias pelo sertão, a pecuária se intensificou, carecendo de segurança para a criação e transporte dos animais; a concorrência pelo espaço, dividido com os nativos, criava dificuldades no relacionamento, devido aos cultivos feitos para suprir as necessidades. Os Tapuias sofreram danos com a invasão do gado nas roças; no deslocamento, as aguadas eram fundamentais de modo que o tabuleiro era disputado para abastecer o gado.

As expedições com a pretensão de anexar ao império português os territórios ditos bárbaros, na segunda metade do século XVI, traziam mercenários nem sempre portugueses, os quais, assim como outros mercenários, não dominavam a língua Tupinambá e atribuíam nomes a certos grupos que os próprios nativos não reconheciam e, por isso, reproduziam o que ouviam de acordo com as limitações linguísticas que cada indivíduo e a língua lhes permitiam. Daí, certas distorções na Língua Tupinambá concorrerem para as especificidades do tabaréu.

Cabe salientar que no período colonial era possível, pela indumentária, adornos e perfil físico, distinguir um tabaréu entre outros nativos, mas o atual tabaréu não tem um tipo físico característico. Suas principais características dizem respeito às origens rurais, ao desapego material e a pouca observância das normas escritas da língua portuguesa. O

sotaque carregado talvez seja o melhor desenho do tabaréu que tem problemas na vocalização dos encontros consonantais do tipo br, pr, bl, lh. Isto se justifica não só pelo longo período em que se distanciaram da alfabetização, mas também pelas mudanças na condução política metropolitana que priorizava os interesses da nobreza palaciana e entrava em choque com a metodologia de ensino dos jesuítas, preocupados em universalizar um idioma, necessariamente no sertão de línguas múltiplas. Os padres jesuítas também foram fundamentais no processo de colonização e se aproveitaram da concentração dos Paiaíás, no território rico em aguadas, para fazer a catequese e construir capelas que hoje, depois de várias reformas, são templos agregados ao setor urbano.

Algumas expedições no século XVI devem ter fixado jesuítas entre os Paiaíás, estes construíram a capela de São José das Itapororócas com a ajuda dos Tapuias. Afirmção que encontra respaldo no documento emitido em 1615 que dá a primeira concessão de terras, nos Campos de Cachoeira, a Miguel Ferreira Feio, na serra chamada Itapororócas, conforme Galvão (1982, p. 25). Ora, se naquele tempo a serra hoje conhecida por São José era chamada de Itapororócas, indica o significado do termo que houve lutas anteriores a esta data, ideia reforçada no depoimento ao Tribunal do Santo Ofício em 1646, no qual João Peixoto afirmou, de acordo com a dissertação de Celeste Maria Pacheco de Andrade (1990, p. 95), que a capela e a fazenda foram destruídas pelos nativos. Isso induz que foi construída em data anterior ao seu estabelecimento em 1640 e possivelmente tomou posse, o que revoltou os Tapuias.

Certamente as bandeiras baianas do século XVI haviam se estabelecido na atual serra do São José para fazer suas investidas, local estratégico em virtude da carência de elevações no tabuleiro para posicionar os canhões.<sup>4</sup> Os franceses se fixaram também em alguns locais como Pernambuco, Paraíba, Maranhão e chegaram a permanecer por algum tempo. Foi no início século XVII que construíram a fortaleza de São Luiz, no Maranhão. Em meio ao século, desses locais já partiam boiadas para Salvador, passando no tabuleiro; mas, a incursão dos holandeses à Capital Salvador, na década de 20, aí se estabelecendo pelo período de um ano, criou alvoroço no Recôncavo, fuga dos portugueses litorâneos com o efetivo de escravos que se abrigaram em aldeias de lideranças jesuítas (SALVADOR, 1918, p. 539). Esse fato influenciou decisivamente sobre a conformação étnica de toda a região.

---

<sup>4</sup> Tais canhões eram chamados de “pedreiros”, os quais desde o reinado de D. Manoel I já eram fabricados em Portugal, conforme descrições de J. V. Portella Ferreira Alves (1959, p. 89-90).

A ocupação urbana de Feira de Santana traz indícios da divisão social que se estabeleceu ainda no século XVII. Ruas que tradicionalmente eram conhecidas por nomes diferentes foram batizadas, pelo Estado, com nome de personalidades destacadas a fim de provocar o esquecimento, tanto dos combates quanto da gênese entre os Tapuias, da influência dos jesuítas e, mais adiante, até das realizações coloniais do reino. Caminhos que nas tradições Tapuias levavam nomes relacionados ao relevo ou à vegetação, ou ainda a um fato marcante, a exemplo de Itapororócas, passaram a ser tratados por nomes que chegam a se perder ao sabor das transformações políticas que se processaram no território que hoje compõe o Estado da Bahia.

Muito provavelmente a primeira povoação levava o nome de Feira dos Remédios, em razão da necessidade de cura das doenças e ferimentos que se acentuam com a guerra, e os jesuítas se aproveitaram dessa designação para fundarem a capela de Nossa Senhora dos Remédios, a mais antiga capela na cidade. De acordo com as informações de Raimundo Gonçalves Gama (2009, p. 58), inicialmente, a via onde está estabelecida a capela se chamou Rua dos Remédios, certamente por passar no meio da feira; a mesma artéria recebeu nomes relacionados geograficamente à feira antiga, como é o caso da Rua Direita, por estar deste lado em relação ao frontão da Igreja cuja construção resistiu às mudanças até boa parte do século XX.

A ironia é que a referida rua é cheia de contornos e isto se deve, certamente, ao fato de ser uma via trafegada de acordo ao relevo que permitia ao transeunte maior economia de energia, contornando áreas mais acidentadas, fazendo o caminho tortuoso. Os logradouros com largura e pavimentação que permitiam o tráfego de carroças e carros só se difundiram no século XX de tal forma que, no período anterior, as ruas não tinham necessidade dessas comodidades. A Rua dos Remédios tomou o nome de Rua Conselheiro Franco no fim do Império, nome ligado ao juiz e político que abraçou a causa da legalização da área da capela de Santana, no final do século XIX, processo que se arrastava desde o período colonial. Mais uma fração próxima à Igreja dos Remédios recebeu nome de Rua Tertuliano Carneiro, sacerdote que conquistou popularidade junto aos fiéis entre finais do século XIX e meados do século XX.

Então o local da Feira dos Remédios, a partir da construção da capela de Nossa Senhora dos Remédios, em 1707, era identificado como Largo dos Remédios e depois Praça dos Remédios. E na última legislatura de um Presidente da Câmara Municipal durante o Império – em razão de coincidir o sobrenome com a designação popular e

promover reformas nos logradouros – foi oficializado e passou a posteridade com o nome de Praça Dr. Joaquim Remédios Monteiro, muito embora persista o tratamento de Praça dos Remédios. E, possivelmente, naquele momento de transição entre 1722 e 1732, aproveitando-se da crise causada pela seca que se abateu por toda a colônia, o reino veio concretizar a construção da capela de Santana para driblar a memória do tabaréu e varrê-la; prosseguindo o nome de Feira dos Remédios, não haveria como desvincular os fatos da guerra que se fez pela posse.

Essa hipótese seria o desdobramento de uma anterior, pela qual a capela da Sant'ana na Mochila, por se localizar estrategicamente na confluência das estradas que se bifurcavam em direção ao sertão, na proximidade de fartas nascentes, chamaria atenção das tropas portuguesas que, em função de carecerem controlar as aguadas para garantirem o abastecimento das boiadas no deslocamento, teriam confiscado a capela da Igreja. Daí adotar-se o nome de Sant'Ana da Feira, já associado à nova matriz por força da antiga provocar a lembrança do confisco aos jesuítas da capela de Santana, na Mochila, para transformá-lo em quartel das tropas portuguesas e, conseqüentemente, exigir explicações sobre o embate pela posse do tabuleiro, da mesma forma que João Peixoto Viegas provocava recordação das invasões a áreas Tapuias no século XVII, e seu neto ainda trazer a lembrança dos últimos conflitos no século XVIII, causando desconforto às autoridades. Melhor seria que deixasse fora da história oficial os Peixoto Viegas, e atribuísse a Domingos Barbosa de Araújo e a Ana Brandão a fundação da povoação a partir da doação do codicilo para fundação da catedral Matriz de Senhora Santana, que realmente ocorreu, mas como parte de uma verdade que exige outras tantas para ser melhor esclarecida.

O contato entre indígenas e povos europeus, descendentes africanos e tantos outros já miscigenados foi possibilitado pela convergência de necessidades comuns de ocupação de territórios, abastecimento de água, abertura de caminhos e produção de alimentos. Sendo assim é possível demonstrar que, apesar da diversidade e do longo período histórico, a região do tabuleiro conforma uma identidade possibilitada pela memória das tradições do grupo que ali permaneceu.

## 2.2 O TABULEIRO FEIRENSE

Como visto no início do capítulo, a proposta, aqui, é a de discutir a formação indenitária do tabaréu na região do tabuleiro, a partir de duas vertentes que se complementam: as diversas matrizes étnicas que convergiram para a colônia portuguesa na

América – e que algum tempo depois ocuparam o território do tabuleiro feirense – e as migrações internas decorrentes de perseguições, fenômenos meteorológicos ou socioeconômicos. Para tanto, faz-se necessário definir as características físicas da região que abriga o tabaréu.

A formação geográfica denominada de tabuleiro é uma espécie de relevo constituído por pequenos platôs, de altitudes medianas, limitados por escarpas abruptas encontradas frequentemente em toda a região Nordeste, no interior da Amazônia e no Espírito Santo. Existem definições diversas para a expressão “tabuleiros”, desde aquelas estritamente etimológicas, variando entre geográficas e morfológicas, até seu sentido histórico e social com os quais se pretende analisar a região e seus habitantes neste texto.

No caso em estudo, o tabuleiro feirense compreende os municípios de Feira de Santana, Santa Bárbara e Tanquinho, selecionados em função de sediar os locais de vivência e o alcance das memórias dos depoentes. Nos mapas abaixo, pode-se distinguir, em vermelho, o Estado da Bahia, na Região Nordeste do Brasil (Figura 1) e Feira de Santana (Figura 2) o município com o segundo maior contingente populacional da Bahia no entorno do qual se localizam os demais:

Figura 1 – Brasil divisão Política: Destaque para o Estado da Bahia



Fonte: Mapas do Brasil. Site do Google<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Disponível em: < <https://www.google.com.br/search?q=+Brasil+divis%C3%A3o+Pol%C3%ADtica> >. Acesso em mar., 2015.

Figura 2 – Principais Municípios da Bahia



Fonte: Mapas do Brasil. Site do Google.<sup>6</sup>

Exatamente nessa região, seguindo em direção Leste-Oeste do Estado, nas margens do rio Paraguaçu em sua confluência com o rio Jacuípe, se estende uma estreita faixa territorial no sentido norte-sul, composta por vegetação de transição entre os biomas da mata atlântica e a caatinga, classificada por tabuleiros interioranos, fitofisionomia caracterizada por platôs de arenitos sedimentares, sem grande incidência de material orgânico, contudo, formada por rios, nascentes de água potável, lagoas, geomorfologicamente separadas da costa pelos tabuleiros pré-litorâneos. A depressão do rio Paraguaçu-Jacuípe corta o tabuleiro interiorano em dois segmentos e o separa do semiárido baiano, em seu segmento norte. É justamente nesta área, aqui denominada de Tabuleiro Feirense, que recai o foco desta pesquisa.

Não existe uma definição clara nos registros oficiais sobre o que denominamos aqui como o território de nosso interesse; assim sendo, e considerando que a área conhecida por Tabuleiro Feirense, isto é, a fração norte dos tabuleiros interioranos na margem esquerda dos rios Jacuípe e Paraguaçu se estende até Serrinha e Água Fria, a divisão proporcionada pelos dados do governo estadual deixa a desejar quanto a estas unidades. Em vista disso, explica-se que o tabuleiro feirense fica contíguo a essa divisão administrativa e não é um todo uniforme em sua paisagem, mas, se considerarmos que predominam as mesmas características econômicas, sociais, ambientais e de relevo – se interpenetrando em um

<sup>6</sup> Disponível em: < <https://www.google.com.br/search?q=+Brasil+divisão+Política> >. Acesso em mar., 2015.

largo platô sem descontinuidade que influi sobre as atividades dos grupos humanos aí estabelecidos –, nos parece mais apropriada essa designação em razão da existência de alguma unidade que pode receber uma denominação comum.

Para orientação da leitura algumas ressalvas devem ser feitas: o território do município de Feira de Santana não é totalmente formado por tabuleiros, assim como também a área dos outros municípios nem sempre ficam dentro da fitofisionomia e pode se estender, inclusive, em direção ao Recôncavo. É importante ressaltar que, embora os municípios supracitados sejam centrais, eventuais referências podem ser feitas em territórios da região sequencial norte, abrangendo os municípios de Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Santanópolis, Iará, Lamarão e Água Fria.

### 2.3 CARACTERÍSTICAS E MODIFICAÇÕES NA REGIÃO DO TABULEIRO

Considerando que a pesquisa se concentra necessariamente em parte do Tabuleiro Feirense, passemos a análise das influências ambientais sofridas pelo homem que nesse espaço habita. Inicialmente destaca-se que a vegetação é composta de espécies naturais à mata atlântica, entrecortada por paisagens de caatinga; no entanto, é possível verificar que algumas dessas espécies não se adaptam bem ao solo pobre em nutrientes, a exemplo dos cactos e umbuzeiros. Conforme o depoimento de Mário Lima de Cerqueira (2015, p. 05), “várias plantas no tabuleiro não têm, que dá no sertão [sic]. Aqui não dá cabeça de frade, mandacaru, xiquexique, umbuzeiro. No tabuleiro não dá. Quando dá assim, é um pezinho pequeno, não desenvolveu e dá pouco”.<sup>7</sup>

O depoente em questão leva em consideração o tabuleiro enquanto tipo de solo, de forma que descreve a fazenda de seu avô, localizada no município de Santa Bárbara, próximo à divisa com o município de Santanópolis, por ter o solo composição com terra preta não se caracterizaria como tabuleiro, embora admita existir mistura com solo arenoso, propício à fitofisionomia. A localização da fazenda está em meio ao tabuleiro feirense que se estende para além dos dois municípios no sentido norte. Como antes alertamos, dentro de qualquer bioma podem ser encontradas composições de solo mais rico ou mais pobre, a depender dos fenômenos climáticos, formações geológicas, sedimentares e erosivas que as caracterizam e influem nas atividades desenvolvidas pelos grupos humanos, refletindo culturalmente.

---

<sup>7</sup> Consultar os dados referentes aos depoentes nos apêndices da dissertação.

Como os tabuleiros interioranos se formam pelo depósito de sedimentos que se deslocam das áreas de relevo de maior altitude – e até recentemente as águas se acumulavam, transbordando até os rios que cortam a região – consideráveis partículas do solo e matéria orgânica vão se fixando em maior número em determinadas áreas. Isso provoca pequenas distinções deste ou daquele filão de solo, onde podem ser encontrados veios mais ricos que outros, mas, não necessariamente, se caracterizam como um todo que determina o desenvolvimento das espécies vivas sobre a vida do homem.

Lembrando que parte do município de Feira de Santana, notadamente no distrito de Jaguara, na face oeste, já está dentro do semiárido; portanto, prevalecem espécies vegetais da caatinga, como os citados anteriormente, mas há cultivos tradicionais como o milho, o feijão e a mandioca, além de pastagens que servem à pecuária regional (MORAIS, 2011, p. 123). A divisão estabelecida pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado, inclusive, considera que esta área do município faz parte de outra unidade, a depressão sertaneja do Jacuípe e Paraguaçu que compõe a zona estabelecida no mapa na seção de número (1.2). Como a pesquisa está focada na formação da identidade dos grupos e na sua labuta diária, na relação que estabelecem com a natureza, tais divisões se mostram importantes apenas enquanto ilustrativas das dificuldades enfrentadas no cotidiano.

Por esta divisão, a depressão sertaneja do Jacuípe e Paraguaçu é uma área contígua ao tabuleiro, já pertencente ao semiárido, e tem relevo acidentado, abriga parte dos rios que afluem ao Jacuípe, a exemplo do rio do Peixe e Calandro, que formam depressões em seus leitos, e, para além, elevações como a serra das Sete Cabeças, serra da Agulha, serra do Boqueirão, serra da Roma, que divide os municípios de Feira com Anguera no noroeste, serra da Caiçara, que de modo semelhante fica próxima aos limites do município de Tanquinho com Feira de Santana.<sup>8</sup>

No município de Tanquinho existem outros acidentes geográficos que também fazem parte da depressão sertaneja do Jacuípe e Paraguaçu, destacando-se o monte da Emancipação e a Serra da Agulha – que não se trata da mesma do município de Feira de Santana – histórica por se situar na antiga fazenda de Gonçalo Alves, pai de Maria Quitéria. Já o município de Santa Bárbara limita-se com o município de Tanquinho pelo rio Calandro, que deságua no rio do Peixe; o município de Feira de Santana conta ainda

---

<sup>8</sup> As escrituras de compra e venda da serra de Sete Cabeças geraram vários documentos que citam posses da família Carneiro, desde o século XVIII, catalogados na obra de Maria de Fátima Hanaque Campos, obra esta denominada de *Inventário Analítico da Documentação Histórica do Acervo do monsenhor Renato de Andrade Galvão* (1998, p. 41-50).

com o rio Pojuca, que nasce no tabuleiro feirense, e com o rio Salgado, ambos cortam seu território e levam ao entendimento que embora temporários, conservam, por algum tempo, relativas aguadas em seu leito, as quais abastecem as propriedades.

A serra do São José, no período colonial, conhecida como serra das Itapororócas, separa o semiárido feirense do tabuleiro e se constituía na antiga possessão de João Peixoto Viegas, sesmeiro português responsável pela colonização de grande parte das áreas compreendidas entre os rios de Tocós, Jacuípe, Pojuca e Paraguaçu (GALVÃO, 1982, p. 26). Essas áreas de elevações compõem atualmente as reservas de vegetação natural do município de Feira de Santana, em sua maior parte degradada pela ação humana com a difusão das pastagens, que conseqüentemente se reflete no empobrecimento da sua fauna e flora. Como grande parte do município é composta pelo tabuleiro feirense, mais acessível que as elevações, essas ações têm acelerado o processo de desertificação e improdutividade do solo, provocando a pobreza da maior parte dos lavradores, sem propriedades, e de pequenos proprietários que migram para o setor urbano em busca de empregos, já que economicamente fica inviável permanecer na zona rural. Como consequência, médias e grandes propriedades, que por longas datas se serviram da mão de obra da população mais simples, ressentem-se não só da improdutividade, mas também da falta de braços para o trabalho; contrariamente, o setor urbano vem recebendo um fluxo contínuo de retirantes – maior parte deles pobre – que faz crescer a demanda por habitações, e a massa de desempregados provoca o inchaço das periferias.

De forma semelhante, as lagoas que formavam a paisagem natural de grande parte das proximidades da área urbana de Feira de Santana vêm sofrendo transformações em decorrência da terraplanagem das áreas alagadiças, visando maior oferta de terrenos propícios às habitações. Se por um lado isso resulta em certa comodidade para seus moradores, no outro extremo representa danos irreparáveis ao meio ambiente, que tem nascentes obstruídas, a vida aquática perde espaço, e rios que nascem e correm em direção ao litoral são usados como detritos provenientes do esgotamento sanitário.

Os prejuízos não se atêm apenas às riquezas materiais, mas a toda a herança de tradições que ainda perdurava por volta da metade do século XX e vão sendo esquecidas até mesmo no setor urbano, que tinha influências do mundo rural e também vem sendo degradado por seguidas depredações do patrimônio natural e artístico, alterando significativamente a memória coletiva da população, que não mais reconhece a antiga vereda que ligava dois caminhos. Se até então a pecuária vinha se constituindo na principal

fonte de acumulação e circulação econômica, a difusão das pastagens atingiu sobremaneira a vegetação nativa de modo que vão escasseando as ervas, cascas, sementes e raízes usadas na medicina popular, colhidas pelos ervateiros e comercializadas durante a semana na feira, que se fazia no centro da cidade, a preços módicos e garantiam renda ao pequeno produtor.

Do mesmo modo que a zona rural se ressentia da necessidade de conservação de sua paisagem natural, o setor urbano carece da preservação da paisagem urbana, constantemente modificada para se adequar aos anseios da modernidade. Ao longo do século XX, a área de assentamento ampliou-se de tal modo que a vegetação nativa, composta de cajueiros, araçazeiros, jaboticabeiras, pinheiras, jaqueiras e pelos cultivos importados como as mangueiras, cedeu lugar à ampliação das habitações na sede e seu entorno, provocando a retração na oferta dos frutos que normalmente vêm de outras plagas. Igualmente escassearam as caças de codorna, nhambu, zabelê, perdizes, jacu, caititu, paca, teiú, tatu, capivara, cotia, preá e mocó, ou ainda daqueles animais cuja pele era aproveitada na confecção de arreios e instrumentos de percussão: o veado, o gato do mato, a suçuarana, a jiboia, por exemplo, levando as autoridades a tomar rígidas medidas de controle, ainda que tardiamente.

A crise que se estabeleceu no campo atingiu também o setor urbano, e mesmo os animais domésticos como porcos, galinhas, perus sofreram diminuição dos rebanhos refletindo, naquele período e atualmente, nos preços dos alimentos, além de estreitar laços de solidariedade entre os mais carentes nos momentos mais difíceis, pela colaboração entre si, como relata o senhor Antônio Ribeiro Silva (2015, p. 9), que habitava em Jaguará e assim se recorda da seca de 1961, “[...] a gente sempre andava prevenido. Quem tinha safra grande... Tinha vezes que a gente ajudava alguém que tava passando um pouco de privação e que sempre tinha uma farinhazinha, uma coisa assim que dava para ajudar os outros”. A seca é um fenômeno climático que ocorre na região do semiárido nordestino, diminui a ocorrência das chuvas e dizima a vegetação, provocando a escassez de alimentos e, conseqüentemente, a morte dos rebanhos e ruína econômica, atingindo diretamente a população.

No século XX, duas foram as secas mais marcantes que deixaram consideráveis mazelas para a população, que ainda hoje a elas se referem: a primeira aconteceu em 1931 e se estendeu por cerca de dois anos, atingindo também o município de Feira de Santana (SAMPAIO, 1977, p.70). A segunda teve início em 1961, também com prejuízos materiais

relevantes. O tabuleiro feirense que nos momentos de escassez do passado socorria as populações da área do semiárido baiano, pela maior oferta de água e alimentos, foi perdendo essa tradição de forma que tudo isso reverbera na memória dos tabaréus, que se queixam do mau tempo e lembram com saudade da fartura existente em outros períodos em que a feira refletia o estado de espírito do homem do campo. Nesse sentido, como bem lembra o senhor Antônio Raimundo Pereira (2015, p. 9), o transporte das famílias era feito, no início do século XX, em carros de boi, com paradas em meio ao caminho que conduzia ao centro urbano: [...] “Saía quatro hora da manhã, vinha tomar café no rio do Peixe, aí folgava os boi pa descansar um pouco, e tornava seguir viagem”. Essas primeiras memórias, do século, entre os depoentes, ilustra um tempo em que a agilidade nos transportes fez o tabaréu perder a contemplação mais detalhada das paisagens, ouvir o tom preguiçoso do carro de boi ecoar nas montanhas e tocar os animais sob ordens.

Em tempos remotos, migrar para o tabuleiro feirense significava dias melhores, não só para socorro humano como também dos rebanhos, que careciam de pastagens mais verdes. Nesses momentos difíceis, o tabuleiro ajudava os pecuaristas que alugavam pastos de outros proprietários para salvar o gado, como podemos verificar nesse testemunho: “Meu avô deslocou uma vez de Santa Barba pa Água Fria, levar o gado p’ra lá pa sobreviver, porque lá tinha ainda um restinho de comida. Alugou o pasto com um matinho verde” (CERQUEIRA, 2015, p. 9). Enquanto isso, a estiagem permitia a limpeza do leito dos tanques na área da fazenda prevendo as chuvas que encerrariam o período de seca. Passada a seca, com as chuvas benfazejas nos tabuleiros e semiárido, os rebanhos que conseguiam resistir retornavam à fazenda de origem, e um novo ciclo de recuperação dos campos tinha início.

Se o campo produzia com abundância, precisava dar vazão às mercadorias, e a renda, proveniente do comércio, aumentava a procura de outras mercadorias e, conseqüentemente, girava mais rapidamente o estoque a fim de atender a demanda, que se revertia em maior lucro para os comerciantes e em maior oferta de trabalho em uma feira livre efervescente de compradores e expositores que se faziam no meio urbano. Era o tempo aguardado com expectativa pelos comerciantes, que buscavam notícias das áreas que as trovoadas alcançaram, para se precaverem no fornecimento.

Na feira livre, ambulantes ofertavam os produtos da lavoura farta; era também a época em que se requisitavam os caminhões para transportar o esterco que adubaria as roças no tabuleiro, oferecer um dia de trabalho a quem precisava, para ajudar no cultivo, ou

trocar o dia com um amigo. Com isso, a vida voltava a sua normalidade e aumentava de forma crescente o fluxo de clientes que por preços razoáveis adquiriam as mercadorias.

Percebe-se, então, que não se trata de uma seca qualquer, que eventualmente ocorre e permite recomposição com novas chuvas, mas algo que alterou significativamente a ocorrência de precipitações chuvosas na região a partir dos anos 80 do século passado (GENZ, 2006, p. 210). Nesse período, difundiram-se as indústrias não só em Feira de Santana como no Polo Petroquímico de Camaçari; a cidade cresceu assustadoramente e foi inaugurada a barragem de Pedra do Cavalo, que deveria abastecer as cidades do Recôncavo, além de outras dos tabuleiros interioranos.

A partir de 2005, a usina passou a gerar energia elétrica com capacidade para abastecer uma cidade de 250 mil habitantes e, de acordo com as conclusões de Genz (2006, p. 210), a partir de 1980, destacou-se um período seco em contraste ao período anterior mais úmido nas montantes e afluentes do rio Paraguaçu, o qual interferiu no fluxo da barragem. Isso significa que diminuíram as precipitações nas áreas do tabuleiro feirense e nas do semiárido baiano, o que pode estar relacionado ao espelho de água do lago, formado pelo represamento da barragem. Os dados de Genz nem aqui são conclusivos a este respeito até porque o objetivo da sua pesquisa foi o de estudar os impactos ambientais sobre a Baía do Iguape, mas fato é que as chuvas escassearam visivelmente no tabuleiro, e a barragem pouco atende aos agricultores e pecuaristas desta área, se restringindo ao meio urbano. Como resultado, houve uma queda abrupta na geração de empregos no campo, o clima não ajuda os agricultores a produzir, e a cidade não atende às expectativas de renda das populações que migraram.

Como caiu a oferta desses produtos em razão da improdutividade do solo, com a crescente dizimação de áreas de florestas nativas – que funcionam como proteção dos raios solares sobre a vegetação rasteira, diminuindo a transpiração –, também a evaporação das áreas alagadiças do tabuleiro inibiu a formação de nuvens, seja nesta área ou no semiárido, de forma que as pastagens que precisam de chuvas regulares passaram a sofrer mais amiúde as consequências da ação humana sobre o meio ambiente. Além disso, com o crescimento da cidade, é visível a necessidade de se aumentar o fornecimento de víveres com o fito de suprir a população, buscando alternativas em outros centros, crescendo os preços em função do maior consumo e das despesas com o transporte.

### 3 O COTIDIANO DO TABARÉU NO TABULEIRO FEIRENSE

#### 3.1 O TRABALHO E O LAZER NA MEMÓRIA DOS TABARÉUS

Nos primeiros anos do século XX a economia do tabuleiro girava em torno da pecuária, a principal fonte de riqueza dos fazendeiros, e isso se estendeu aos anos 70 do mesmo século. Até então as reses eram soltas na caatinga e pastavam livremente até que o vaqueiro as recolhesse para separar os bezerros das vacas – que deveriam ser ordenhadas na madrugada seguinte – processar os cuidados no tratamento de eventuais ferimentos e curar o umbigo dos animais mais novos.

Mas a inserção de novas sementes de capim, vindas da Europa e da África, provocaram alterações significativas na forma de produzir no meio rural, especificamente nas tradições do cultivo de milho, feijão e mandioca, consorciando o capim, visando formar pastagens com divisões que atendessem a determinado número de reses, tendo ordenamento maior de cercas para manter os bezerros desmamados separados das vacas, também dos garrotes adultos, mantidos em piquetes para a engorda; segundo Poppino (1968, p.161), apenas o touro deveria acompanhar as vacas para cobertura no período propício à reprodução, que garantiria ao produtor novos rebanhos, após a comercialização dos lotes de animais adultos.

A maneira irregular como se faziam a divisão das propriedades foi cada vez mais sendo substituída por cercas de arame farpado, com estacas e mourões nos intervalos, e os currais feitos de cerca de cama deram lugar aos feitos de ripão, com melhor visualização da área externa nas grandes e médias propriedades.<sup>9</sup> Conforme a fala da depoente Arlinda Cruz Oliveira (2015, p. 9), que habitava em Jaguará, essas subdivisões dentro das propriedades exigiam certa especialização dos trabalhadores em tarefas específicas, a exemplo da destoca, que ocupa a mão de obra do catador das ervas daninhas com o enxadete, ou o construtor de cercas que escava os buracos, corta e alinha a madeira, amarra os fios de arame e os grampeiam aos mourões para que as cercas pudessem suportar o assédio dos animais aos pastos reservados à engorda ou à manutenção das vacas leiteiras, a depender do planejamento.

---

<sup>9</sup> A Constituição de 1988 ainda não regulamentou uma lei específica que defina o conceito de pequena propriedade rural. Utilizamos o conceito de propriedades de acordo com a Lei 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que determina o módulo fiscal em hectares variáveis de acordo a proximidade das áreas metropolitanas. De acordo com a Instrução Especial/INCRA/Nº 20, de 28 de maio de 1980, Feira de Santana tem o módulo fiscal estabelecido em 30 hectares. Os minifúndios têm área inferior a de um módulo fiscal.

Como cada fazendeiro tem uma prioridade diferente, que pode mudar de acordo a uma urgência maior, em se tratando de criatórios, os contratados para cada tarefa necessitavam tomar a orientação pessoalmente para ser instruído devidamente sobre o trabalho, como as ervas a serem carpidas no pasto, o rumo a ser dado à cerca, o espaçamento das estacas, a quantidade de fios de arame, o tipo de cerca a ser construída, e outros detalhes que garantissem a ambos o bom andamento e a eficiência do serviço. Muitos indivíduos se destacavam por conhecerem profundamente as tarefas ligadas à zona rural de tal forma a desenvolverem talento para múltiplas atividades como a destoca, a ordenha, a vaquejada, o guarimpo<sup>10</sup>, o cultivo, as queimadas e, nas horas de folga, ainda se dedicavam a uma habilidade que a tradição da família constituiu como predileção, a exemplo de fazer esteiras, chapéus de palha, bocapius.

Vale ressaltar que trabalho e lazer entre os tabaréus são duas atividades que se confundem e se processam ao mesmo tempo, não existindo uma desvinculação ou ordenamento de prioridade, cujo exemplo pode se tomar no trabalho do vaqueiro (BOAVENTURA, 1989, p. 15). Quem trabalha nessa função normalmente a faz com um acompanhamento de canto, expressão do espírito para demonstrar satisfação pelo que se almeja alcançar, e isto se estende ao conversar, evidenciando o prazer de se comunicar com o outro.

João Pereira de Menezes (2014, p. 1-2), nascido no Distrito de Jaguará, no município de Feira de Santana, afirmou trabalhar em tudo, e o mesmo se aplicava a seu pai; ordenhava vacas na fazenda Ra Joel, de propriedade de Manoel Lacerda – pai de Carlos Lacerda, ex-prefeito em São Gonçalo dos Campos –, e também destocava pastos, fazia queimadas, lavrava madeira para estacas, se aproveitando ainda da maior cobertura de árvores no campo, trabalhava em guarimpo e também negociou porco e ovelhas, o que não é um caso isolado porque a vida no campo exige essa versatilidade para solução dos problemas mais urgentes e garantir a renda que muitas vezes o trabalho assalariado não era capaz de cobrir, sobretudo em razão de a sazonalidade climática afetar a produção nas propriedades, cujo fazendeiro, como providência, reduzia o plantel de funcionários.

Seu João, após curto depoimento, de cerca de vinte e cinco minutos, buscou o interior das dependências de sua residência em busca de fotografias de memórias antepassadas, cantarolando uma música popular de certa difusão que leva o título *Quem é?* do cantor de bolero Silvinho (MENEZES, 2014, p. 10). Isso demonstra como memorizar o

---

<sup>10</sup> Assim chamam o serviço de construção e limpeza dos tanques e açudes.

passado, discorrer sobre um tempo saudoso é revivê-lo, trazê-lo ao presente é, acima de tudo, um deleite que ainda necessita ser preservado em novas consciências, necessariamente quando se busca reconhecimento pela atividade que desenvolve, porque nas fazendas depende-se da tarefa a qual se aplica para galgar distinção social.

Conforme observa Eurico Alves, quando o fazendeiro veio habitar na casa de fazenda, o trabalho no campo não humilhava nem diminuía o homem como o do eito, nem o senhor desmerecia o trabalho do vaqueiro de sorte que esse trabalho era disputado não só pela questão econômica como também pela relevância social. A posse do gado enobrecia o homem, afirma Boaventura (1989).

Dona Arlinda Cruz Oliveira (2015, p. 6), também nascida no Distrito de Jaguará, viúva do vaqueiro Aristides Santos de Oliveira – que por muitos anos trabalhou na fazenda Agostinho Duarte, de propriedade do senhor Manoel Moraes dos Santos –, perguntada se possuía animais domésticos, respondeu: “[...] Tive. Eu criava muitos porcos, criava peru. Depois criei umas ovelhinhas, já foi no Agostim Duarte [fazenda Agostinho Duarte]. E criei umas rezinhas, pouca, mas criei”. Como se percebe, no depoimento, a proximidade entre tabaréus pobres e o fazendeiro criava laços de dependência que possibilitavam negociações capazes de garantir o sustento dos tabaréus que, enquanto se dedicavam ao trabalho na fazenda, executavam tarefas que nem sempre faziam parte do cotidiano da propriedade, no intuito de alçar economicamente um *status* relativamente superior.

Essa característica do tabuleiro exigia que as moradias tivessem uma infraestrutura adequada, ao tempo que os funcionários buscassem a autorização do proprietário. Daí a maioria das habitações contarem com quintais onde se plantava frutas consumidas na alimentação diária, cujas sobras serviam de complemento vitamínico para os animais, cultivava-se ervas para cura das enfermidades que atingiam tanto humanos quanto os criatórios, e as cercas de madeira funcionavam como muro de proteção que isolava o terreiro, da casa, dos predadores, evitando danos ao criatório, danos estes que poderiam se constituir em prejuízos consideráveis.

O curral ficava relativamente próximo à sede da fazenda, o mesmo se dando com o chiqueiro e as dependências das aves domésticas que careciam de certas áreas mais escuras e isoladas do restante, para fazer a postura. Diariamente era necessário fazer a limpeza das dependências para evitar doenças epidêmicas nos porcos, galinhas, perus, o que demandava acordar cedo para não chocar a jornada diária na fazenda com o serviço dentro

da residência que, por sua vez, também carecia dos mesmos cuidados e envolvia toda a família do vaqueiro.

Conforme descrição do senhor Antonio Raimundo Pereira (2015, p. 5-6), pecuarista regional nascido em Tanquinho, havia relativa difusão de fabricos de requeijão, disseminados na zona de abrangência da pesquisa, até metade do século XX, e seu pai, também pecuarista, produzia o requeijão comercializado na feira semanal da cidade de Feira de Santana além de vender porcos abatidos. Aquelas fazendas que além das tarefas tradicionais ainda contavam com essas atividades mais específicas, como a fabricação de derivados do leite (o requeijão e a manteiga), forneciam o soro para alimentação dos porcos, o qual, além de auxiliar na engorda, prevenia certas doenças e deixavam o toucinho mais tenro, melhorando a demanda do produto no mercado.

O entrevistado Mário Lima de Cerqueira (2015, p. 11) informou como era feito o requeijão, já que seu avô tinha fábrica; disse ele que no então distrito de Pacatu, hoje Santa Bárbara, onde era vendido em grosso a produção, “era eles que traziam o leite, armazenava num vaso grande, no outro dia ele amanhecia cortado, o leite. Eles pegava, botava pa ferver num tacho grande, aí escorria o soro e ficava a massa”. Ainda na atualidade existem fabricos de requeijão na região, mas a queda da produção leiteira tem afetado sensivelmente a produção, de forma que é cada vez mais raro este produto no mercado, o que se reflete no preço final do produto, considerado na atualidade como alimento dos mais sofisticados.

Segundo Poppino (1968, p. 242), os produtos que não encontravam compradores nos distritos, aos sábados ou domingos, eram oferecidos nas segundas-feiras na sede do município, que dependia fortemente do afluxo semanal dos fregueses das áreas rurais e se fazia para uma ampla área de consumo. A concorrência era alta, o que demandava ofertas melhores para escoar a produção, influenciando em preços mais acessíveis, observando que existiam produções diversificadas nas fazendas.

Na fazenda Poço da Parede, povoado de São João, localizada na divisa entre Tanquinho e Riachão do Jacuípe, ainda existe a casa de farinha, com todos os aviamentos, na propriedade do senhor Antonio Raimundo Pereira (2015, p. 4). De modo semelhante a outras instalações da fazenda, as casas de farinha estavam próximas da sede, nem tão contíguas que o amido da mandioca e a fumaça da lenha pudessem importunar os indivíduos nas residências, irritar os olhos, sufocar a respiração e interferir na produção já que os envolvidos na atividade também não suportariam o asfixiamento, debandando da

área que deveria se localizar em espaço bem arejado. Conforme Boaventura (1989, p. 131), na construção das habitações havia essa preocupação com a temperatura ambiente, e os ventos determinavam até a direção para a qual estavam voltadas. Nessas circunstâncias, as casas de farinha precisavam ter espaçamento entre o teto e a parede, onde estavam assentadas, para circulação do ar, que desintoxicava o cômodo.

Mário Lima de Cerqueira (2015, p. 4), natural de Santa Bárbara, área de tabuleiro, diz que “[...] p’ra plantar mandioca, cá no tabuleiro, precisava carregar um caminhão de esterco p’ra semear na terra p’ra fortalecer a terra. P’ra dar a mandioca no tabuleiro”. De forma semelhante, como já foi dito anteriormente, os currais deviam ficar também a uma relativa distância da sede, obedecendo ao sentido contrário do vento, para não ser sentido o odor dos dejetos animais, que depois de acumulado por algum tempo serviam como adubo nas áreas menos férteis do tabuleiro para o cultivo da mandioca, o milho, o feijão e o tabaco.

Como se percebe, o esterco bovino era de suma importância para que as terras desnutridas do tabuleiro pudessem se recompor do desgaste repetido com os cultivos e, ainda hoje, apesar da crescente retração dos rebanhos, o esterco é usado, necessariamente, por ter pouca agregação de valor ao produto, mais barato, mas já é possível notar algumas empresas na região produzindo e comercializando adubo, a partir do esterco e outros nutrientes minerais, o que pode se constituir em problema futuro, pela escassez da matéria prima. Mas o serviço de mistura do esterco com a terra da área a ser cultivada, ainda que o tabuleiro apresente um solo arenoso que facilita o serviço, era uma atividade penosa realizada com enxadas e pás, exigindo o trabalho braçal, o que encarecia a produção desta área em relação ao semiárido.

João Pereira de Menezes (2014, p. 7) disse ter trabalhado, cortando e lavrando madeira, por muito tempo com Ricardo Geraldo da Silva, marceneiro, que produzia cancelas, móveis e aviamentos para casas de farinha na região de Jaguará. As fazendas careciam reservar áreas com esta matéria prima para as obras de infraestrutura, tanto usada nas cercas para dividir os pastos quanto para fazer as habitações, os currais, cancelas, transportes, como o carro de boi e os arreios, a cangalha, arção de selas. Sendo assim, o vaqueiro deveria dominar relativamente um conjunto de habilidades mais específicas ao artesanato de couro, para manutenção dos aviamentos da fazenda e solucionar os percalços diários.

Em seu depoimento Maria Moreira Magalhães (2015, p. 3-4), nascida na década de 40, narra que vivia na fazenda Boa Hora, em Jaguará, e diz que lá existia mata, onde se encontrava muita caça, peixes de relativa variedade com fartura, fazia coleta de umbus, cajás, licuri, dos quais sua família e os outros agregados que trabalhavam na fazenda, lavradores, se serviam como alimento. Eram os agregados que faziam o trabalho na fazenda e isso incluía as destocas de pasto e construção das aguadas, nesse período, ainda usando o trabalho braçal para fazer a cava e a trincheira para contenção das águas que deveriam abastecer o rebanho de animais, o fazendeiro, e as casas de residências, poucas contando com tratamento sanitário adequado, o que deixava os indivíduos vulneráveis aos parasitas oportunistas.

Quando estava na entressafra, o agregado carecia da renda do trabalho no campo, paga pelo proprietário que amealhava mão de obra para trabalhar no guarimpo, e assim condicionava a fazenda a atravessar a escassez, até o período mais chuvoso (MAGALHÃES, 2015, p. 5). Descreve ainda que os homens e mulheres escavavam e enchiam cestos; outros, incumbidos de carregá-los na cabeça, tratavam de levá-los até o pico da trincheira. Normalmente essa atividade carecia da proteção de uma rodilha de tecido e do chapéu de palha para não ferir o couro cabeludo pelo atrito dos cipós, cuja confecção da vasilha e dos utensílios também envolvia os demais membros da família que, com isso, amealhava uma renda extra. Isso se assemelha, quanto ao desgaste energético, ao trabalho de mistura do esterco à terra do tabuleiro e, ainda, conta com o agravante de a terra ser mais densa por se tratar de massapê umedecido, fazendo com que o trajeto irregular até a elevação ficasse suscetível aos acidentes de trabalho.

No ano de 1957, Carlos José da Costa Pereira publicou a obra *Artesanato e Arte Popular* e, referindo-se ao desenvolvimento da indústria doméstica, afirma que continuavam atuando na estrutura econômica da região, caracterizada pelo latifúndio, na zona rural, onde a atividade manufatureira atendia as necessidades imediatas, e na zona urbana, entregue aos ofícios e ocupações tradicionais, perfeitamente ajustados aos padrões subdesenvolvidos, mas alerta que nem sempre estas relações se prendem aos determinantes históricos do ciclo do açúcar e que outras ainda derivam de relações ecológicas (PEREIRA, C., 1957, p.155). É nestas relações que mais especificamente nos prendemos, no intuito de explicar as relações de produção da pecuária e da agricultura no tabuleiro feirense e a força do comércio regional de Feira de Santana, no período da pesquisa, considerando que elas alcançam as memórias dos indivíduos entrevistados.

A ervateira Arlinda Cruz Oliveira (2015, p. 8), também lavradora e viúva do vaqueiro Aristides Santos Oliveira, atualmente morando na cidade de Tanquinho, afirma que os homens viviam do trabalho nas fazendas, e as mulheres buscavam fazer alguma coisa para vender, igualmente a ela quando morava na zona rural. Afirma que cansou de fazer chapéu, bocapiu e quebrava licuri para vender.<sup>11</sup> É importante esclarecer que os agregados da fazenda poderiam eventualmente auxiliar o vaqueiro a prender o rebanho caso se tratasse de uma quantidade maior, o mesmo se dando com o fazendeiro, e se a propriedade fosse de grandes dimensões haveria um auxiliar ou mais, contratados especificamente para auxiliá-lo, e em se tratando da ordenha, tanto os filhos do fazendeiro quanto os agregados se misturavam a essas tarefas, nas quais aconteciam trocas culturais nas relações de trabalho que reforçavam a identidade que caracteriza o tabaréu no tabuleiro.

Salienta Boaventura (1989, p. 55-56) que o fazendeiro e também as mulheres se envolviam nos trabalhos, além dos encarregados do serviço. O mesmo se dava com as crianças, dos mais pobres aos mais abastados, que tinham sempre uma atividade, ainda que ligada à ludicidade, para se ocupar durante o dia – como o exemplo colocado no parágrafo anterior, o qual envolvia atividades artesanais – ou o meio de adquirir o alimento sob a forma de coleta, que envolve toda uma aprendizagem de como extrair a amêndoa da casca do pequeno coco do licuri despertando a curiosidade.

Como se percebe nesse trecho introdutório, havia uma hierarquia dentro da fazenda, a qual subordinava as outras tarefas à autoridade do fazendeiro, contando na sequência com o auxílio do vaqueiro, que vinha em seguida imediatamente abaixo na escala social, seguido dos lavradores e demais esferas sociais, encarregados das outras atividades. Em termos da produção se percebe uma tendência de menor custo no semiárido, condicionado pela maior produtividade do solo, desde que as condições climáticas fossem favoráveis e existisse uma produção paralela de utensílios domésticos e construções anexas à sede da fazenda para estruturar as ações, o que nos leva a pensar que essas carências no tabuleiro faziam com que aumentassem a procura por produtos cuja deficiência do solo não permitia produzir.

### 3.2 A BOIADA CONDUZIDA AO MATADOURO

---

<sup>11</sup> Chapéus de palha e bocapius são artefatos construídos a partir da palha de licuri trançada. Os primeiros para proteção contra o sol, e os últimos como vasilhas tipo sacolas de carregar à mão.

João Pereira de Menezes (2014, p. 4) chegou a conduzir boiadas, composta de reses, de sua propriedade e da do seu compadre Zezito Moraes, localizadas no distrito de Jaguará, para Feira de Santana usando a estrada boiadeira, que atravessa o distrito até a sede do município, e também acompanhou o compadre, que adquiriu cabeças de gado para engorda, em viagem de negócios a São Gonçalo. O território desse distrito fica na área do semiárido do município, suas terras tem, na caatinga, a cobertura vegetal, solo mais fértil e é cortado por dois rios temporários: o rio de Peixe, que aflui para o rio Jacuípe, localizado na sede do distrito.

Como antes dissemos, Jaguará localiza-se no semiárido do município de Feira de Santana, e os pequenos e médios proprietários comercializavam a produção na sede, onde também eram adquiridos gados, naturalmente pela melhor oferta, e onde eles buscavam outras áreas além, porém na mesma região, para a aquisição das reses mais baratas que deveriam compor o novo rebanho, certamente pela fartura de pastagens e carência dos animais.

Na altura da fazenda Itapicuru, o rio Calandro desemboca no rio do Peixe e dá passagem à estrada de boiadas que seguem pelo distrito de Maria Quitéria (antigo São José das Itapororócas) até a sede do município de Feira de Santana, para serem vendidas. A julgar pela sua fala, Menezes (2014, p. 4) afirma ter saído com “muito gado”, careceram de auxiliares para perfazerem o trajeto, os quais recebiam uma quantia pré-estabelecida, já que para duas pessoas (ainda que experientes na atividade) controlarem as reses, que eventualmente se desgarravam do rebanho, havia certa dificuldade.

Além da caatinga com armadilhas e o solo pedregoso e acidentado, existia certa dificuldade em penetrar na área urbana, bastante movimentada por pedestres, estranha ao cotidiano das fazendas, onde até mesmo uma palma seca de coqueiro, a qual se desprendia do tronco, provocava a debandada dos animais, que já vinham estressados; “[...] tinha assim uns coqueiros, e o povo que tinha coqueiro jogava a palha do lado de fora, aí então o gado chegava naquele lugar refugava e queria voltar, quando subia a palha de coqueiro [...] Eu já sofri rapaz!” Afirma Menezes (2014, p. 4). Conter as reses nessas condições na área rural, em meio à vegetação, já se faz uma tarefa das mais arriscadas, quanto mais numa área urbana, com pedestres circulando com potencial volume de mercadorias, veículos de carga motorizados, mercadorias empilhadas, ambulantes oferecendo seus produtos, e crianças junto às calçadas.

D. Antonieta Carneiro Magalhães Moraes, em seu depoimento, afirma que o primeiro Campo do Gado era um local perigoso para transitar e constantemente ocorriam acidentes nos fins de semana (MORAIS, J., 2011, p. 103). Possivelmente na sua infância, o Campo do Gado Velho já não comportava o volume de animais, e a cidade já se ressentia dessa necessidade de ampliar as instalações ou remover, daquele local, o comércio, ainda muito desorganizado em relação à divisão dos espaços.

O Senhor Antônio Raimundo Pereira (2015, p. 5), indagado se viajou muito pela Bahia como vaqueiro, afirmou que já tangeu boiadas da sua fazenda até Tanquinho e também de outra fazenda, em Queimadas, para a Capitiba, mais uma delas, também de sua propriedade. De Tanquinho, seguia outra estrada boiadeira até Feira de Santana e para ilustrar, mostrou, além dele numa mesma foto, outro fazendeiro, de nome Aristóteles Guimarães, numa festa de vaqueiros em Queimadas, ambos da região de Tanquinho, que faz fronteira com o tabuleiro, onde eram comercializados o gado, o leite e seus derivados, e também o esterco cujo recolhimento era feito nas fazendas por donos de caminhões e vendido entre os lavradores do tabuleiro. Conquanto se admita que na região dos tabuleiros existissem relativos criatórios de gado, nos parece ser mais específicos das áreas do semiárido de onde os caminhoneiros partiam em maior número para se beneficiar da melhor oferta no tabuleiro feirense, mais propício aos cultivos de feijão, milho, mandioca e tabaco, como veremos mais adiante quando tratarmos da agricultura.

Tanto a estrada boiadeira, que servia ao distrito de Jaguará, quanto a que seguia por Tanquinho recebiam o fluxo do deslocamento de gados do Piauí, Maranhão e Sergipe, gados estes que seguiam para Feira de Santana, conforme D. Arlinda Cruz Oliveira (2015, p. 8). O mesmo se dava com as áreas do sertão baiano, mais ao norte, e da Chapada Diamantina que seguiam via Jacobina, saindo em Riachão do Jacuípe, daí seguindo o mesmo itinerário até o Campo do Gado, local de comercialização.

Se bem podemos entender essas descrições, as estradas, acima mencionadas, atravessavam o atual município de Tanquinho, adentrando o município de Feira de Santana pelo distrito de São José das Itapororócas, hoje Maria Quitéria, para chegar ao Campo do Gado, atravessando o bairro das Baraúnas, no distrito sede. Esse bairro era e continua sendo periférico, o mesmo se dando com o Campo do Gado, onde se concentrava o comércio de animais.

O senhor Edmundo José dos Santos (2015, p. 1), professor aposentado e açougueiro, afirma: “[...] Comerciante que ainda sou! Açougueiro e comerciante. Ainda

convivo aqui no comércio há 42 anos. E de açougueiro uns 45 anos. É uma mistura de profissão [risos] [...] para criar quatro filhos, era uma dificuldade”. Ressalta que seu pai foi proprietário de fazendas e comerciante de gado, teve de se desfazer dos seus bens para saldar compromissos, portanto não era uma das famílias mais necessitadas e, sim, uma das que mais se destacavam economicamente no município, mas, por força das circunstâncias, careceu desenvolver outras habilidades para cobrir os custos diários com as despesas da família.

O referido depoente assegura, também, que “Tanquinho era considerado a bacia leiteira da Bahia e aqui era refrigerado e levado direto p’ra Salvador. E aqui existia um moinho de café, existia fábrica de caramelos e muitas fábricas de requeijão, de doces” (SANTOS, E., 2015, p.7-8). Como percebemos, as áreas do semiárido que compunham as bordas do tabuleiro se beneficiavam da carência de produtos cuja safra não era boa em razão do solo do tabuleiro, e grande parte da produção das fazendas, no semiárido, era comercializada em Feira de Santana.

Descrevendo os primórdios do deslocamento do gado no século XX para Feira de Santana, o senhor Divaldo Pereira Portugal afirma:

Porque naquele tempo se viajava a pé ou a cavalo. Os negros que traziam os bois chamava ‘salta moita’. Chamava salta moita porque vinha trazendo a pé. Levava vinte e tantos dias de Minas Gerais p’ra cá, porque vinha a pé devagarzinho, devagarzinho, devagarzinho, até chegar aqui. (PORTUGAL, 2015, p. 3).

Os auxiliares do boiadeiro deveriam manter o gado na estrada para evitar que se desgarrasse do restante do rebanho, evitando, assim, a fuga dos demais, mas não quer dizer que estes auxiliares sempre eram negros, outras pessoas também carentes ganhavam alguns trocados nessa atividade pouco comum. Gastão Sampaio (1977, p. 76) conheceu pessoalmente um deles que viveu por algum tempo na sua fazenda, descreve pormenores deste personagem e não se refere em momento algum sobre a tonalidade da pele, mas detalha a faina diária no deslocamento das boiadas de Feira de Santana a Salvador, cobrindo 24 léguas. Ambas as narrativas, porém, têm o mérito de identificar as rotas do gado que chegava à Feira de Santana na travessia do sertão, ou prosseguindo para o litoral, e identificar o trabalho dos indivíduos de menor renda.

O mesmo senhor Divaldo, do alto dos seus 93 anos, diz que foi empregado da dupla Marinho & Santos, e que seu tio Eloi José Pereira era comerciante de peles de animais silvestres, depois passou a matar bois para venda de carnes, mas seus tios comercializavam

couro bovino, e cada um na família vendia produtos distintos (PORTUGAL, 2015, p. 1-2). A sua fala ilustra a pujança do comércio feirense, que remonta extenso período, com grande diversidade de produtos, e trouxe riqueza econômica a várias famílias de comerciantes que se aproveitavam dos derivados do boi para comércio em Feira de Santana.

Jurandir dos Santos Cerqueira, mecânico de automóveis, atualmente conta com 59 anos, perguntado se nasceu em Feira de Santana, respondeu que nasceu na Rua Pedro Suzart, mas que depois de viver em outros bairros, se mudou aos quatro anos para a Rua da Paz, onde só tinha a Rede Ferroviária Federal, por onde circulava o trem de carga, e a mesma rua só tinha além da casa, o mato. Pedido que descrevesse a linha férrea, disse que vinha de Cachoeira, Conceição da Feira, Santo Amaro e “dia de domingo, vinha seis, oito, até nove vagão carregado, de Uberlândia e Uberaba, de boi pa abater aqui na Mafrisa<sup>12</sup>, que a Mafrisa era ali hoje onde é o Boulevard” (CERQUEIRA, 2015, p. 2-7). Desde o final do século XIX já existia, em Feira de Santana, a linha férrea que ligava as cidades litorâneas a Minas Gerais, mas, como verificamos nos depoimentos, ainda prosseguiram as boiadas provenientes desse Estado, conduzidas a pé, tangidas por vaqueiros, chegando à cidade para ser comercializadas de forma que a modernização que representava a linha férrea no transporte dos animais teve pouco proveito nessa função e não chegou a concorrer com a mão de obra dos vaqueiros nas fazendas, ou na travessia via estradas, até a cidade de Feira de Santana (POPPINO, 1968, p. 153).

Ao ser perguntado sobre as fazendas próximas da sede do município, um depoente destaca as razões de sua decadência:

Havia fazendas sim. Estas fazendas [...] grandes fazendas e pequenas. Elas geraram aqui um comércio muito grande que era o comércio do couro curtido. Couro de gado. Essas fazendas é que propiciaram, não só o desenvolvimento econômico, não só desenvolvimento do capital, não só acumulação de bens, mas também geraram duas coisas: os cortumes e o trato do couro. E os utensílios usados nos animais pra os arreios. Também em virtude dessas fazendas ao redor de Feira. Porque Feira já foi um município grande produtor agropecuário. Hoje não é mais não. (GAMA, 2015, p. 6).

Essa atividade de curtir o couro, em Feira de Santana, trata-se de uma das primeiras manufaturas de transformação de matéria prima, praticadas tanto nas fazendas

---

<sup>12</sup> Matadouros Frigoríficos S/A, criados pelo município, com auxílio do Estado da Bahia, para o abate bovino.

quanto nos subúrbios da cidade, sobreviveu com a crescente demanda até os anos 70 do século XX, e se caracterizava em uma atividade um tanto distinta das exercidas nas fazendas mais distantes. O fluxo contínuo de gado que chegava aos tabuleiros permitia ao fazendeiro, estabelecido na área, pensar modos de se beneficiar dessa logística, agregando valor ao couro a partir da curtição, se aproveitando das áreas alagadiças e dos preços mais em conta apresentados pelo matadouro, estabelecido no Campo do Gado, com a comercialização tendo grande concorrência das casas especializadas nessa mercadoria. Essa produção demandava o emprego de mão de obra nos curtumes, gerando, além da renda para a população mais pobre, maior circulação de moeda e arrecadação aos cofres públicos.

Na memória existe o registro de que se “transportava boi de qualquer região de Sergipe à Bahia, a cavalo; depois foram surgindo os caminhões, e parou de transportar o gado a pé” (SANTOS, J., 2015, p. 10). Como percebemos, até por volta da metade do século XX ainda prevalecia o meio de transporte do gado tanguado por montarias, que empregava relativa mão de obra dos vaqueiros e auxiliares, e demandava toda uma cadeia de empregos nas fazendas para dar suporte aos criatórios, à comercialização e à venda dos animais, e esta situação se modificaria sensivelmente a partir da década de 60 com a difusão do transporte rodoviário, que tanto competia com as ferrovias assim como também com o tangedor de boiadas para a feira.

Como observa Eurico Alves, muita estrada de ferro e de rodagem passou por cima das estradas de boiadas e de trânsito dos carros de boi (BOAVENTURA, 1989, p. 45). A estrada mais curta entre o Estado de Sergipe e a cidade de Feira de Santana atravessa a divisa com a Bahia, na altura de Paulo Afonso, e corta, no sentido norte a sul, o Estado, passando por Ribeira do Pombal e Tucano, chegando mais próximo em Serrinha, acompanhando o rumo que tomavam boiadas na zona norte da urbe.

Em seu depoimento, D. Antonieta Carneiro faz uma descrição detalhada do comércio local ao narrar que o senhor Anísio das Cobras, antigo habitante da Vila de Almas (atual Anguera), semanalmente se dirigia ao local da feira, atravessava a Ponte do Rio Branco, que ligava Feira de Santana a Anguera e daí a outras áreas do sertão, seguindo até Xique-Xique. Esse trajeto viabilizava a passagem de boiadas vindas de Mundo Novo, Monte Alegre e Baixa Grande, conforme Reis (2012, p. 180). A ponte, inaugurada em 1917, na administração do coronel Agostinho Fróes da Motta, permitia a circulação do trem, mas isolava áreas para que o gado não atravessasse os trilhos, conforme se deslocasse

sobre a estrutura. Dessas antigas estradas que seguiam rumo ao tabuleiro, se configura a atual situação da malha rodoviária estadual que faz de Feira de Santana, no século XX, o maior entroncamento do norte e nordeste brasileiro, ligação rápida com todo o sertão baiano e recôncavo.

### 3.3 AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIAS E OUTROS HÁBITOS

A cultura de subsistência é uma atividade tradicional que permanece no tabuleiro, retratada no cultivo do tabaco, no cultivo das ervas e no cultivo de árvores frutíferas, decaindo significativamente a produção ao longo dos últimos anos, sendo comuns chácaras em bairros mais afastados de Feira de Santana ou ao longo das rodovias que cortam a região.

Conforme o senhor Antônio Ribeiro Silva, cuja mãe nasceu na fazenda Batata, em Santa Bárbara, durante o período em que viveu na zona rural, no distrito de Jaguará,

[...] A gente cultivava era uma rocinha, a gente plantava mandioca, fazia nossa farinha p'ra se alimentar; alguém precisava, a gente plantava. O que a gente plantava era um pé de melancia, um pé de quiabo, umas coisinhas assim que plantava na roça mesmo. (SILVA, 2015, p. 2-6).

O mesmo ocorria na entressafra, quando os agricultores trabalhavam no serviço de destoca, arrancava tocos ou fazia farinha. Esses cultivos eram a base do alimento de cada ano do trabalhador rural que comercializava apenas quando havia uma safra inesperada que excedia a necessidade da casa.

Na pesquisa sobre o cotidiano desses trabalhadores, um dos objetivos foi o de saber como eles protegiam os cereais da umidade das chuvas no período da colheita:

[...] Ah, a gente, cortava um pau né? Furava um buraco no chão, aí marrava, aí empilhava eles todos até onde podia colocar eles. Fazia o moleque,<sup>13</sup> aí protegia. Agora tinha que botar era o feijão enxuto, pá não *mermar*.<sup>14</sup> Porque se botasse ele molhado, ele podia apodrecer. (SILVA, 2015, p. 11, grifo nosso).

Novamente questionado sobre como se fazia o descarçamento dos grãos, o senhor Antônio Silva disse:

[...] a gente limpava o terreiro, limpava bem limpinho, aí espalhava ele lá p'ra dar uma esquentada, aí depois arrumava um bocado de gente, aí

<sup>13</sup> Nome que se dá ao pau fincado segurando ramas de feijão.

<sup>14</sup> A merma se constitui em manchas escuras que aparecem nos grãos, proveniente da umidade, que desvalorizam a produção, além de deixá-los endurecidos, prejudicando o consumo.

juntava tudinho, aí tomava uma cachacinha e cobria o cacete (risos). E tinha as mulher p'ra peneirar, p'ra soprar, né? (SILVA, 2015, p. 11).

Esse era um dos momentos mais lúdicos e dos mais tradicionais na zona rural, o canto de trabalho acompanhava o desenrolar da tarefa. Como bem descreve o depoente, as ramas precisavam esquentar ao sol para retirar a umidade restante na palha, proveniente da menor temperatura da noite, e, durante o processo da bata, as vargens mais secas, estando, ficassem sensíveis ao atrito dos porretes e desprendessem os grãos.

A bata de feijão, além de um momento de descontração, também se reveste de um caráter comemorativo que integra o grupo. Em Feira de Santana e no Vale do Jacuípe, Gastão Sampaio descreve pormenores da bata de feijão, que se realiza com grande alegria, com os participantes cantando ao ritmo dos cacetes, suspendendo nos pés a palha com satisfação geral pela safra (SAMPAIO, 1977, p. 103).

Do ponto de vista da memória desse grupo de tabaréus, isso pode se constituir, inclusive, no que Michael Pollak designou como lugar de apoio de memória. Segundo o autor:

Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode ter apoio no tempo cronológico. [...] Na memória mais pública, nos aspectos públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio de memória, que são os lugares de comemoração. (1992, p. 202).

A bata do feijão além de reforçar laços de identidade coletiva é também um lugar de comemoração pública pela safra, onde se faz o terreiro para proceder esta atividade sob a forma de adjutório.

Outra questão colocada para o senhor Antônio Ribeiro diz respeito à água venenosa consumida pelos animais quando se fazia a farinha. Ele responde que “os porcos chegava, aí bebia a água e embebedava, aí caia. Uns dava é... ferrava a testa deles com um tição de fogo p'ra salvar. E outros botava terra na água e dava p'ra conseguir salvar a vida do porco” (SILVA, 2015, p. 11).

Julgamos significativo perceber que o informante usa o termo “embebedar”, que sugere uso exagerado de bebida sem a devida providência, como recurso empregado como antídoto na prática de cura, sobretudo a última estratégia em que a terra é misturada à água.

Apesar de estar afastado da zona rural, pois Antonio diz não exercer mais a profissão de lavrador, todo ano faz a rocinha na propriedade de um seu amigo que lhe cede, em cada ciclo, um pedaço de terra propício ao cultivo – “[...] Aí tem mais ou menos uma

tarefa de terra e todo ano passo uma enxada na terra, limpo e planto meu feijãozinho, um milhozinho, abóbora” (SILVA, 2015, p. 3).

Pode-se observar nessa descrição alguma melancolia própria do tabaréu que, ainda no espaço urbano, arranja tempo para dar uma escapulida e fazer o plantio que lhe apraz, conforme os hábitos de sua vida anterior ao ingresso na cidade. Para certificar que a memória de uns se apoia no grupo, perguntamos, também, ao senhor Mário Lima de Cerqueira, nascido na fazenda Tapuio, em Santa Bárbara, o que mais lhe causava saudade, e ele respondeu que era o trabalho;

[...] porque quando eu comecei lá na roça mesmo, eu comecei com 10 anos pa 12 anos trabalhano. Trabalhava de capinar terra, plantar feijão, milho, mandioca. Sempre quando tava novinho, ajudano meu pai. Lá era uma área de caatinga misturada com área de tabuleiro um pouquinho. Era tanto que os pastos era tudo de capinho. A terra preta. E sempre tinha um lugar, a terra areada e tudo, aí a gente prantava mandioca, todo tipo de fruta a gente plantava, mas não dava todas. Dava era goiaba, jabuticaba, é melancia, abóbra, andu, mangalô, todas essas variedades dava lá. (CERQUEIRA, 2015, p. 4).

O curador e militar reformado Elias Gomes Moreira, filho de lavradora e oleira que habita no distrito de Bonfim de Feira, noroeste do município de Feira de Santana – e o mais novo entre os depoentes –, ao ser perguntado quais os cultivos comuns a sua região, disse que “a plantação de lá sempre foi milho, feijão, fumo. Mandioca pouca”. Perguntado sobre as chácaras, lembrou: “Chácara eu alcancei várias. Agora acabou. Lá tinha mais era chácaras em volta” (MOREIRA, 2015, p.5). Eis aí uma das queixas mais comuns, tanto entre pecuaristas quanto entre lavradores da região, em relação à zona rural do município, os quais se ressentem da continuada improdutividade da terra.

Segundo Wagner Alves Reis (2012, p.37), Feira de Santana juntamente com São Gonçalo dos Campos se constituíam em áreas específicas para a produção do fumo e o comércio desse produto, tanto que permitiu ao descendente de pessoas escravizadas – Agostinho Fróes da Motta – angariar fortuna e chegar ao ápice político como intendente da cidade de Feira de Santana. Embora a infância desse personagem seja pouco conhecida, sabe-se que migrou de São Gonçalo para Feira de Santana, onde seus armazéns de fumo ocupavam quarteirões inteiros.

O senhor Divaldo Portugal diz que, em 1945, quando foi um dos convocados para compor as forças brasileiras na segunda guerra, o quartel provisório se situava em um dos terrenos na Avenida Senhor dos Passos, de propriedade do Dr. Eduardo Fróes da Motta –

filho de Agostinho Fróes da Motta – que faziam parte de um armazém de fumo que se estendia da frente da residência do empresário, seguindo no sentido sul da avenida Senhor dos Passos, até proximidades da Estação Ferroviária, nos fundos da Matriz de Senhora Santana, onde atualmente se localiza o Colégio Padre Ovídio na Cidade de Feira de Santana (PORTUGAL, 2015, p. 10). Tomando por verídica esta afirmação, os armazéns de fumo se estendiam por cerca de 1000 metros, a partir da Praça D. Pedro II, ou Largo do Nordeste, mais popularmente conhecido, o que demonstraria o volume acentuado dos negócios que, diga-se de passagem, não era monopólio por agregar outros comerciantes concorrentes.

Conforme Eurico Alves Boaventura (1989, p. 51), o adubo proveniente dos currais foi o auxiliar do plantio de fumo na terra pobre dos tabuleiros; mas, como já nos informaram os depoentes, não só desse cultivo como também de outros que são feitos na mesma área. Entretanto, Gastão Sampaio (1977, p. 100) afirma que existiam, nos tabuleiros, fumos especiais, citando locais como São Gonçalo, Humildes, São José das Itapororócas, Iará como produtores de fumos classificados como tipo exportação, quando bem preparados e selecionados. Podemos entender que em São Gonçalo há uma proximidade grande com o rio Jacuípe, a cidade então seria beneficiada pelas margens fertilizadas; no entanto, em relação aos outros locais, a seleção e, necessariamente, a preparação devem se referir à adubação.

Já o autor estadunidense Rollie Poppino (1968, p. 74) afirma que a indústria do fumo era uma atividade importante no município e que o fato de serem consumidos pelos habitantes, e os donos de armazéns não serem taxados pelo fisco, se tolerava a ilegalidade. Esse é um detalhe que pode interessar na medida em que se configura em uma possibilidade de explicação para a acumulação de algumas fortunas regionais, a falta de impostos a esse produto.

Referindo-se ao cultivo do fumo, Gastão Sampaio detalha as etapas do processo do cultivo ao produto final, alertando ser esta uma lavoura trabalhosa que envolve “preparação da terra, adubação, plantio, manutenção, capina, colheita, secagem, manocagem<sup>15</sup> e enfardamento” (SAMPAIO, 1977, p. 100). Vê-se, portanto, que no tabuleiro feirense, em função da fragilidade da terra, o plantio do tabaco, como de alguns outros cultivos, necessita da adição do adubo, o que acaba se refletindo tanto no preço do produto, como se constitui em um serviço penoso realizado pelo lavrador, até no trabalho

---

<sup>15</sup> Consiste no enfeixamento de folhas, assim dispostas para secagem.

de prensagem e seleção, atividades desenvolvidas por funcionários nos armazéns de fumo, os quais sofrem irritação nasal causada no contato direto com esta erva.

A depoente Maria Moreira Magalhães, moradora, atualmente, em Tanquinho, disse que seus pais, agregados residentes na fazenda Boa Hora, em Jaguará, faziam roça, e lembrando-se dessa prática narra que

[...] O que eu lembro é que eles era lavradores, né? Tinha roça! Tinha pé de manga. Capinava, né? Plantava milho, feijão, as coisa de verdura, nesse tempo era muito bom, tinha tudo isso: coentro, tomate, tomatinho. Tomatinho era mais próximo do que o tomate. (MAGALHÃES, 2015, p. 2).

Aqui aparecem novas variedades de cultivos como hortaliças, frutas e verduras em uma área onde prevalece o semiárido, melhor dizendo, a área do semiárido do município e, mais uma vez, a queixa na comparação com a atualidade.

Num outro trecho da entrevista, feita com Maria Moreira Magalhães, perguntamos o que de mais interessante havia na fazenda, ela respondeu ter “licurizeiros, pé de umbu e cajás que eram muito gostosas” (MAGALHÃES, 2015, p. 3). Como no depoimento de Mário, há, aqui, referência ao umbu, e são citados pela primeira vez o licurizeiro e a cajá, ainda que não signifique isso, que estes últimos não existam em outras áreas, mas, quanto ao umbu nos parece coincidir os depoimentos.

Antonio Raimundo Pereira, pecuarista com várias fazendas espalhadas pelo sertão baiano, afirma que

[...] A casa de farinha, no São João [povoado] é a mais velha. Papai fez naquela época na Capitiba, mas derrubaram tudo. Mas, no São João é velha, essa é velha, casa de farinha antiga. É de quando fundou o São João. Tá tudo lá. Até a roda de mandioca ainda tá lá. (PEREIRA, A., 2015, p. 4-6).

Nota-se que esses cultivos são os mais tradicionais da região como um todo e algumas culturas são mais específicas a outros locais, exigindo um solo mais rico, adequado ao plantio como o do tomate, que necessita de mais nutrientes para desenvolver-se. Ainda sobre a agricultura do tabaréu, D. Arlinda Cruz Oliveira declarou que cultivava:

milho, feijão mandioca, andu, mangalô. mamão. De tudo que se planta nas roças. Aqui, quando alguém não gastava todo, vendia aos negociantes que levavam p’ra cidade p’ra vender. Vendia quando tinha de sobra. Quando a safra era boa. (OLIVEIRA, A., 2015, p. 8).

Mais uma vez aparece na área do semiárido feirense uma diversidade maior de cultivos do que a que aparece no tabuleiro, muito embora também se apresentem chácaras na área, mas dentro da área das roças se misturavam frutas, cultivos de cereais e leguminosas.

Recortamos um pequeno trecho da fala do professor Raimundo Gonçalves Gama, no qual ele discorria sobre o que se lembrava da zona rural de Cícero Dantas, pela relação que tem com a temática: “[...] Além disso, a... como tinha a colheita, feijão, milho, mandioca, não é? Meu pai fazia farinha em quantidade” (GAMA, 2015, p. 4). Muito embora fique a uma distancia considerável de Feira de Santana, nos serve de referência para estabelecer comparação com os cultivos regionais e verificamos ter bastante semelhança aos cultivos tradicionais da região do tabuleiro feirense, destacando apenas uma diversidade maior de frutos nativos, que não se adaptam ao solo menos rico do tabuleiro.

Mas há certos cultivos que também se adaptam melhor ao tabuleiro feirense, como a produção de tabaco ou o de mandioca, ambos mais específicos dos terrenos arenosos, desde que a terra seja adubada, como bem informaram os depoentes. Pelo exposto até o momento, predominava, entre os pequenos agricultores, o cultivo de subsistências, enquanto o pecuarista, em razão de ampliar as áreas de pastagens, notadamente a partir do início do século XX, deveria cultivar áreas mais extensas, ainda que não se constituísse em larga escala, tradição que não se coaduna à policultura, ainda hoje praticada.

Para que se descobrissem novas áreas para o cultivo, em territórios próximos ao tabuleiro feirense, era necessário roçar o mato, queimar, capinar, semear os grãos consorciados ao capim, que deveria formar novas áreas dos piquetes para o gado. Como já abordamos anteriormente, essas tarefas faziam parte da rotina da fazenda, usando a mão de obra dos lavradores, e perduraram por grande parte do século XX em Feira de Santana, que hoje, devido à difusão das máquinas agrícolas, perderam esta tradição.

### 3.4 CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO DO SERTANEJO

No segmento, teremos oportunidade de, a partir da narrativa dos depoentes, estabelecer uma ideia mais exata das formas de construção das habitações, das suas características físicas, estrutura e condições sanitárias do meio rural, tanto no tabuleiro quanto no seu entorno.

O professor Raimundo Gonçalves da Gama, que habitava na área mais distante dos tabuleiros feirenses, na cidade de Cícero Dantas, ao fazer uma descrição das moradias, entre outros detalhes, disse que

[...] As casas das pessoas da classe média, vamos dizer assim, de posse, essas casas tinham mais conforto, tinham iluminação, mais higiene, mais utensílios domésticos que eram renovados com o avanço. As casas mais humildes não tinham às vezes nem onde depositar a água que eles bebiam. Ou quando tinham eram os chamados porrões, ou potes, quebrados, emendados. Ou bebiam também às vezes na cuia de cabaça, feita de cabaça. Não tinham iluminação adequada e piso nem se fala, era um piso de chão, de areia. Usava ainda, eu me lembro que em determinados locais, eu fazia perguntas mais tarde aos meus pais, sobre as camas de vara. Existiam sim, na época. Como existem até hoje. Cama de vara. Isso mostra a diferença entre os ricos e os pobres. (GAMA, 2015, p. 4).

Esta é uma descrição que ao longo desse tópico vai encontrar similitude com as características físicas das residências do tabuleiro feirense, e até da própria cidade no início do século, e isso atravessou praticamente todo o século XX e só, muito recentemente, passou por uma modificação mais acentuada.

Conforme Poppino (1968, p. 130), o programa de embelezamento da sede prosseguia em 1930, eliminando ruas estreitas e tortuosas, estendendo novas ruas e ampliando a abertura de praças que ainda, assim, não tinham sido concluídas. Na década anterior essa tendência vinha sendo intensificada com obras públicas arrojadas, mais concentradas em prédios, mas as novas orientações Federais se concentravam nas vias.

O músico e lavrador José Carlos Santana Rosa detalha outras construções como as residências dos proprietários de terras as quais eram mais organizadas, a maioria feita com adobe, inclui nesse hall uma capela construída na fazenda Aurora com o mesmo material. Os mais humildes moravam em casinhas construídas com taipa ou mesmo de adobe, porém de pequeno tamanho, alguns até que faziam a cobertura com pindoba de licuri, citando exemplo em agregados na fazenda Rá Joel, em Jaguará, e que o povo ali era muito humilde mesmo (ROSA, 2015, p. 6). Como fica evidente, não existem referências às condições de infraestrutura no que se refere à iluminação ou ao piso, e até móveis, mas admite haver alguns com muita pobreza.

Esta mesma descrição é feita por Eurico Alves, acrescentamos a essas paredes feitas de adobe puro as peças construídas de madeira de lei, vigorosas peças que sustentavam as habitações (BOAVENTURA, 1989, p. 104). As casas de taipa, também

citadas, formavam as residências de vaqueiros, mas percebe-se que todo agregado também habitava nessas mesmas condições.

Arlinda Cruz Oliveira diz que a maioria das casas era construída de taipa e depois passou a ser construída de adobe com barro, e confessa: “[...] Eu vim conhecer casa de bloco depois que cheguei aqui em Tanquinho. Mas, durante os anos que morei na roça, tudo era casa de taipa, livre disso, adobe” (OLIVEIRA, A., 2015, p. 5-6). Ao ser perguntado se usavam cimento e de que eram feitas as vigas, respondeu serem de madeira, e o teto de telhas. Como parece delinear, nos depoimentos que fazem referência à região de Jaguara, as casas de adobe eram utilizadas pelos fazendeiros, os trabalhadores rurais e religiosos, apenas distinguindo os mais carentes pelo uso mais farto de casas de taipa.

D. Maria Moreira Magalhães, que era agregada na fazenda Boa Hora, também desse distrito, confirmou que as casas ou eram de barro ou de taipa, cobertas com telhas (MAGALHÃES, 2015, p. 3). Ao que tudo indica, pelos depoimentos apresentados pelos indivíduos na faixa etária entre 68 e 70 anos – que habitavam nesta área no distrito de Jaguara –, nas coberturas das habitações prevaleciam as telhas, ainda que, eventualmente, entre os mais pobres fossem encontradas palmas de licurizeiro.

Lembrando que na fazenda de Agostinho Duarte, da qual a fazenda Boa Hora foi desmembrada, existia, desde o período do império, um forno de fazer telhas, cuja olaria estava dentro daquela área e deu nome ao tanque ali construído pelo senhor Israel, o proprietário, que também batizou a fazenda com o nome Boa Hora (MORAIS, 2011, p. 127). As velhas telhas ou refugos poderiam ser usados como doação aos agregados da fazenda, que assim tinham uma disponibilidade maior desse produto.

De acordo com a memória de grupo aqui constituída, o senhor Mário Lima de Cerqueira, que como antes dissemos, habitava na fazenda Tapuio no então distrito de Pacatu, hoje Cidade de Santa Bárbara, ao responder à mesma pergunta, de como eram construídas as casas, afirmou que:

[...] as casa era feita de adobe. Aqueles que tinham um dinheirinho conseguia comprar aqui em Feira ou ne Santa Barba comprar assim um pisozinho e tudo, mas não eram, na maior parte das casa era tudo no barro mermo. Chão batido. Era umas casa pequeneninha e tudo. Feito de taipa. Tinham poucas divisão. Meu avô tinha um [...] ele sempre tinha um gadozinho, criava gado. Essa fazenda Tapuio dele era uma fazenda grande, umas duzentas tarefas, mais ou menos. Então a maior parte dos filho morava dentro da própria fazenda, tinha suas casa, aquele dividimento de pasto, de roça, criava a maioria de gado. (CERQUEIRA, M., 2015, p. 7).

A área de abrangência dos depoimentos cobre um território bem maior que o do tabuleiro feirense, no sentido norte de Feira de Santana, mas observamos muitas semelhanças nas narrativas, ao ponto de nos permitir afirmar que a construção de habitações dos mais pobres se constituía basicamente de casas de taipa, em alguns casos havia a cobertura com palhas de licurizeiro, mas a grande maioria tinha tetos com telhas de barro, prevalecendo o piso de chão batido enquanto entre os fazendeiros predominavam construções com adobe, vigas de madeira, cobertura com telha e, em raros casos, piso de cerâmica, sendo mais comum o piso com tijolo.

No depoimento do professor Raimundo Gama há referência às condições sanitárias dos imóveis, e aos utensílios domésticos, a exemplo das talhas de cerâmica e aos móveis, e às divisões das comodidades das habitações, o que nos faz remeter à pobreza dos recintos, o que não significa, absolutamente, a falta de higiene, mas o grau de exploração e de sobrevivência até porque como alguns chegam a dizer, nos depoimentos, que as condições de limpeza do ambiente onde se processavam as tarefas – em contraposição ao ambiente urbanizado em que coros de animais e dejetos produziam ares insalubres e poluentes, mesmo no período anterior a difusão industrial no país –, eram muito mais higiênicas.

### 3.5 A INDUMENTÁRIA DOS VAQUEIROS E TANGEDORES

O vaqueiro é o encarregado de tratar, recolher, ferrar e ordenhar as vacas e apartá-las dos bezerros ou tanger o gado, contando com auxiliares que podem se constituir de indivíduos contratados, ou por questão de solidariedade se juntem ao vaqueiro nas tarefas, e eventualmente pode contar também com o auxílio do fazendeiro ou da sua descendência. O funcionário tem um salário específico, separado da remuneração de outras atividades que durante os dias e horários de folga por ventura exerça. D. Arlinda Cruz Oliveira elenca algumas dessas atividades “[...] destocar pasto, cavar tanque, fazer cerca. Essas coisas. Os vaqueiros era tirar leite, fazer boiada, que antigamente não tinha carro pa carregar boi, então os vaqueiros levava a boiada p’ros lugares” (OLIVEIRA, A., 2015, p. 9).

Para processar essas atividades é preciso que o profissional além da habilidade com os animais de montaria, o conhecimento das tarefas a serem desenvolvidas e do tratamento a ser ministrado ao gado, é necessário uma série de medidas preventivas que garantam ao profissional a integridade física, no duro trabalho do campo, normalmente garantida através da sua indumentária e dos arreios que vão proteger a montaria contra as armadilhas que no deslocamento se apresentam na vegetação espinhosa da caatinga. No caso do

tabuleiro feirense, em razão de a vegetação ser mais rarefeita, devido a maior parte da área ser formada por lagoas, não se formava uma vegetação mais densa como áreas do semiárido do território do município, situadas mais ao norte como Jaguará, Tanquinho e Anguera, esses dois últimos desmembrados de Feira de Santana a partir do final da década de 50 e início da década seguinte.

Além disso, a vegetação específica do tabuleiro, conforme a fala do senhor Mário Lima de Cerqueira, que ao ser perguntado sobre o tipo de vegetação que dificilmente se encontrava nessa área, respondeu que a cabeça de frade, o mandacaru, o xique-xique e o umbuzeiro se constituíam em maior comodidade ao vaqueiro na perseguição às reses que abandonavam o rebanho (CERQUEIRA, M., 2015, p. 5). Isso significa que certos equipamentos usados no semiárido para proteção contra os espinhos são dispensáveis à região, influenciando significativamente no modelo das indumentárias.

Em outro trecho, D. Antonieta Carneiro Magalhães Moraes sublinha que “em Feira de Santana ocorriam constantes incêndios nas candeias, e as cinzas eram levadas pelo vento até as Sete Cabeças”.<sup>16</sup> (MORAIS, 2011, p. 104). Afirma Gastão Sampaio que na área leste de Feira de Santana existe um imenso tabuleiro estéril devido à composição do terreno arenoso com ínfima formação vegetal, onde outrora se encontravam imensos e cerrados candeiais, o solo não comporta o capim, mesmo se fosse adubado e não suporta o pisoteio do gado (SAMPAIO, 1977, p. 57). Ora, essas observações nos parecem de grande monta, no que se relaciona ao trabalho do vaqueiro na região, pela menor dificuldade em penetrar com a montaria nesse meio físico e ao mesmo tempo influencia na sua indumentária.

Em sua obra, Carlos José da Costa Pereira (1957, p. 89) descreve o jaleco, confeccionado de couro de carneiro com a lã na parte interior, frente aberta, fechando apenas na altura do pescoço – quando necessário – por um laço de duas tiras, face trabalhada por pespontos à máquina ou à mão com arabescos, aplicações decorativas de couro de outra cor, pequenos bolsos dos lados e difundido até entre crianças, ou pessoas que não exercem este ofício. É importante perceber que este autor estudou mais de perto o artesanato comercializado na Cidade de Feira de Santana, o qual tinha em Ipirá o principal

---

<sup>16</sup> As Sete Cabeças se refere a uma das serras existentes no território do distrito de Jaguará, que está a cerca de 54 Km. via estrada de chão, da sede do município de Feira de Santana. A candeia é uma vegetação que pode ser encontrada tanto na caatinga quanto no litoral, mas a pobreza do solo do tabuleiro não permite o mesmo desenvolvimento apresentado nas áreas mais nobres do Estado da Bahia, de maneira que é encontrada numa forma arbustiva regionalmente e não interfere substancialmente no trabalho do vaqueiro que dispensa o gibão.

produtor, enquanto a distribuição para outras regiões se processava em Feira, que também tinha disponibilidade do gibão, mas regionalmente dava preferência ao jaleco, até pelo clima mais ameno do tabuleiro carecer da lã para o aquecimento matinal.

Sobre isso, Boaventura (1989, p. 18-19) descreve longas aplicações do couro, como o bogó utilizado para tirar água do poço, lastros de móveis, couro arrastado por juntas de bois contendo terra retirada da construção de tanques, surrões, embornais, forros de baú e roupa de trabalho. A sua obra foi editada no final da década de 80, quando as fazendas começavam sua decadência regional, e na atualidade também se aplica àquelas que ainda restam, mas estão cada vez mais raras.

Conforme Gastão Sampaio, em *Feira de Santana e o Vale do Jacuípe*,

a indumentária vem de longe, do alto sertão, para a venda, em quantidades impressionantes, os artefatos de couro. Selas de campo e de outros tipos de fantasia, gibões de couro, luvas, guarda-peitos, calções, perneiras, calçados, rebenques, loros e guarda-loros, cabeçadas e tudo que diga respeito à indumentária do vaqueiro, ou serviços de arreo para cargueiros, etc. Baixos, esporas metálicas, estribos, numa imensa complexidade de modelos. Este tipo de comércio é estabelecido fora do centro da cidade, no atual Campo do Gado centro da cidade. (SAMPAIO, 1977, p. 28).

Ressalte-se que o Campo do Gado, conhecido por Gastão Sampaio, não se refere ao atual, mas ao que se estabeleceu próximo ao centro urbano, no vale do Jacuípe, desde a década de 30 até meados do século XX.

Eurico Alves, descrevendo o trabalho do vaqueiro, diz que esse profissional “toma o jaleco ao pular da cama em meio ao Pelo-Sinal apressado e sai para o mato com um **café no dente**”. E completa asseverando que “os couros completos só nos dias de trabalho de campo mais intenso são entoados” (BOAVENTURA, 1989, p. 34, grifo do autor). E acrescenta citando José Roberto Macedo, que trata do trabalho do vaqueiro do São Francisco, dizendo que lá usam mais a perneira e o chapéu no trabalho, atribuindo esta especificidade ao meio físico e a maior incidência dos espinhos e do mato. Tal como podemos verificar, há certa distinção característica na indumentária do vaqueiro que habita o tabuleiro muito em função da vegetação na região, diferente da encontrada no semiárido, sobretudo no jaleco, que é mais comum que o gibão, mais usado no sertão.

Para esclarecer sobre a indumentária do vaqueiro, cabe realçar a descrição de José Carlos da Costa Pereira, segundo a qual o gibão é uma espécie de casaco curto, que desce até pouco abaixo da cintura, de mangas compridas (distinto do jaleco que não tem mangas)

justas, e sem gola (PEREIRA, C., 1957, p. 89). Esta vestimenta de couro, como assinalado antes, é mais adequada à proteção na caatinga, seja pela maior difusão de espinhos ou pelas árvores de baixo porte, a exemplo do umbuzeiro, que resvala a pele do vaqueiro, podendo causar ferimentos.

Como descrição, ainda, talvez tenha passado despercebido a Eurico Alves Boaventura (1989, p. 31) a importância no talhe do chapéu, respondendo aos críticos, sobre a devida análise e conhecimento da realidade, “a variação ligeiramente notada entre a forma de cortadas na Feira de Santana e no alto nordeste ou na catinga distante de Poções, mormente no talhe do chapéu, é coisa sem importância. Invariável a roupa.” Possivelmente o corte do chapéu mais uma vez se explique, nos mesmos termos que o resto da vestimenta, acrescentando apenas que numa área de ocorrência de umidade e chuvas mais constantes, ombreada pelo semiárido encapoeirado – que substitui a vegetação mais alta quando derrubada –, necessita proteger melhor as orelhas com uma aba maior, ou uma dobra diferente para facilitar a visão dos obstáculos. Conforme as memórias de D. Antonieta Carneiro, na obra já citada, aqueles que trabalhavam, na região de Jaguará, no ajuntamento do gado chegavam para almoçar apresentando vários arranhões, provocados pelos diversos espinhos encontrados na capoeira (MORAIS, J., 2011, p. 123). Essas pessoas, possivelmente não tinham a rotina de trabalho do vaqueiro, daí estarem despreparadas quanto à indumentária, que se mostrava inadequada para a vaquejada, como o seu esposo e o primo dele, de nome Elias, fazendeiros que, eventualmente, auxiliavam o vaqueiro e, devido a maior presença nessa atividade, necessitavam de todos os apetrechos para o trabalho no campo.

O guarda-peito protege a área exposta do corpo que fica próxima ao pescoço, no colarinho do jaleco, e cobre as costas por baixo deste e é amarrado à caixa torácica, sendo feito de peles mais tenras de caça para não irritar esta área sensível do corpo (PEREIRA, C., 1957, p. 89). Além disso, ele protege também os trabalhadores e os guias de veículos de duas rodas de certas ramas trepadeiras que se distribuem sobre a vegetação mais alta, conhecida popularmente como lambe-beiços, ásperos nas pontas, com pequenos carrapichos, quase tão perigosos aos vaqueiros quanto linhas de cerol das pipas. O uso do guarda-peito no trabalho do campo evita por vezes um acidente, e o próprio vaqueiro, ao debruçar-se sobre a montaria em velocidade, evita os imprevistos.

Na descrição da D. Antonieta Carneiro, há referência a um desses acidentes de trabalho em que o uso da perneira não conseguiu evitar, por não proteger a área dos

glúteos: uma galha seca de mandacaru, tombada pelo choque da rês perseguida com o cacto, no momento que seu esposo estava prestes a dominar o animal, não deu tempo de evitar a queda dos espinhos sobre a lua da sela e manter o equilíbrio sobre o cavalo, de forma que ele acabou sentando sobre os espinhos (MORAIS, J., 2011, p. 124). Vale ressaltar que a área onde morava a depoente já faz parte do semiárido do município de Feira de Santana, e a sua vegetação se distingue da área do tabuleiro feirense, onde o mandacaru e outros cactos são mais raros, conforme os depoimentos anteriores.

A perneira deve não só proteger as pernas, a parte frontal da virilha, dos espinhos e galhos da vegetação durante o deslocamento atirado do cavalo controlado pelo montador, na aspereza do mato, como também cobrir com polainas os sapatos a fim de proteger o dorso do pé, que sem esse apetrecho ficaria exposto (PEREIRA, C., 1957, p. 89). É, portanto, indispensável, entre as vestimentas, àquelas áreas de vegetação mais densa para processar o ajuntamento do rebanho bovino.

O sapato do vaqueiro tem estilo diferente dos que acompanham o desenho e tendências ditados pelo mercado da moda, muito embora, na atualidade, venha ganhando espaço até na indumentária feminina, que realça quem calça pela característica de exclusividade, mas tem sua utilidade ligada à praticidade no trabalho do vaqueiro e, conforme abordagem de José Carlos Pereira, geralmente é confeccionada com couro de veado silvestre (PEREIRA, C., 1957, p. 89). Como essas caças são escassas, e cada vez mais raras, o sapato também poderia ser constituído, na parte que veste o pé, de couro bovino e, ainda assim, a sola deveria ser composta desse material mais resistente, para não se desgastar rapidamente com o atrito do solado em contato com o solo.

Na Cidade de Tanquinho ainda encontramos artesãos que trabalham na confecção dos sapatos de vaqueiro, em tradicional família de descendência escrava, que passaram a exercer o ofício de sapateiro com a permissão dos proprietários da fazenda Santo Antonio, no século XIX, naquela localidade, mas devido à retração do mercado, de forma criativa, passaram atualmente a produzir sapatos com saltos mais altos para atender, sob encomenda ao público feminino, conforme descrição de Eurico Presbítero Della Costa, na obra cuja organização coube a J. Almeida Lima, (1983, p. 21). Assim como a cidade de Ipirá já foi grande produtora de vestimentas e fornecedora de couro para o mercado de Feira da Santana, as demais cidades tinham grande difusão de artesãos de couro, o que ainda pode ser verificado como resquício, na atualidade, onde sobrevivem alguns sapateiros.

As luvas protegiam o dorso da mão dos vaqueiros com alças que os indivíduos encaixavam os dedos, sendo que a falange do dedo polegar ficava exposta, permitindo o livre movimento dos demais dedos (PEREIRA, C., 1957, 89-90). Desse modo, no trabalho do campo, o vaqueiro ficava menos exposto aos perigos que o seu ofício apresentava no tabuleiro e na caatinga, e o gado produzia os efeitos desejados pelo fazendeiro.

Apesar de a crise ter afetado a produção artesanal do couro, muito em razão do encarecimento da matéria prima, ainda não é visível uma concorrência a nível industrial que substitua a indumentária do vaqueiro e, nesse sentido, seria interessante que os estudos fossem retomados pelo Estado, a exemplo da pesquisa feita por Pereira, C. (1957), tendo em vista que apenas há uma tímida e vacilante competição com o artesanato de couro *country*, que se restringe à elite pecuária, mas pode tomar contornos distintos se não houver incentivos e estudos mais aprofundados.

### 3.6 VARIEDADE LÚDICA NO TABULEIRO FEIRENSE

A zona rural dos tabuleiros sempre foi rica em variedades lúdicas e manifestações populares como jogos, competições, festas religiosas e populares, crenças e práticas de cura com ervas, detendo sua população uma série de conhecimentos tradicionais em uma época em que a medicina e a academia ainda não tinham se difundido no país, parece natural que as dificuldades patológicas exigissem uma ação da família, preocupada com o bem estar físico e mental dos seus membros, reforçando as relações do grupo.

Retomando suas memórias, D. Arlinda Cruz Oliveira diz que na sua infância,

brincava era de noite assim no terrero, na lua bonita. Essas festa de criança. Gulberto pegava um pandeiro, [...] não. Júlio pegava um pandeiro, Gulberto um berimbau. A gente fazia um berimbau de de...aqueles fio pareceno imbé, com uma vara, fazia uns berimbau bom danado. Gulberto botava uma cabacinha na ponta da corda. Se tu visse as festa que a gente fazia de berimbau! Nane no ganzá, Guberto no berimbau e a gente cantano. [risos] (OLIVEIRA, A., 2015, p. 10).

Esses improvisos surpreendem de quando em vez os adultos e revelam-se na criatividade das crianças, levando a reforçar vínculos afetivos que muitas vezes passam a fazer parte da rotina familiar.

Já ao senhor Antônio Ribeiro Silva, nascido na zona rural de Jaguará, solicitamos que descrevesse como acontecia o forró onde ele morava, disse que tinha um sanfoneiro,

uma zabumba, um triângulo, outros cantavam e, curiosamente, logo adiante diz que possuía arma branca, ressaltando, todavia,

que quando chegava lá se precisasse guardar uma ferramenta [arma] dava p'ra guardar e brincava e todo lugar que chegava era abraçado. Todo mundo gostava de mim. E outra coisa, eu gostava de sair mais só de que com companheiro p'ra festa. P'ra evitar pobrema de confusão. Porque às vezes você sai com um colega, chega lá, pensa que não, ele arruma uma briga lá, e você tá envolvido sem querer. (SILVA, 2015, p. 6-7).

Percebemos certos hábitos preventivos nessa atitude, tanto no que se refere ao dono da casa, que recolhe as armas dos foliões, como no receio do depoente em envolver-se em conflito, embora admitisse o eventual porte de armamento, ainda que para defesa contra predadores selvagens em seu deslocamento. Mas se havia prevenção é porque existia uma ameaça, ou uma possibilidade de ocorrência de desentendimento, ainda que se trate de um espaço de pouca incidência de violência, sobretudo pela menor difusão das residências próximas, que caracteriza a zona rural. É exatamente quando um evento gerava motivação de fluxo maior, num mesmo espaço, que se tentava tirar proveito para acerto de contas das rixas adormecidas.<sup>17</sup>

Isso pode encontrar exemplo no depoimento de D. Antonieta Carneiro quando relata a questão de terras envolvendo o senhor Israel Feliciano dos Santos e Servílio Carneiro, seu parente, quando os jagunços se encontravam nas festas (MORAIS, J., 2011, p. 114). Influenciados pelos patrões, possivelmente acrescida das rixas pelas ofensas pessoais, os jagunços se alinhavam a grupos políticos antagônicos, enquanto a memória, como elemento constituinte de identidade, também passa pelo confronto intergrupais ou individuais (POLLAK, 1992, p. 204-205). Nesse sentido, mesmo o espaço da festa ou da comemoração poderia sofrer influências externas de tal forma que se tornava o campo de luta dos grupos rivais.

Assim, os demais formadores do grupo que defendiam a mesma causa que incluíam laços sanguíneos, de compadrio ou de amizade, sofreriam as influências do posicionamento, nem sempre aliado a um direito estabelecido na lei, mas fundamentado nas relações de família, ligado ao afeto ou ao interesse econômico e social. As rixas

---

<sup>17</sup> O ciúme, que poderia levar um concorrente à disputa pela conquista, era apenas uma das possibilidades de motivação de violência que poderia ainda ter como causa pressões da família, por questões alheias ao sentimento e voltadas a aspectos econômicos que um pretendente mal avisado, ou sentindo talvez certa receptividade afetiva da possível companheira, entrava em choque com a perspectiva da família, cujas decisões eram normalmente atribuídas ao pai, mas contava com as opiniões, às vezes discordantes, dos demais membros.

prosseguiam mesmo se tratando de espaços de lazer que envolvia as famílias, tanto dos agregados quanto de amigos que incluíam a presença de fazendeiros, que davam ares de maior influência ao promotor da festa.

Sobre as festas animadas, o Sr. Mário Lima de Cerqueira, de 70 anos, oriundo da área de tabuleiro – zona rural de Santa Bárbara, que se emancipou de Feira de Santana no início dos anos 60 –, é taxativo:

Era. Era boa. Todo mundo da região se juntava e todo p'ra comemorar. Todo mundo alegre. Sempre tinha noite de reza, né? O pessoal lá fazia, noite de reza. Fazia leilão também na reza. Levava uns trem e tudo aí tinha um cara aí, fazia o leilão. P'ra pessoa tirar aquele trem. Tinha sempre durante essas. Nas rezas não. Tinha samba tempo de Reis. No dia 6 de janeiro. (CERQUEIRA, M., 2015, p. 3-4).

Deveriam os presentes leiloados contribuir para as despesas da festa, com o leiloeiro se esforçando pelo melhor preço, e os convidados competindo entre si para arrematar o brinde que poderia ser ofertado a outros indivíduos, à esposa, ou a uma pretensa namorada.

A descrição de D. Arlinda Cruz de Oliveira sobre o samba em Jaguará é bastante enriquecedora: “o samba era o samba de roda. Cantava o Reis. Tinha o Reis roubado, cantava o Reis, ou livre disso rezava nas casas, depois fazia o samba. Dava o caruru e fazia o samba. E livre disso, vinha uma multidão de gente, cantava o Reis e já entrava todo mundo sambano”. Sobre o forró, ela emendou, “quando o Reis era de forró, tinha forró. Quando era de samba, tinha samba” (OLIVEIRA, A., 2015, p. 8). Portanto, até mesmo a Festa de Reis tinha modalidades diferentes na área de Jaguará, enquanto em Santa Bárbara, a julgar pelo depoimento, o samba estava condicionado à realização da Festa de Reis. Ao que o depoimento indica, o distrito de Jaguará tinha uma diversidade maior de modalidades de samba que a região de Santa Bárbara, que só fazia o samba consorciado com festa de Reis, enquanto em Jaguará, se fazia também durante as rezas, na qual se distribuía o caruru, e até mesmo a Festa de Reis contava com a variedade do Reis roubado.

O músico José Carlos Santana Rosa, que também se identifica como lavrador, relembra que nos tempos em que viveu na roça tinha várias festas na quais começou a tocar com seu primeiro cavaquinho, por ele mesmo construído:

Era um negócio todo estranho e comecei tocando com ele e tal, depois desisti. Depois comprei um cavaquinho e passei a tocar. Depois surgiu uma guitarrinha baiana, eu que montei nesse modelo mais novo e continuo com ela até hoje. Outro instrumento assim, uma oito baixo, por

exemplo, eu dou umas nota, mas não gosto. O certo mermo é [...] eu alembrei, o cavaquinho agora já é uma guitarrinha baiana. Mas aí foi uma ideia minha mermo, né? (ROSA, 2015, p. 2-3).

Essa narrativa é bem ilustrativa das dificuldades que um tabaréu enfrenta no cotidiano, superadas com sua criatividade, sua obstinação por alcançar o que estabeleceu como meta. Segundo José Carlos, que começou a tocar em festas de escola passando a conhecer outros tipos de música, se fixando, enfim, ao forró pé de serra, além dos percalços encontrados, aprender a tocar um instrumento era outra dificuldade. Segundo ele,

[...] tinha um vizinho lá, um Nezinho da Aurora, tinha um cavaquinho, ele tocava lá eu ficava de olho. Até p'ra gente afinar o instrumento era difícil. Tinha gente que tocava e desafinava, pa quem pegar, aí quando eu pegava tava desafinado. Aí era aquela confusão. Naquele tempo era difícil. Porque ninguém ensinava o outro assim, não. É que tem aquela ignorância, que o cara tocava uma música, você nunca tinha visto, tinha que acompanhar, rapaz era um [...] [acena com a cabeça]. Não existia fita, não tinha nada p'ra você gravar, tinha que aprender era de ouvido mermo. Era difícil. Mas hoje em dia tem as aulas, né? Tem professor e naquele tempo era difícil. (ROSA, 2015, p. 4).

Provavelmente, alguns tocadores viam naqueles cujo talento afluía um concorrente em potencial a ser batido; tal talento era visto, pelos mais experientes na atividade, de maneira pouco louvável, o que dificultava o aprendizado. Como bem aponta Rosa (2015, p. 4) “[...] ninguém ensinava o outro assim, não [...] Não existia fita, não tinha nada p'ra você gravar, tinha que aprender era de ouvido mermo. Era difícil.” Podemos inferir que o seu talento e a possibilidade de orientação despertaram nos seus filhos o interesse pela música.

Esse não é um caso isolado de tabaréus que saem da zona rural para o espaço urbano, mas está longe de ser difundido o talento e reconhecimento das virtudes da maioria, que ainda se ressentem, no presente, de inclusão social no espaço urbano, notadamente no período republicano, cujos líderes ascenderam ao poder com o discurso de promover meios mais democráticos e igualitários.

O mesmo José Carlos afirma que seu esporte favorito era o futebol e que tinha uma bodega com campo de futebol onde promovia treinos semanais, jogos aos fins de semana com equipes de Salvador, nos quais ofertava o almoço, participava de campeonatos com clubes da região de Tanquinho e complementa, com tristeza, que hoje não se vê mais nada (ROSA, 2015, p. 5) – esse clube amador chegou ao ápice com um campeonato conquistado no ano de 1981, troféu que consta, entre outros, na fazenda Vargem da Agulha, cuja área

ainda resta uma pequena fatia de sua propriedade, onde criava gado, galinha, porcos, cavalo, ovelha – na atualidade, até mesmo na cidade de Tanquinho ou em Feira de Santana, os clubes amadores e profissionais, como também as outras formas de lazer, sofrem revés, sendo resultado das seguidas crises de preservação de hábitos e costumes na região.

Sobre o tipo de mão de obra que havia na região, ele disse que “trabalhava no campo. Todo mundo trabalhava no campo como lavrador. Depois outros tinham um comerciazinho, uma bodegazinha,<sup>18</sup> aí sempre ajudava” (ROSA, 2015, p. 7). As vendas que contavam com campo de futebol na zona rural tinham um chamariz maior que aquelas de localização na beira das estradas, frequentadas apenas pelos os que se deslocavam pela via, nesse período, com pouco fluxo de veículos automotores e maior volume de pedestres e indivíduos em montarias; entretanto, o que mais aqui importa é que se constituíam num espaço de relacionamento humano dos mais concorridos, até pela descontração da conversa banal.

De forma semelhante ao que ocorre no campo, a cidade carece de infraestrutura que possibilite acolher adequadamente os que migram das áreas afetadas pela crise, sobretudo os que vêm da zona rural, empobrecidos, que se estabelecem nas áreas periféricas, onde as condições de saneamento básico são deficitárias, sem a vivência e até sem estabelecimentos educacionais, de saúde ou segurança, necessários para habitar.

O senhor Divaldo Pereira, P., nascido em Feira de Santana, ao ser indagado se gostava de esportes, declarou gostar de dois: “[...] O primeiro era dançar. Agora eu tinha um vício. Sempre gostei de uma briga de galo. Eu era dançarino, eles diziam que a gente era dançarino porque eu gostava de me arrumar bem, dançava na Euterpe e na 25 de Março” (PORTUGAL, 2015, p. 5). Mais adiante ele fala que teve galos de briga por 65 anos e por causa da idade não teve mais como tratá-los e, apesar da ilegalidade, ainda hoje existem rinhas espalhadas pela cidade, as quais sobrevivem de forma clandestina, e isso também se verifica na zona rural onde algumas bodegas promoviam torneios com grande fluxo de competidores, apostadores e afeiçoados dessa prática, os quais eventualmente participavam das competições em Feira de Santana, muito mais pelo ambiente de descontração onde poderiam rever amigos e comemorar.

---

<sup>18</sup> Bodega ou venda é como o tabaréu chama o local onde juntam alguns consumidores de aguardente, doces e outras mercadorias de menor valor, produtos que eram comercializados para ajudar, com seus trocados, na renda da família.

É o que fica explícito depois de fazer detalhada descrição de como tratar os animais, descrever locais e donos de rinhas na cidade<sup>19</sup>, acusar o político que proibiu a briga de galos de “cachaceiro” e de tomar tal decisão, por intrigas com seu opositor no Estado de São Paulo, segundo ele, um afeiçãoado desta modalidade, concluindo a narrativa: “[...] Eu cansei de fazer meu aniversário na rinha. Pagava duas caixas de cerveja, um litro de uísque e fazia ali mesmo. Porque meu esporte era dança e briga de galo” (PORTUGAL, 2015, p. 5).

A resposta de João Pereira de Menezes foi enfática à mesma pergunta: “Bola! Futebol” (MENEZES, 2014, p. 8). E adiante afirma que vieram lhe buscar para jogar no Leônico que tinha em Feira, mas recusou a oferta dizendo se garantir, mas admitiu jogar baralho ou dominó, mediante aposta, esclarecendo que a “garantia”, a que se refere, diz respeito à vida econômica. Enquanto ele tinha como se sustentar, os outros seis colegas abordados pelo mesmo dirigente não tinham do que se valer, mas também recusaram por recearem o destino a eles reservado, caso concordassem, desconfiança típica ao tabaréu.

O professor Raimundo Gonçalves Gama discorreu sobre os tipos característicos dos parentes, dizendo que tanto o seu pai quanto a sua mãe tinham uma personalidade muito forte, mas:

Ela, além de cuidar da casa e dos filhos, também costurava, gostava de fazer essas costuras interessantes, e por último ela já com 90 anos, 85 anos, ela fazia umas cobertas chamadas cobertas de taco. Bonitas, com forro [...] uma coberta quente. Ela dava, doava a instituições e vendia. (GAMA, 2015, p. 2).

A maioria das habitações mais abastadas na zona rural contava com uma máquina de costura usada para a confecção de roupas, cujo tecido era adquirido nas lojas das cidades próximas, e como sobravam muitos retalhos dos tecidos, para que não houvesse desperdício, as mulheres combinavam cores e estampas diferentes com graça decorativa, aproveitados em cobertores para aquecimento noturno, além de ser um bom passatempo.

Em outro segmento diz ter nascido e vivido até os seis anos em Cícero Dantas, onde seu pai cultivava milho, feijão, mandioca e fazia farinha em quantidade, e sempre havia os cânticos que acompanhavam a debulha do milho, a raspa da mandioca que lhe faz lembrar o canto das badameiras dos alagados em Feira de Santana (GAMA, 2015, p. 4). Apesar da distância entre Feira de Santana e Cícero Dantas, é possível visualizar semelhanças

---

<sup>19</sup> A citação de nomes não foi autorizada.

culturais e, mais uma vez, verificamos o canto presente na lida do tabaréu, seja no tabuleiro ou no sertão.

Certamente essa é uma maneira de fixação da memória das mais criativas e tão bem exploradas para manutenção da identidade do grupo, o que Michael Pollak, em sua conferência no CPDOC, durante visita ao Brasil, designa de “acontecimentos vividos” que nos remete ao segundo elemento, no qual passam os indivíduos a sofrer influências do grupo ao qual pertence (POLLAK, 1992, p. 201). São noções de pertencimento que lhes auxiliam a suprir uma ausência cotidiana em outro espaço que remete uma realidade não mais presente.

Ao senhor Antônio Ribeiro Silva, 68 anos, nascido no distrito de Jaguará, onde praticava cultivos e permaneceu até 1973, quando se casou e mudou-se para Feira de Santana – passando a exercer a profissão de marceneiro –, foi perguntado qual o esporte que mais gostava, e respondeu que seu esporte favorito era o futebol e também gostava de jogar dominó (SILVA, 2015, p. 3). A grande maioria dos entrevistados confirma a suspeita que o futebol ainda é o mais popular entre os esportes praticados na zona do tabuleiro, mas o dominó também tem relativa aceitação, assim como o baralho, a briga de galos e, como baile dançante, o forró, o samba, se destacando as cantigas de trabalho.

Alertamos que entre os depoentes figuram indivíduos de maioria nascidos no meio rural, e alguns migraram depois de adultos para Feira de Santana, tendo deles, inclusive, que atuaram ou exercem funções que exigem um deslocamento constante e relacionamento mais abrangente que os dos operários ou aposentados, em função de suas atribuições.

Os rituais católicos, a exemplo das missas, eram, também, momentos festivos. Muitos se lembram do monsenhor José Trabuco da Silva Carneiro, que, embora tenha se afirmado ser filho de Tanquinho, nasceu na fazenda Aurora, distrito de Jaguará, propriedade que pertenceu a seu pai, onde fazia a catequese semanalmente nas escolas, participava da maioria das festas escolares, celebrava a missa aos domingos e dias Santos, para isso contando com uma capela por ele construída na fazenda de sua propriedade (MORAIS, J., 2011, p. 94-95). O referido religioso foi, por muito tempo, radicado em Salvador, onde lecionou Latim, conhecia bem o francês e também atuou em Tanquinho, local que seus familiares vieram se radicar, sendo responsável pela criação do hino e do brasão dessa cidade, daí o equívoco.

Conforme o professor Raimundo Gama, muito se fala sobre alguns religiosos a exemplo do padre Ovídio, padre Heitor e, ainda hoje, se fala muitíssimo em Monsenhor

Renato Galvão. Segundo o referido docente, se padre Ovídio teve uma obra social, o clérigo Heitor teve participação doutrinária. Todavia, Renato Galvão fez pesquisas, criou o Centro de Estudos Feirense e trabalhou um pouco a história do município deixando marcas importantes na memória e, hoje, muitos pesquisadores recorrem às suas pesquisas ou ao Centro de Estudos Feirense (GAMA, 2015, p. 6). Esses religiosos que viveram entre o século XIX até finais do século XX são constantemente recordados não apenas pelas obras religiosas, mas também por sua carreira política. Galvão, por exemplo, foi prefeito em Cícero Dantas e foi vice-reitor na UEFS, por determinado período, o que lhe conferiu o *status* de líder político.

Segundo o ensaio de Eurico Alves, a igreja ajeitava-se melhor no sertão que nos canaviais, e os padres eram mais bem recebidos pela população (BOAVENTURA, 1989, p. 63). Até porque o distanciamento maior da hierarquia eclesiástica permitia, juntamente com os receios de resistência, maior flexibilidade da doutrina para acolhimento da crença.

Nos festejos da padroeira de Feira de Santana ocorriam anualmente duas festas de grande concentração popular, uma no mês de junho, de menor duração, e outra no mês de janeiro, festa que se estendia por quinze dias, conforme o mecânico de automóveis, Jurandir dos Santos Cerqueira, contrapondo-se às memórias do senhor Divaldo Pereira Portugal, que afirmou ser 13 dias de festa, e que no último dia, depois da procissão, da qual participavam curandeiras de outros distritos – como Fiinha, uma das mais famosas que habitava em São Vicente, hoje Tiquaruçu –, todas as filarmônicas se encontravam na praça para a tocata a noite toda (PORTUGAL, 2015, p. 9). Esta mesma curandeira consta nas memórias de Antônio Moreira Ferreira (2006), mais conhecido por Antônio Lajedinho; na obra *A Feira do século XX*, ele a chama de Mãe Filhinha. Esta não é a única a habitar nos distritos e que durante a festa de Santana se dirigia à sede do município, pois de Bomfim de Feira também vinham indivíduos que exerciam o mesmo ofício. Ainda que a memória coletiva seja rapidamente conflitante, o que é previsível, a quantidade dos dias de festa é de menor relevância, pois o que realmente importa é a festa religiosa, que tinha grande participação popular, agregando todos os setores da sociedade no espaço da Praça da Matriz de Senhora Santana.

Conforme o curador Elias Gomes Moreira, que habita no distrito de Bomfim de Feira, havia festas de largo em louvor ao padroeiro, com acompanhamento da Filarmônica União Santa Cruz, e outra festa promovida por seu pai de santo, já falecido – João Batista, mais conhecido por João do Jenipapo – em honra a São Roque, festa essa que se estendeu

por 25 anos ou mais, se configurando em um pagamento de uma promessa pela graça de ter debelado um surto de peste bubônica na região, e esse evento se fazia anualmente na igreja local, que tem como padroeiro Senhor do Bomfim. Narra ele sobre seu líder espiritual:

[...] na Igreja que ele fez uma promessa porque já teve em Bomfim um surto de peste bubônica, doença do rato, que matou muita gente. Aí ele fez uma promessa a São Roque que se aquilo parasse, se aquilo acabasse e não tivesse mais aquele sofrimento, que ele fazia uma festa na Igreja, p'ra São Roque, com novena, com procissão, e assim foi que aconteceu. Aí 25 anos ou mais, ele fez festa na Igreja, pagando promessa a São Roque, da vitória que tinha se alcançado através de São Roque. (MOREIRA, 2015, p. 2-5).

Eis aí um belo exemplo de como as iniciativas individuais tomam feições populares a partir de uma intervenção que atende aos anseios da coletividade.

Ao músico José Carlos Santana Rosa, que por muito tempo viveu em Jaguará, foi perguntado sobre as suas lembranças no que diz respeito às filarmônicas em Feira de Santana, respondeu recordar-se da 25 de Março, que também tocava em Tanquinho, mas cita, durante a entrevista, o prédio da Euterpe, dizendo que em Tanquinho havia uma filarmônica cujo nome havia esquecido, mas lembrava do mestre Nilo, que a regia (ROSA, 2015, p. 10). Trata-se da Filarmônica Maria Quitéria, que ainda existente. Todas elas faziam uma competição que se estendia as outras cidades, a São Gonçalo, por exemplo, com cada uma tentando se destacar das demais apresentações, tendo nomes de ilustres maestros como o citado por José Carlos.

Também ao senhor Antônio Raimundo Pereira foi perguntado se ele se lembrava de filarmônicas, e rapidamente ele fez alusão a uma delas:

A Vinte e Cinco. No Tanquinho tinha a filarmônica e naquela época saía a filarmônica daqui pa ir tocar pa ver quem era o melhor. No tempo de festa, parece que era de na [...] qual era a festa? Não me lembro. Eu me lembro muito [sic], que a gente saía de carro de boi da Capitiba. De ano em ano mamãe saía com a gente pa vim pa Tanquinho; aí vinha passar o Natal e só voltava depois do dia de Ano de São Silvestre, de carro de boi. Era três ou quatro, vinha de carro de boi. Saía quatro hora da manhã, vinha tomar café no rio do Peixe. Aí folgava os boi pa poder descansar um pouco, e tornava seguir viagem. (PEREIRA, 2015, p. 9).

Essa descrição é verdadeiramente de uma família das mais abastadas regionalmente, trazendo certa imaginação a quem despertado o interesse possa recordar de um passado menos condizente com a realidade atual, mais próximo aos anos 30 do século passado, quando o carro de boi ainda era usado no transporte de pessoas.

De acordo com o pesquisador Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira (2011 p. 79-80), o transporte por montarias – cujo balanço da caminhada animal ajudava a acalantar o choro do bebê de colo, ou até o alvoroço de uma criança com a visualização do animal selvagem que atravessa o caminho tortuoso – foi se perdendo, substituindo na paisagem rural o som da linguagem dos animais silvestres, ou dos domésticos, pelo ronco dos motores movidos a combustíveis fósseis. A energia elétrica e a difusão dos transportes rodoviários, até na zona rural, cortariam vínculos e provocariam mudanças que a cidade, orientada pelos objetivos econômicos republicanos, tentava alcançar nas áreas rurais, ainda inexploradas.

No depoimento de Elias, há referências a duas outras festas promovidas pelo senhor João Batista em seu terreiro, uma delas feita em homenagem a Yançã e outra ao índio Tupinambá, feitas respectivamente no mês de dezembro e em junho, em reconhecimento por supostamente debelarem uma doença que quase lhe tirou a vida, através de uma revelação que o levou ao ofício, pela crescente reivindicação popular da cura de enfermidades (MOREIRA, 2015, p. 3). Naturalmente alguém que é agraciado com expressivo fenômeno, atribuído a um contato espiritual, desperta grande curiosidade e, dependendo dos resultados obtidos no exercício de suas práticas, constrói um séquito de admiradores, notadamente entre os mais necessitados.

Elias lamenta a perda do orientador e diz seguir os preceitos umbandistas, ao qual inicialmente se dedicou, e agora mistura a Umbanda ao *ketu*, depois do falecimento do seu pai de santo (MOREIRA, 2015, p. 10). A mistura de crenças que vem tentando fazer não é algo incomum, pelo contrário, bastante difundido não só na região do tabuleiro como no resto abrangente de todo o sertão baiano, quiçá em todo Brasil, o que demonstra essa tendência é a sua referência ao membro da tribo Tupinambá, praticamente extinta ou aculturada.

Perguntado onde faz seus rituais de oferta respondeu [...] “Eu levo p’ro Rio Vermelho, em Salvador, fora a oferenda das águas que a gente leva abóbra, leva fumo pa as entidades das matas”. Ao voltamos a questionar se havia ofertas nas águas dos rios, ele confirmou que não só nos rios como também nas lagoas, ofertas arrumadas em um alguidar (MOREIRA, 2015, p. 10). Como se verifica, há uma confirmação da afirmação de misturar as crenças e as práticas; tanto nas águas salgadas como na água doce as entidades das matas também são ilustrativas dessa disposição que toma outro rumo adiante, entre os leigos.

Essa particularidade fez com que Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, atribuísse ao sertanejo uma mestiçagem religiosa a um índice de vida de três povos que confundiam insanamente o monoteísmo (CUNHA, 2013, p. 172). Efetivamente ocorre uma mestiçagem monoteísta, mas não só culturalmente, referente a três povos, como toda a população que se agregou no mesmo espaço de incontáveis culturas. Segundo o historiador Valter Guimarães Soares (2009, p. 70), na obra *Cartografia da Saudade*, Eurico Alves desloca, em *Fidalgos e Vaqueiros*, a visão amalucada do sertanejo, que mais se afirma enquanto originalidade. O tabaréu incorporou o monoteísmo cristão, mas não abandonou suas antigas crenças e práticas.

Semelhante ao que ocorre com o sertão que Janaína Amado, em seu artigo *Região, Sertão, Nação*, categoriza espacialmente como pensamento social, cultural e como construção durante a colonização, o tabuleiro feirense está inserido em uma área mais ampla do agreste baiano, que se denomina no plural como tabuleiros (AMADO, 1995). As expressões culturais, tanto quanto no sertão, têm uma diversidade que incorpora vários elementos artísticos e, enquanto uma categoria espacial, tomam feições de área de fronteira com o litoral e de convergência dessas duas realidades.

Na entrevista, quando questionada sobre o sacrifício de animais, dona Arlinda Cruz Oliveira, que se reivindica católica, se referiu aos nomes de sete curadores – que a seu pedido não serão citados. Revelou que certa vez seu esposo e um amigo apareceram com um carneiro e um frango, em seguida, “chegou lá, mataram esse frango, regaram Aristide com esse frango, depois mataram o animal; aí cozinham, cozinham o carneiro, aí a gente falou que não ia esperar p’ra comer não”. (OLIVEIRA, A., 2015, p. 13). Na crença regional não se vê demérito em, mesmo seguindo uma religião tradicional, frequentar outro ambiente cujas práticas são diferentes, ainda que sejam alertados pelos líderes religiosos sobre possíveis desvios doutrinários.

Maria Moreira Magalhães é benzedeira ou, mais comumente, rezadeira, e ao perguntá-la se conhecia algum curador, respondeu ter conhecido Odorico, segundo ela, morador no Batista, região de Anguera, descrevendo os orixás, banhos e ofertas de sacrifício feitas pelo líder (MAGALHÃES, 2015, p. 4). Maria também se diz católica e até que seu esporte era rezar, depois tentou corrigir atinando que rezar não era esporte, mas ainda assim confirmou essa predileção.

Ao depoente Antônio Ribeiro Silva, que também se declarou católico, perguntamos se ele se lembrava de alguém – do período em vivia na roça ou mesmo depois que se

mudou para Feira de Santana – que soubesse rezar, ou benzer contra vento, olhado, ou espinhela caída, respondeu que inclusive sua madrasta de nome Galdina, e também a mãe dela, chamada Jenuína, sabiam rezar (SILVA, 2015, p. 10). Praticamente todos os depoentes conhecem esta prática, sem atinarem que certas crenças não fazem parte da doutrina, ou levam outras designações e seguem outros rituais, o que se constitui numa flexibilidade apreciável entre indivíduos que viveram num período em que se imagina de normas mais rígidas.

Como antes dissemos, Maria Magalhães é benzedeira, constantemente requisitada a rezar, com um ramo verde, os indivíduos que são acometidos de algum mal: vento, olhado, mofina, luxação, pé desmentido, torção, mas não em separado e, sim, conjuntamente. Mas adverte: “aí eu não vou rezar só de olhado, rezo de todos esses que eu falei. Aí o que você tiver demonstra na folha, eu conheço na folha o mal que a pessoa tem” (MAGALHÃES, 2015, p. 4-5). Dizendo de outra forma, ao se pedir que reze contra um dos males fará uma oração abrangente a todas citadas, oração que corrija o funcionamento e faça com que ela reconheça na folha qual dentre os males citados o indivíduo porta.

Ao músico José Carlos Santana Rosa, perguntamos se conhecia pessoas com as mesmas habilidades que as apresentadas por Maria, respondeu que D. Nininha, sogra do vaqueiro Bahú, filho do senhor Nezinho, também vaqueiro na fazenda Aurora, em Jaguará, havia lhe rezado e se sentiu bem melhor dos achaques (ROSA, 2015, p. 15). A própria Maria reconhece que se o paciente não tiver fé, pouco proveito terá suas orações e, em conversa informal, a depender do caso, haverá necessidade de retorno para novas orações, sempre no mesmo dia da semana. No dizer de Eurico Alves: [...] “Alimenta o pastoreio as suas crenças próprias” (BOAVENTURA, 1989, p. 69). Esta nos parece uma afirmação condizente com os depoimentos que catalogamos não apenas na zona rural como também na área urbana, que vem sofrendo outras influências religiosas.

Arlinda Cruz citou outras pessoas que rezavam contra outros males, igualmente à D. Lourdes e Tiene – filhas do senhor Godofredo, mais conhecido por Godô do Carrapato, município de Tanquinho –, o senhor Inocência que morava na fazenda Vila Celeste, D. Bevenuta e seu esposo Aristides, os três últimos habitantes em Jaguará, e informou que Aristides e o senhor Inocência tinham a especialidade em rezar reses com bicheira e verrugas do criatório, enquanto D. Bevenuta, sua madrinha, rezava contra as pragas da lavoura e incêndios (OLIVEIRA, A., 2015, p. 13-14). Como se observa, há uma grande

diversidade de rituais de cura na crença mista, que redundam em prática cotidiana e também no uso de ervas que a partir daqui terão destaque.

Foi solicitado à D. Arlinda que ela contasse sobre o serviço de vaqueiro, exercido por seu esposo, no que diz respeito ao parto das vacas, e respondeu: [...] “Ele pegava maravilha (arbusto) pisava, tirava o sumo e botava um copo de óleo de rícino, botava denda garrafa, agitava e dava a aquela vaca quando não despachava. Ali com espaço de duas, três horas, a vaca despachava” (OLIVEIRA, A., 2015, p. 12). Normalmente estava no quintal da casa do vaqueiro a diversidade de plantas que ele carecia na sua extensa rotina de trabalho, além da ajuda da esposa, encarregada de cuidar das crianças, dos afazeres domésticos em que se incluía regar as plantas cuja falta era suprida junto a vizinhos que cultivavam nas suas casas.

Arlinda Cruz faz referência às ervas e as suas aplicações:

P’ra dor de barriga, a carobinha no chá. A cidreira p’ra dor de cabeça, mal estar. O qui ioiô, p’ra verme, p’ra estômago. O matruz, p’ra machucadura, p’ra verme também. Um furúnculo usava o pacho da folha da pimenta. Fazia um pacho e botava em cima. O capim santo era bom p’ra mal estar. Se fosse problema do coração, a água da levante. P’ra inflamação o hortelã miúdo. P’ra dor de cabeça a nevalgina (planta), eu tenho ela aí. P’ra febre, a macela galega (OLIVEIRA, A., 2015, p. 12).

Algumas das ervas citadas são originárias do outro lado do Atlântico, no entanto fazem parte da medicina caseira e normalmente são cultivadas, nos quintais do tabaréu, de acordo com a função exercida pelos donos da casa, a exemplo de Aristides, que era vaqueiro e carecia constantemente delas para cuidar da saúde da família assim como da dos animais.

À senhora Maria Magalhães, perguntamos a utilidade de algumas plantas, começando pela purga de batata, e ela nos respondeu que era usada p’ra lavagem (MAGALHÃES, 2015, p. 5). Entenda-se por “lavagem” o purgativo que faz a limpeza do aparelho digestivo, notadamente dos intestinos, e a purificação sanguínea a partir da absorção das substâncias contidas no tubérculo, pela via oral, do vegetal nativo do Brasil. Erva cidreira, conforme sua fala, serve de calmante, o mesmo se dando com o capim santo e a camomila; erva doce como eliminador de gases, e a água do licuri verde para cura do olho quando está agitado (MAGALHÃES, 2015, p. 6). Normalmente as drogas contidas nessas ervas precisam de dosagens adequadas para não se constituírem num mal maior que venha, inclusive, causar a morte, a exemplo da purga de batata, cujo sumo extraído,

tomado ainda fresco, pode causar sérios danos provocados pela diarreia, daí aconselharem a desidratação ao sol por alguns dias, para depois de triturá-la e, sob a forma de pó, adicionarem aos alimentos para consumo.

A título de ilustração citamos aqui o fato envolvendo o pai da professora Antonieta Carneiro, que ao exceder o limite de uma colher para um lambedor feito do sumo de gravatá de lavar roupas, sorvendo uma xícara, acabou comprometendo os pulmões, que sofreram o agravamento ao contrair o vírus da tuberculose (MORAIS, J., 2011, p. 102). Mas o tabaréu normalmente alerta os que aceitam as receitas, para esses detalhes, nem sempre seguidos, necessariamente pelos os que não lhes dão crédito.

Eurico Alves descreve longo receituário do que designa de farmácia tabaróia, como também relata rituais de cura das benzedeiras e abstinências, concluindo que o mato ensinava ao tabaréu a melhor forma de cura (BOAVENTURA, 1989, p. 270-272). Esta afirmação se coaduna a fala dos depoentes que tanto utilizam ervas nativas do Brasil como complementavam as poções com as que foram importadas dos outros continentes.

### 3.7 URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO: A INTENSIFICAÇÃO DA SEGREGAÇÃO DO TABARÉU

No início dos anos 30, Feira de Santana e demais áreas do sertão passaram por transformações significativas, provocadas não apenas pela nova orientação política, que privilegiava o centro-sul do país, como também pela reação das elites nordestinas estabelecidas fundamentalmente na Bahia e em Pernambuco, elites que tentavam combater a segregação nordestina sob o ponto de vista distinto do que no sul se praticava, ainda que incorporassem o modernismo como movimento literário predominante, se apegando ao passado glorioso vivido, como é possível verificar na obra *Cartografia da Saudade*, de Valter Guimarães Soares (SOARES, 2009). Eurico Alves como um dos participantes do movimento modernista, que envolveu outros feirenses, viveu a crise econômica que se abateu a nível global em 1929, acrescida da seca no início da década, deixando o sertão e o tabuleiro depauperados, colocando em xeque todo o Nordeste brasileiro, diante da difusão das indústrias instaladas no sul do país, cuja produção dos transportes motorizados concorria com a mão de obra dos vaqueiros e do transporte com animais de montaria, levando os fazendeiros à ruína econômica, tantas outras vezes capazes de reagir com a recuperação dos rebanhos, mas, a partir dessas mudanças na condução da política econômica, já se previa a crescente perda de espaço.

O gado que Eurico Alves chama de capital ambulante, até então com o peso avaliado a olho, desde 1926 passou a contar com uma balança adquirida pelo governo municipal a fim de que os negociantes do litoral fechassem a compra, ou o abate para consumo local, enquanto os animais destinados à engorda nas fazendas continuavam a ser vendidos por cabeça, como também o gado solto em campo aberto no Campo do Gado até 1938, e passou a contar, a partir de 1942, com currais onde ficavam presos até que novos proprietários os removessem (POPPINO, 1968, p. 166). Resolvia-se então a questão da ocupação dos espaços com o gado, que por tantos anos incomodou a população, e abriam-se vias que dessem condições de circulação aos veículos nesse mesmo período.

Mas como para este misto de sociólogo, historiador, advogado e poeta, a cidade era ainda uma extensão da vida rural, que abraça o visitante oportuno, deve ainda valorizar a ação do fazendeiro que também se vestia dos mesmos sentimentos característicos aos mais humildes tabaréus, discriminados pelo capital industrial, mais arraigado no sul do país, e jogava sob o tapete sua cobiça por mercado no Nordeste, assim retratado no artigo *Sob o Ditame do Rude Almajesto*, publicado na obra de catalogação de memórias, *Sertão*: “Se a cidade nega ao tabaréu a bússula, barômetro teodolito, outros aparelhos luxuosos por diversos misteres, criado pelas ciências, DEUS espalhou no céu a poeira de luz na Via-Láctea para o norteamento nas viagens noturnas da caatinga silenciosa” (BOAVENTURA, 2013, p. 38). As previsões do tempo e orientação pelos astros ainda são uma realidade nos tabuleiros e sertão, que ao se depararem com uma dificuldade, encontram novo alento para driblá-la.

Com a massificação das campanhas para disseminação industrial alegava-se questões de sustentabilidade econômica, que até mesmo as fazendas já promoviam, fazia algum tempo, conforme depoimento do professor Raimundo Gonçalves da Gama, que – ao ser indagado sobre as fazendas próximas à cidade – disse que essas geravam um comércio grande de couro bovino curtido e que essas fazendas propiciaram “não só o desenvolvimento econômico, não só desenvolvimento do capital, não só acumulação de bens, mas também geraram duas coisas: os curtumes e trato do couro”. (GAMA, 2015, p. 6). Certamente que se alegará que houve novo surto econômico proveniente da recuperação das pastagens e florescimento dos criatórios; no entanto, após a Segunda Guerra proliferaram as empresas de grande porte, na década de 60, que concorreram com as nacionais e levaram à falência as fazendas, antes que regionalmente se pudesse dotar de

maior infraestrutura e ajuste econômico sustentável para concorrer com o capital internacional.

O senhor Divaldo Pereira Portugal ao ser perguntado sobre os limites, que chegou a conhecer, da Cidade de Feira de Santana, assim respondeu:

[...] Era da Rua Direita ia até no Sobradinho (bairro da zona norte). Do outro lado ia até no Tomba (bairro da zona sul). Lá não tinha quase morada nenhuma. Tinha a Rua de Aurora que era a primeira (sentido oeste-leste). Tinha a Rua Direita, a Rua Marechal Deodoro e a Rua Senhor dos Passos. Da Rua Senhor dos Passos p'ra lá (para o leste), Não tinha nada. Tinha chácaras. Tinha na Avenida Getúlio Vargas que abriu uma fábrica de vinho de jurubeba, de Paulo Costa Lima. Só tinha essa fábrica, do Correio para lá. (PORTUGAL, 2015, p. 7).

O senhor Divaldo nasceu em Feira de Santana, no ano de 1922, e foi convocado para servir na Segunda Guerra, mas quando estava para receber a farda, a guerra chegou ao fim e trabalhou por muito tempo para o grupo comercial Marinho & Santos, cujos proprietários foram o senhor Hermínio Santos e João Marinho Falcão. É, portanto, alguém que, pela idade, tem a memória de onde se realizavam as atividades e os deslocamentos contínuos, seja em direção ao trabalho ou ao lazer. Como o bairro do Tomba era a porta de entrada da cidade, no lado sul, onde o trem fazia o transporte ferroviário desde o último quarto do século XIX, ali se concentravam esparsos casebres ao longo da margem da ferrovia e o mesmo se repetia ao norte, no bairro do Sobradinho, distinto apenas pela estrada que não contava com a linha férrea, mas predominavam montarias que seguiam ou chegavam do sertão.

Nesses termos, o desenho da cidade se assemelhava a uma serpente bem alimentada, cujo abdômen era formado pelas ruas principais, paralelas à Rua Direita, que se constitui na estrada velha entre o litoral e o sertão, partindo de Cachoeira e passando por outras cidades antes de chegar à Feira de Santana. A Rua de Aurora, mormente tenha oficialmente como designação Rua Desembargador Filinto Bastos, contava com o destaque da pensão de D. Aurora, por isso a população resiste em assim chamá-la, referindo-se às vezes como a Antiga Rua de Aurora.

No que diz respeito à rua Senhor dos Passos, Segundo o historiador Oliveira, na obra *“Canções da Cidade Amanhecendo”*<sup>20</sup>: *Urbanização, Memórias urbanas e Silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960*<sup>21</sup>; a referida rua leva esse nome em razão

<sup>20</sup> Grifo do autor.

<sup>21</sup> Obra no prelo, cujo autor generosamente nos permitiu aqui utilizar.

da capela ter sido construída no século XIX contígua à residência de um dos homens mais poderosos de Feira de Santana no período, tratando-se do Coronel Felipe Pedreira de Cerqueira (OLIVEIRA,C., 2011, p. 82). O autor acrescenta uma fotografia, atribuída a Oscar Caria, com a capela Senhor dos Passos exibindo um estilo arquitetônico diferente do da atualidade, em outra localização que hoje faz parte da Avenida Getúlio Vargas, especialmente aberta a partir da década de 20.

O professor Raimundo Gonçalves Gama, na obra *Feira de Santana em Postais*, destaca numa fotografia as reformas na atual Igreja de Senhor dos Passos, retratando o lançamento da pedra fundamental que data de 02 de outubro de 1922, a qual deu origem ao templo atual (GAMA, 2009, p. 77). Muito embora só na década de 30 a 40 essa artéria tenha sido pavimentada, se abria espaço, já na década de 20, para a avenida dar outra conformação urbanística à cidade, ainda que com certo prejuízo das memórias do século anterior.

O Desembargador Filinto Justiniano Ferreira Bastos em discurso proferido em 1917, no já extinto teatro Sant'Ana – que se localizava a rua Direita –, lamentava que poucos cidadãos de Feira de Santana tivessem reconhecimento aos filhos da terra, dos quais cita, dentre outros, o Coronel João Pedreira de Cerqueira como um dos que mais se esforçaram em dotar a cidade de infraestrutura urbana, inclusive da praça que leva seu nome, “exclusivamente às suas custas”, e acrescenta que “as casas com as suas janelas de rótulas, muitas tendo em frente pesado avarandado, tornava desgraciosa a povoação, aliás, assentada em bella planície, enriquecida por um ameno clima” (BASTOS, 1917, p. 21-29). Ora, esta nos parece uma contradição, já que o foco do discurso eram as memórias passadas de nomes ilustres e preservação de construções como a Santa Casa de Misericórdia e a Igreja de Senhor dos Passos, mas admitiu que construções com estilo característico ao século anterior seriam “atrasados”, o que justificava a reforma da praça, pelo que considerava depreciativa à cidade.

Nessa mesma década de 20 se construiu o Paço Municipal, hoje chamado Maria Quitéria, iniciado na gestão de Bernardino da Silva Bahia e concluído pelo intendente Arnold Silva, que o substituiu (GAMA, 2009, p. 61). Dessa forma, tentava-se ordenar o espaço público de maneira a abrir vias no sentido oeste-leste mais à frente concretizado com vias como aconteceu com as Avenidas Getúlio Vargas, Germiniano Costa, Sampaio, rodovia Presidente Dutra e outras de menor peso, no mesmo sentido, que deveriam alargar a Cidade ocupando os espaços onde algumas fazendas estavam assentadas.

Segundo o senhor Divaldo Portugal, o quartel do Exército em que ele serviu durante o período da guerra se localizava na Avenida Senhor dos Passos, sentido sul, até a confluência com a Avenida Presidente Dutra. Do lado direito da referida via havia um armazém, uma das muitas propriedades do Dr. Eduardo Fróes da Motta, no qual se estabeleceram as tropas do Exército (PORTUGAL, 2015, p. 10). Pode-se concluir, por este depoimento, que Feira de Santana era um espaço urbano rodeado de fazendas e, assim, a fala de Raimundo Gama encontra respaldo até porque as lagoas facilitavam o tratamento do couro nos curtumes.

No depoimento de D. Antonieta Carneiro, o senhor Argemiro, ao mudar-se da zona rural de Jaguará para Feira de Santana, começou sua vida comercial na cidade, exercendo, com ajuda da Maçonaria, o exercício da transformação manufatureira de couro bovino, num curtume, no início da década de 40 (MORAIS, J., 2011, p. 88-89). Deveria ser essa uma tendência da época que, devido a grande procura, influenciou alguns descendentes dos fazendeiros a migrar para o espaço urbano, onde se concentrava o comércio dos produtos derivados da criação bovina, já de muito conhecida pelos produtores nas respectivas fazendas.

Nessa época foram concluídas obras de infraestrutura dos Currais Modelo, que estabeleciam normas sanitárias mais rígidas no espaço urbano, obrigavam as boiadas a ficarem confinadas em currais e também foram concluídas obras nas vias públicas que permitiam melhor circulação dos veículos automotores, como as já citadas anteriormente, e empresas de construção civil com material de construção usando matérias primas provenientes da indústria de cimentos, recém-estabelecida na primeira administração do prefeito Heráclito Dias de Carvalho, mandato que teve início no ano de 1937 e findou no ano de 1942 (OLIVEIRA, C., 2011). Com isso, condenavam-se as casas com matérias primas constituídas de barro cru, a serem substituídas pelas autoridades, usando o argumento de que não ofereciam segurança, se constituíam em arquitetura já defasada e denegriam o ambiente urbano.

Como se pode perceber, durante o desenrolar da Segunda Guerra já havia um surto propagandístico que pretendia descaracterizar a antiga cidade em nome de nova conformação urbanística que privilegiava materiais que o Centro-Sul, por já ter um parque industrial diversificado e de maior difusão industrial, distribuía com as outras unidades da Federação, pretendendo ganhar mercados consumidores a partir dos quais as rodovias recém-instaladas passariam a transportar os produtos de forma mais rápida do que a

oferecida pelas ferrovias e, com isso, a região passou por um surto econômico favorável permitindo iniciativas ousadas como a instalação da EDIAN<sup>22</sup> em Tanquinho, uma sociedade Anônima, formada por fazendeiros – conforme depoimento do professor Edmundo José dos Santos –, cuja bacia leiteira abastecia boa parte do Estado, pois “existiam muitas casas comerciais, um comércio muito bom, com duas ou três indústrias, ou mais. Tinha a Usina EDIAN, uma distribuidora de leite congelado p’ra Salvador [...]” (SANTOS, E., 2015, p. 8). A nova orientação econômica estabelecida no início da era Vargas passaria a dar resultados à região, que mais adiante se depararia com uma controvérsia pela instalação de indústrias concorrentes do mercado internacional.

Antecipando ao estabelecimento da EDIAN, em Tanquinho, na fabricação dos derivados do leite, a Laticínios Santa Fé, do pecuarista Abílio Santa Fé Aquino – que por algum período foi vereador, representante daquele então distrito de Feira de Santana –, teve uma vida efêmera, provavelmente em razão da concorrência com a EDIAN e pelo fato de os fabricos de requeijão, disseminados nas fazendas, passarem por retrocessos em razão da melhor oferta dos preços no mercado, é o que podemos deduzir a partir desse depoimento. Quanto ao abastecimento de carne, o historiador Rollie E. Poppino, no início da década de 50, quando desenvolveu sua pesquisa, chamou a atenção para o fato de o governo baiano anunciar uma construção de um frigorífico, no município de Conceição da Feira, depois de ter-se concluído que Feira de Santana era o local mais apropriado para tal empreendimento. (POPPINO, 1968, 169-170). Ainda nesse período, chegava gado em grande quantidade tangido pelos vaqueiros, na cidade de Feira de Santana, mas se percebe, nas palavras do autor, certa tentativa de restrições ao mercado do boi na cidade por parte das autoridades ao nível de Estado.

No correr dos anos 50, esta realidade se modificaria apenas com o novo estabelecimento da água encanada proveniente de uma das suas lagoas; mas conforme a fala do professor Edmundo, “o matadouro de Feira de Santana quando era ali na entrada da Feira. O gado era puxado dali, lá p’ro Fórum que era o lugar de abate. Os currais de revenda era a entrada, e o abate era lá de junto do Fórum” (SANTOS, E., 2015, p. 15). O professor nasceu na primeira metade da década de 40, até o momento também corta carnes como açougueiro, no município de Tanquinho, acompanhando a profissão do pai, que exercia o mesmo ofício enquanto negociante de gado em pé e para abate.

---

<sup>22</sup> Não conseguimos identificar o significado das iniciais com o depoente, mas se refere à produção leiteira.

Concomitantemente ao comércio de gado bovino também se processava a negociação de outros víveres, como as frutas, conforme Santos, E., (2015, p. 17), que afirma que em Feira de Santana tudo se comercializava; “quando eu conheci Feira de Santana, da banana ao coco era negociado. Porque você comprava em uma feirinha e vendia em outro lugar, vem gente de todo canto. A família Dórea comprava aquele cesto de coco no centro, vendia aqui na entrada da feira.” O comércio de víveres de uma forma geral, de vestuário e outras quaisquer produções, sejam nacionais ou importadas, tem sido o sustentáculo de muitas famílias em Feira de Santana, que recebe a visita de vários compradores do sertão e do litoral ainda nos nossos dias.

O fato de a cidade de Feira de Santana ter, ainda na atualidade, o comércio como principal atividade econômica tem muito a ver com seu passado, seja em razão das vias que atravessam os logradouros ou pela diversidade de produtos nela encontrada a preços acessíveis à maioria, conforme a fala do professor Raimundo Gama em seu depoimento que enumera como estradas marcantes as que vinham de Ipirá e também de Irará, onde se deslocavam boiadas, tropeiros; pensões em suas margens e ainda tem “aquela estrada que ligava Feira, onde tem aquela ponte sobre o rio de Jacuípe, que caiu, desmoronou, ela é uma estrada histórica também porque com a ponte houve um maior afluxo do comércio atacadista”.<sup>23</sup> (GAMA, 2015, p. 5). Pensamos os tabuleiros como uma categoria cultural que agrega várias identidades em função da peculiaridade na sua conformação física que exige não só estradas, não só abastecimento de produtos não propício ao solo, não só uma classe social hegemônica e, finalmente, não só uma cultura específica, mas uma diversidade delas no espaço urbano.

Nesse sentido, o tabaréu como o responsável por estas tradições, nos tabuleiros, seja ao nível de elite com os fazendeiros ou nas camadas mais pobres, como vaqueiros, lavradores, agregados ou operários assalariados, necessariamente tem um caráter de memória que inclui o conflito nos diversos espaços onde as relações de produção se apresenta como sugere Michael Pollak em sua entrevista (POLLAK, 1992, p. 204-205). E sobre este aspecto seria importante retomar a primeira parte do texto para entendermos que mesmo entre os mais pobres, a dominação determina atitudes de enfrentamento.

---

<sup>23</sup> Trata-se da Ponte do Rio Branco, que ligava Feira de Santana a Anguera, sobre o rio Jacuípe, hoje já destruída, e a estrada substituída pela rodovia que liga Feira de Santana a Irecê.

Em 1950, um estudioso assinala que as classes comerciais recebiam com entusiasmo os novos tipos de mercadorias e que estavam registrados quarenta estabelecimentos com reparo de automóveis e de peças sobressalentes (POPPINO, 1968, p. 240). Cenário propício à expansão estadunidense dos seus produtos, cujas portas se abriam ao mercado com grande propensão de sucesso, necessariamente pelo poder de compra que permitia aos fazendeiros serem privilegiados, por se constituírem em potenciais consumidores, pelo valor das reses comercializadas na feira semanal.

Isso se consubstanciaria no período que antecedeu a ditadura militar, período que abriu portas do Brasil ao mercado dito americano e acarretaria sérios danos aos fazendeiros, necessariamente com a ajuda da Organização das Nações Unidas (ONU), que passou a distribuir, de forma gratuita, leite em pó nas escolas “alegando ajuda” aos mais pobres países, como registrado no artigo de Sebastião Teixeira Gomes (1991). Isso foi sentido em todo o município de Feira de Santana, que passou a depender do mercado de leite em pó, em detrimento do leite produzido na região, sofrendo a concorrência desleal com o governo dos Estados Unidos, que bancava as suas empresas por questões meramente econômicas, vez que os impostos ali eram recolhidos.

O senhor Jurandir dos Santos Cerqueira, que prestou serviço militar em 1974, diz que “foi em [19]64 que acabou a Rede Ferroviária Federal, que o último trem passou em um dia de domingo, assim mesmo vinha uma boiada em dia de domingo, aí um boi amuou aí, que mataram ali de junto da Rede Ferroviária [...]” (CERQUEIRA, J., 2015, p. 8-9).

A inserção de um novo modelo econômico nos países industrializados gerou a necessidade e o consumo de seus produtos. Isso realmente veio acontecer na década de 1970, e nos anos posteriores, quando os produtos regionais sofreram a concorrência desigual no mercado internacional, empresas de relativo peso regional foram à ruína, e tabaréus, como todos os seus dependentes, se ressentiram da crise econômica que foi acrescida de grandes catástrofes climáticas como a seca verde.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Refere-se às irregularidades do clima que ora apresenta chuva com abundância, abastecendo aguadas, mas sem ter sequência, fazendo perecer os cultivos; ora apresenta chuva insuficiente para abastecimento das fontes, enquanto os cultivos ainda resistem.

## 4 A MEMÓRIA E A IDENTIDADE DOS TABARÉUS

### 4.1 MEMÓRIAS DOS TABARÉUS

Na presente elaboração, elegemos como objeto de pesquisa o tabaréu que vive no tabuleiro, onde se espraíram sertão adentro, muito antes dos colonizadores portugueses dominarem os Tapuias Paiaiaís. Para compreender os hábitos e acompanhar o cotidiano de indivíduos, hoje viventes desta faixa do território baiano, na busca de elementos da sua história que demonstrassem convergências identitária e estratificação social interna, foram utilizados doze depoimentos. O interesse pela zona rural se deve ao fato de que ali se concentrava a esmagadora maioria da população até a década de 1970, visto que o testemunho de memorialistas, do início do século XX, ainda se encontrava no interior do município entregue à atividade agrícola (SAMPAIO, 1977, p. 19-21).

Para concretizar tal intento, foram produzidos os roteiros de entrevistas, selecionados os indivíduos, com relativo conhecimento da vida rural, que pudessem relatar detalhes da vida cotidiana e possibilitar a averiguação da existência de algum traço de identidade que caracterizasse o tabaréu como figura ímpar no território onde se fixa hoje o município de Feira de Santana e suas adjacências.

Como fonte, ainda se utilizou um depoimento escrito de uma nonagenária que, grande parte da sua vida, habitou juntamente com a família naquela área, e se notabilizou por ser uma professora leiga municipal (atualmente aposentada), que fundou uma das primeiras escolas no Distrito de Jaguara, no município de Feira de Santana onde, desde que concluiu a 5ª série, já alfabetizava crianças (MORAIS, J., 2011).

A memória do tabaréu é nostálgica e bastante detalhada possibilitando localizar o tempo e o espaço com bastante frequência. A relação existente entre os tabaréus que viveram no tabuleiro feirense entre os anos de 1950 e 1990 e os índios tapuias não é ocasional. Da mesma forma que os indígenas receberam uma designação que se tornou pejorativa e indenitária por conta do lugar onde viviam, os tabaréus – habitantes do mesmo território, herdeiros de alguns traços físicos, da linguagem e do cotidiano simples – foram apelidados e se tornaram um grupo identificado com as mesmas características. Nesse sentido, o senhor Antônio Raimundo Pereira ilustra bem com o comentário que segue: “fui vaqueiro por muito tempo, inclusive tem um retrato aqui que eu vou lhe mostrar que foi do tempo de vaqueiro. Encorado, isso aqui eu devia ter uns dezoito anos” (2015, p. 2).

Por isso, as reminiscências do tabaréu que resiste no tabuleiro feirense são permeadas de traços comuns à vida campestre, ao trato com a natureza e com os animais. Mesmo aqueles que hoje vivem nas cidades conservam traços do passado remoto que foram passando por gerações e permaneceram praticamente intactos na cultura local. As características culturais, a exemplo da linguagem corrente encontrada entre os tabaréus, os saberes e a cultura material, tal como construções de habitações e adaptação ao modo de vida urbana com a inserção de novos logradouros são resquícios da memória Tapuia, que ainda perdura entre os tabaréus do tabuleiro feirense. Nesse particular, o senhor Antônio Raimundo traz uma contribuição para o entendimento, afirmando:

[...] Eu lutei com seca a vida toda dando mandacaru a gado. Muito mandacaru. Papai acordava a gente três horas, quatro da madrugada pa gente cortá mandacaru, ai ficava até dez horas. Não tinha a evolução do mundo de hoje. Hoje tem motor, passa na máquina e naquela época era na base do [...] da foice e do facão. E assado, queimano o espinho nas coivara. (PEREIRA, 2015, p. 4).

O estudo de Luís Cleber Moraes Freire (2010) corrobora, em certa medida, com essa análise sobre as memórias do tabaréu, quando traça a genealogia dos Carneiros no tabuleiro e suas aquisições nos séculos XVIII e XIX, ao se estabelecerem enquanto proprietários de áreas no sertão incorporaram características culturais dos Tapuias. Comparativamente estão presentes, também, os referenciais arquitetônicos, a produção econômica e a exclusão social dos tabaréus que foram – tais como os índios que perderam seus territórios – deslocados para os bairros da periferia de Feira de Santana e outras grandes cidades.

Um dos exemplos marcantes da permanência de hábitos presentes na memória que identifica o tabaréu é o comércio secular de mercadorias. A feira que se fez no trajeto entre o sertão e litoral, estabelecida no local onde foi construída a capela de Nossa Senhora dos Remédios, atual município de Feira de Santana, é uma tradição desde o início do século XVIII; no entanto, após estender sua sobrevivência por quase três séculos, foi extinta em janeiro de 1977 para a construção do Centro de Abastecimento. (ALENCAR, 1977).

Desde aquele período, o gado que atravessava as estradas do tabuleiro feirense em direção a capital era acompanhado por vaqueiros e tangedores ou “salta moitas” vindos do Piauí, Maranhão, Goiás e Minas Gerais e dos sertões baianos, os quais precisavam se reabastecer de água e alimentos na longa jornada até o litoral, se tornando uma tradição esta parada no tabuleiro feirense.

Outra lembrança constante na memória do tabaréu é a interferência no ambiente físico do tabuleiro feirense, a qual foi determinante para as mudanças climáticas que se registraram na segunda metade do século XX, e se agrava na atualidade com reflexos visíveis para a população da cidade de Feira de Santana. Também aqui as memórias do senhor Antônio Raimundo contribuíram.

Naquela época tinha perdiz, tinha muita codorna. Hoje não tem muita codorna por causa das crises. E além de tudo, com o tempo, tem aquele carcará que aquilo é uma desgraça. Destrói tudo. Pega codorna, não deixa nada adiantar. (PEREIRA, 2015, p. 5).

Os tabaréus que viveram em conjunto essas experiências e sofreram as crescentes perdas econômicas retêm as mesmas recordações, ou seja, formam uma memória coletiva, pois “no momento em que examina seu passado, o grupo nota que continua o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo” (HALBWACHS, 2003, p. 108).

Todavia, a memória do tabaréu feirense ainda que guarde algumas especificidades, como o seu ambiente rodeado de platôs e lagos, a sua cultura regional permeada de expressões e comemorações se amplia no universo sertanejo pelas semelhanças da hostilidade climática, do preconceito externo e da origem histórica. Portanto, cabe fazer um paralelo entre ambos e perceber as sutis diferenças que os caracterizam, bem como as compatibilidades de suas memórias.

#### 4.2 SERTANEJO E TABARÉU: UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE

Anteriormente foram feitas algumas considerações sobre o tabaréu e a sua ligação com os povos tapuias, com europeus, ciganos, militares de patente e negros fugidos que habitavam os sertões baianos e alhures os sertões do Brasil colonial. Só neste pequeno trecho já identificamos a existência de mais de um sertão, seja em nível de Bahia ou de Brasil e, conseqüentemente, mais de um tipo de sertanejo.

Para uma melhor compreensão e definição do que vem a ser tabaréu, recorreremos a Eurico Alves Boaventura, que traz uma contribuição esclarecedora sobre as características desses indivíduos, numa passagem que tem por título *Sob o Ditame do Rude Almajesto*, na qual cita um amigo que fez visita a sua casa de fazenda, no início do ano, fazendo provisões de abundância.

Entendia ele a linguagem dos ares, a expressão da paisagem. Aos da cidade esta linguagem inexistia. O tabaréu, entretanto, compreende o que

dizem as coisas sem palavras. Não sofre dislexia ante a escrita que aprendeu a ler no ar. Nos Ares... (BOAVENTURA, 2006, p. 203).

Sobre a passagem supracitada podemos pensar, inicialmente, no homem do campo, visto que o próprio autor concorda com esta concepção. O tabaréu que vive na roça entende as engrenagens que fazem funcionar o mecanismo da natureza, e que lhe proporcionará o sustento. Isso se distingue dos que vivem na cidade por esta memória que decifra as grafias do firmamento, e da sua relação com a terra estabelece uma sentença que se veria comprovada com grandes cheias e fartura. A descrição do personagem destaca características que dificilmente se encontram na cidade, pela invisibilidade dos astros, sem aparelhos auxiliares aos olhos, em meio às luzes geradas pela eletricidade, de modo que esta leitura inexistente.

Até porque, mesmo aqueles que usam os observatórios astronômicos, não fazem os mesmos prognósticos meteorológicos vez que focados neste ou naquele e com outros objetivos, alheios ao regime pluviométrico. Também os meteorologistas se utilizam de outros aparelhos que dão respostas para suas observações e posteriores previsões, sem necessariamente se servirem dos sinais que norteiam a leitura do tabaréu, e em horário distinto, pelas próprias normas da profissão exigir.

No primeiro caso, o próprio firmamento dita o texto que a memória ágrafa conservou e repassou aos filhos, de certa variação na interpretação, como a produção cultural letrada também é refutada por críticos, a depender de sua formação. A formação entre os tabaréus depende do conhecimento ancestral que foi fixado pelos filhos na resolução de uma dificuldade que se apresenta no presente, por isso recordada.

Ainda no mesmo artigo, o tal amigo, complementa a previsão com dois outros indícios que confirmariam o diagnóstico, com o enxu-caboclo buscando abrigo nas casas e a macambira com o mandacaru em flor, a espera das chuvas (BOAVENTURA, 2006, p. 203-204). A terra e os astros são coisas que se completam, e o homem aprende pela relação com os animais e plantas a traduzir o que lhes ditam.

As plantas e os animais pressentem a aproximação das chuvas e como isso provoca mudanças físicas significativas na sua estrutura ou na mobilidade, se preparando para não sofrer danos quando acontece o fenômeno. A maioria da reprodução, nas plantas, depende da floração que pode se apressar mais em algumas delas no semiárido por conta da limitação do tempo das chuvas, enquanto que em outras áreas é preciso da umidade do solo para se processar.

Maria Vanilda Moraes Oliveira, em artigo publicado pela Revista *Sitientibus*, em 2006, de nome *Prevendo o tempo em Tanquinho, Bahia*, identifica que o sertanejo faz previsões do tempo observando animais vertebrados, como aves, peixes, anfíbios, ou insetos, tipo formigas, baratas, vespas, arthropodas como aranhas caranguejeiras, aves como maracanãs, seriemas, saracuras, paturis, sabiá coca e muitos outros (2006, p. 122). Destacando os anfíbios, a autora cita o sapo cururu, pererecas e o “sapinho de enchente”, cuja espécie ainda não foi identificada, mas o coaxar prevê a sequência das chuvas, alguns o conhecem por “sericória”. Entre as plantas, esta autora cita várias árvores como a quixabeira, que faz previsões da safra; a floração dos ipês, do pau d’arcos, da jaboticabeira, da barriguda e do juazeiro, que antecede as trovoadas e, entre os cactos, logicamente o mandacaru, o mais tradicional (OLIVEIRA, M., 2006 p. 123).

Tanto o mandacaru quanto a macambira são espécies vegetais, características do semiárido, que o tabaréu usa como alternativa de alimento do gado na seca por resistirem bem à escassez; em ambas, a floração ocorre antes que comece o período das chuvas. Com isso, atraem os insetos que auxiliam na polinização e garantem a preservação da espécie através da semente, mas existem outros recursos no cacto, que lhes garante reprodução, como o enraizamento de galhos que se quebraram e até brotam sobre rochas se aproveitando de material orgânico ali depositado.

As vespas buscam abrigo para não correrem o risco de ser surpreendidas, vindo assim a perecer juntamente com a colmeia quando acontecem as chuvas e ficam com as asas molhadas, impossibilitando o deslocamento pelo voo, colocando em xeque sua sobrevivência. Insetos que se organizam em colônias, como as formigas e abelhas, sempre exerceram fascínio sobre os humanos de tal forma que lhe são atribuídos distinções no grupo, por nomes que se assemelham a atividades exclusivas aos seres humanos, como o ato de governar exercido por uma “rainha”, mãe das demais, a quem todas elas devem obediência.

Esta é uma descrição que conforma com a afirmação segundo a qual “qualquer recordação de uma série de lembranças que se refere ao mundo exterior é explicada pelas leis da percepção coletiva” (HALBWACHS, 2003, p. 62). Podemos com isso entender que o tabaréu é um especialista formado em natureza e que aprendeu com os ancestrais a leitura e atuação, frente os percalços da vida.

Se vespas e formigas obedecem a uma ordem da rainha para mudarem de abrigo, percebe o tabaréu existir um fator que determinou tal decisão e que, para além desse poder

individual, foi subordinado pela natureza. Assim, também, além dos pais, existem os ancestrais que influem nas decisões do grupo e estão submetidos pela mesma natureza que lhes dá vida e sustento. Portanto, devem obediência aos pais e os ancestrais que vão servir de guia contra os perigos que coloca em risco a existência do grupo. Disso resulta uma permanente consulta ao passado para resolver as dificuldades presentes, por entenderem que os outros seres pouco mudaram de comportamento, mas resolveram as dificuldades do momento com deliberações para atender as necessidades coletivas.

Mas que não se iluda quem imagina o tabaréu apenas um desconhecedor da leitura convencional ou, ainda, o homem que pouco sabe lidar com a complexidade das cidades. Isto se aplica àqueles que não se familiarizaram à grafia e leitura dos textos escritos, o que não é incomum no tabuleiro feirense. O jurista e fazendeiro Eurico Alves confessa que “[...] a natureza é um livro aberto para os tabaréus como nós” [ou ainda] “E nós tabaréus repitamos o louvor ao salmista [...]” (BOAVENTURA, 2006, p. 209-210).

Como se verifica, o tabaréu pode conhecer mais de um tipo de leitura e isso lhe concede o *status* de um multiconhecedor pouco comum, a exemplo dos políglotas. O que podemos entender nessas afirmações é que mesmo com toda a carga pejorativa que acompanha o termo, notadamente no período republicano, isso não inibiu o tabaréu de assumir sua condição de matuto, de homem do campo, o saudosismo que o caracteriza. Ao contrário, se orgulha do que conhece, ainda que outros espezinhem sua teórica menor capacidade de saber, que não tem mal algum em assim ser, mas também não se sente como vítima.

Ainda sobre como o autor em tela memoriza o tabaréu, podemos recorrer a um texto com explicações contundentes.

Madrugador de quatrocentos anos aprendeu com os velhos troncos, a levantar-se à meia noite, de madrugada, ao sair da lua e da Estrela d'alva para observar o céu, o Carreiro, o Sete Estrelo, o Cruzeiro do Sul, conhecendo e repetindo pelo nome todos os astros do firmamento. (BOAVENTURA, 2006, p. 209-210).

Ora, o fragmento acima trata do período em que os sertões baianos ainda não eram povoados por portugueses cujas bases estavam assentadas no litoral sem encontrar os meios de fixação no interior, o que nos leva a inferir, portanto, ter originado a cultura do tabaréu entre tapuias, a qual foi passada de forma oral, ou copiando as ações, dotando o conhecimento que tinham dos astros.

Mas os troncos dos quais fala o autor, fazem referência não apenas aos tapuias, como a todos os outros que a estes se agregaram, como sua própria ascendência que migrou da Europa para o Brasil. Fez-se aluno de tabaréu por entender que seu conhecimento tinha fundamento, e estava inserido num grupo que entendia a linguagem. Algumas citações bíblicas, encontradas na narrativa desse mesmo texto, explicam a ligação europeia e a catequização que hoje se reflete no cotidiano religioso do tabaréu que, sem abandonar outras crenças, absorveu uma parcela da doutrina cristã. Essa é uma característica extensiva ao grupo que se identifica coletivamente por hábitos comuns.

No que diz respeito às distinções entre tabarés e sertanejos, Eurico diz que:

A preocupação maior do sertanejo é a água. Não só a água para sua bebida, para a bebida dos animais, como para a rega da lavoura, ou sua consequente umidade para as plantas, para o natural pascigo que lhe deixou Deus na sua bondade imensa. (BOAVENTURA, 2006, p. 205).

Portanto, para este autor, tabarés e sertanejos se tratam de um mesmo personagem que habita os sertões, daí a preocupação com o suprimento de água para os animais e plantas, como para o alimento das pastagens, cuja incidência maior do sol inibe o crescimento da caatinga, desfolha árvores, torna cultivos improdutivos, empobrecendo o homem.

Conforme dito anteriormente, no tabuleiro em que Feira de Santana está estabelecida existiu, até metade do século XX, fartura de nascentes, lagoas e rios de água potável que abasteciam os passantes ou a população que se fixava, seja temporariamente ou permanentemente na área. No texto citado, mais uma vez, o autor reafirma sua convicção religiosa, a qual toma feição de agradecimento por proporcionar ao homem meio de sobrevivência numa área que considera imprópria para habitar. No oásis, representado pelo tabuleiro feirense, há espaço para o andarilho sedento, e fartura para matar a fome, como no paraíso prometido.

Assim como não existe apenas um tipo de sertão ou de sertanejo, há mais de um tipo de tabaréu, que cuida da sobrevivência dos animais ou vegetais sob sua responsabilidade. Assim, eles observam a reação dos animais domésticos, como a forma de dormir das vacas e das galinhas; a destilação das glândulas sudoríparas nas orelhas do jumento, que indica se haverá fartura, ou para que a égua coberta produza bom potro; observam também a quadra lunar, que determina tanto o período de reprodução animal como evita que a madeira cortada biche, caso seja colhida no período certo. Este

comportamento é encontrado em todos os recantos do país, desde a Amazônia se estendendo ao sertão pernambucano, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul com variações do ambiente (BOAVENTURA, 2006). Porém, tabaréu não é exatamente o termo usado por paulistas ou mineiros, se fazendo mais familiar o caipira a São Paulo, e o capiau a Minas Gerais. O tabaréu é o homem fronteiriço, e chamá-lo de sertanejo não soará aos seus ouvidos como o homem que lida no tabuleiro feirense e entenderá se tratar de outro indivíduo de vivência no semiárido.

Ora, devemos admitir que desde o período colonial o tabuleiro feirense é visto pelos litorâneos como parte do espaço do outro. Assim como o litorâneo vê no tabaréu o outro, também o tabaréu ao sertanejo. Embora admita ter o tabaréu as características idênticas a do sertanejo, e este último termo apresentar menor carga pejorativa, ele não se enxerga enquanto tal, mas de grande afinidade. Do mesmo modo que a proximidade com os litorâneos permite aos tabarésus estar sempre em contato com seus grupos – seja por uma profissão comum, por um fim de semana de lazer na praia, um período de férias em que os grupos estabelecem contato – eles não se confundem.

As relações entre os negociantes de gado do litoral, os quais vinham até a região de tabuleiro comprar o gado para revendê-lo, difundiram o tratamento nos sertões baianos de forma que se estendeu a outros grupos, nem sempre de nativos, mas generalizado aos que faziam parte de novas povoações estabelecidas no interior da colônia. Nesse ponto a memória se amplia porque vão se constituindo no que Halbwachs (2003) designou como espaço jurídico, no qual os direitos são lembrados, e a corrente da memória é sustentada pela maioria dos grupos que a ele se ligam.

Do mesmo modo, os meios de lidar com a terra e com o clima foram sendo transmitidos pelos indígenas aos tabarésus e, ao mesmo tempo, a outros sertanejos que viviam em diferentes partes do sertão, confirmando o que diz Halbwachs (2003, p.137) sobre o efeito das formas de tempo na memória “[...] As divisões do ano camponês se baseiam no ritmo dos trabalhos agrícolas, que por sua vez é determinado pela alternância das estações.” Foi assim que o comportamento de um indivíduo ou grupos deixou vestígios visíveis aos outros no que respeita a tarefas que exigem a observação de tempos distintos, em lugares de igual modo, com características diferentes.

O tabaréu, apesar de ser tido como ignorante, conhece muito a respeito de tudo o que lhe cerca. Dona Arlinda Cruz Oliveira, ao ser indagada sobre o que guardava de memórias de seu pai, assim retrucou: “apesar que ele era uma pessoa tabaréu, que não

estudou, não sabia nada, mas sabia explicar muitas coisas a gente” (OLIVEIRA, A., 2015, p. 2). O depoimento da entrevistada explicita a internalização do preconceito com o tabaréu, pois ela insiste em admitir que seu pai, ainda que não tivesse frequentado a escola convencional, conhecia e, para além, explicava, como alguém de profundo saber letrado, as coisas da vida aos que pertenciam ao grupo das suas relações.

Os depoimentos dos entrevistados demonstram como eles tiveram poucas oportunidades ao se mudarem para as cidades. Essa é uma característica que distingue o tabaréu que teve acesso à educação formal, e o outro que não teve as mesmas oportunidades. Evidentemente, quem se dedica ao conhecimento letrado tem melhores oportunidades de lograr êxito na disputa dentro do processo produtivo, mas isso não significa que os tabaréus, analfabetos ou não, estejam à margem dessas transformações que influem no mundo capitalista.

De todo modo, percebe-se que há distinção entre tabaréus e entre sertanejos. A proximidade entre Feira de Santana com o litoral, como do semiárido, permite que sua localização receba constante fluxo de populações de ambas as regiões, que estabelecem distinções identitárias, lembradas por suas memórias, que nos permitem afirmar que tabaréu e sertanejo podem ser termos similares, mas que não se confundem para os habitantes do tabuleiro, por se sentirem pertencer a outro espaço geográfico. Existem influências dos diversos grupos que conseguem agir com maior ou menor eficácia em determinada área de maneira que a distância que separa o semiárido e o litoral não se fez visível às duas populações, que de tal modo são ofuscadas, sendo sutis as distinções entre os três, incluindo o tabuleiro feirense. Essas distinções passam despercebidas até porque as fronteiras da identidade só são possíveis de distinção pelas regras de comportamento dentro dos grupos, massificadas pela tradição e se estendem para além de um limite preciso, embora mais denso em certas áreas territoriais.

Os tabaréus estão para os tabuleiros, como os sertanejos para o sertão e, se o tratamento se estende até os sertanejos, é muito mais por uma questão de depreciação e provocação, afinal, os primeiros se distinguem pelo contato com grupos de identidades distintas, enquanto os sertanejos possuem em grande parte as mesmas características, a distância do litoral e o menor contato, no entanto, fazem com que as tradições sejam conservadas. O tabaréu sofre pressão de identidades distintas, daí sua postura se situar entre atender o que lhe dita o litoral, que defende interesses de sua conveniência, e aproximar-se das reivindicações dos sertanejos, que tem neste conceito bem mais recente

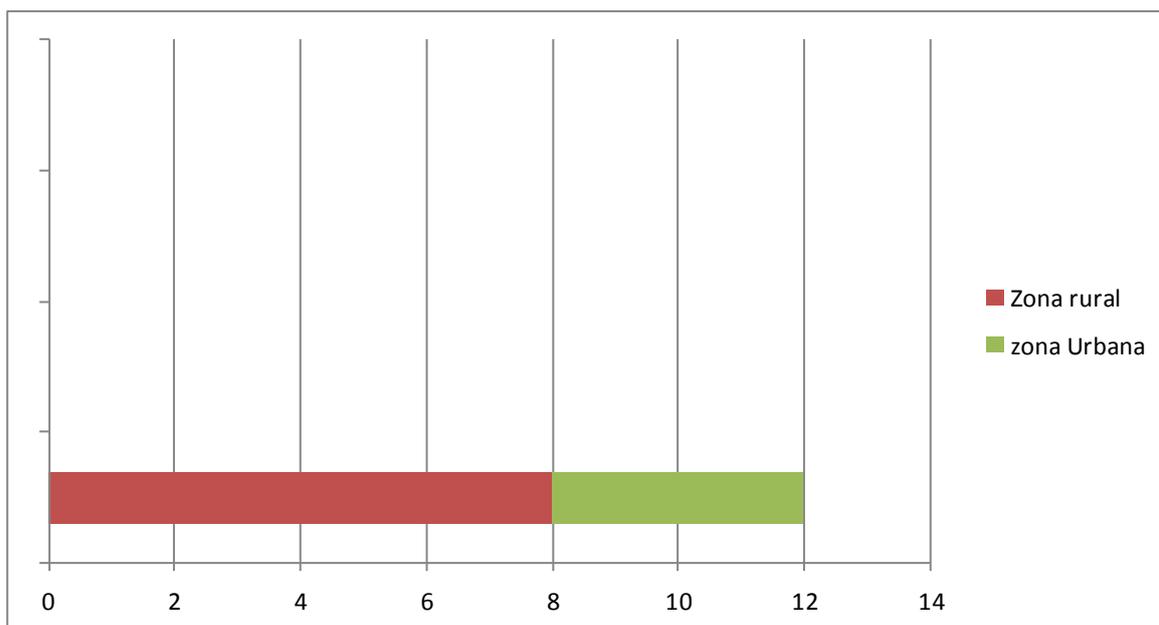
uma distância sobremaneira das memórias de sua gênese que se refletem na própria paisagem urbana que precisa se adequar à atualização da memória.

#### 4.3 AS DIFERENÇAS SOCIAIS NUMA MESMA MEMÓRIA

Neste segmento, pretende-se estabelecer distinções de natureza social entre os depoentes, seja em relação às origens ou à classe. Para isto, nos servimos, como ferramenta, dos argumentos de Maurice Halbwachs, que considera que as tradições têm por base os diversos grupos que exercem fascínio uns sobre os outros, dependendo de cada época, o qual influi sobre a memória dos agentes.

Inicialmente, cabe salientar que uma parte considerável dos doze depoentes que contribuíram para essa pesquisa reside atualmente na periferia da zona urbana e alguns exercem profissões que não têm relação direta com o cotidiano rural, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Proporção entre os depoentes residentes na zona urbana e rural



Fonte: Elaborado pelo autor.

A pesquisa assinala a predominância, entre os depoentes, de indivíduos da faixa mais empobrecida entre os tabaréus que migraram para o espaço urbano e, conseqüentemente, nos relatos existe maior incidência de narrativas relacionadas à vida no campo. Ainda aqueles considerados como nascidos na cidade, na maioria, apresentam

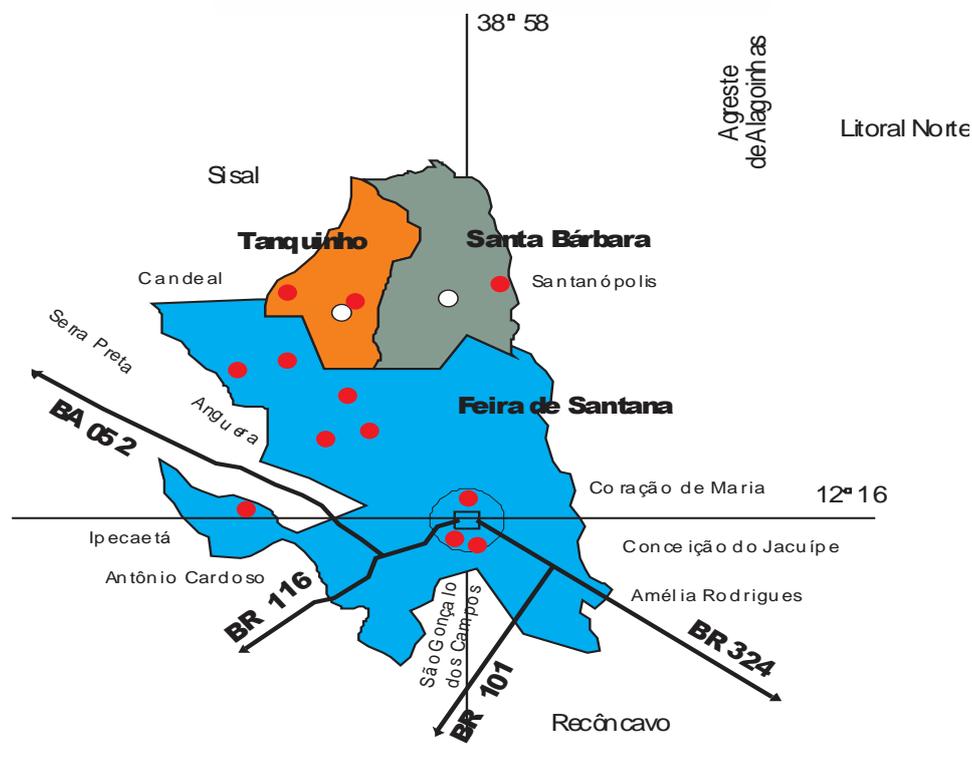
ascendência no meio rural ou estabeleciam contato regular com essas populações, pela maior circulação de produtos oriundos do campo.

É muito importante ressaltar, mais uma vez, que a identidade do tabaréu se organiza a partir de hábitos e costumes que foram sendo transmitidos por gerações na região do tabuleiro feirense e que, não obstante todas as dificuldades encontradas pela miscigenação ou mudanças de toda a sorte, se mantiveram entre os habitantes da região. Todavia, do ponto de vista social, existe a estratificação, bem como essas relações não prescindem dos efeitos da exploração econômica que marca o tabuleiro desde que os primeiros colonos se instalaram; isso fica evidente nas diferentes características do grupo de depoentes.

Para efeito de localização foram considerados, do meio urbano, os indivíduos que abaixo de sete anos já residiam nas cidades. Por outro lado, considerados da zona rural os que depois de adultos migraram para o setor urbano, tendo, portanto, maior aquisição daqueles valores que lhes são tradicionais (Figura3).

Figura – 3 Localização de origem dos depoentes

### Mapa da Área Pesquisada



#### LEGENDA

Cidade	○
Origem do depoente	●
Centro regional	⊠

0 0,5 0,9 13,5

**FONTE: Robérico Celso**

Fonte: Robérico Celso.

Justifica-se a escolha maior incidir no distrito de Jaguará por considerar que ele se localiza na área mais distante da sede, seu território já fazer parte do semiárido, onde predominam menores precipitações de chuvas, e representar um olhar panorâmico mais distanciado. O território do município de Tanquinho também faz parte da depressão sertaneja e, conseqüentemente, as ocorrências de chuva também se fazem menores; além disso, há uma considerável influência da área do tabuleiro feirense, composta pelo município de Feira de Santana e por territórios de cidades vizinhas na face leste e norte, a exemplo de Santa Bárbara e Santanópolis, que também já fizeram parte do seu território no século XX, e suas populações estabeleceram contatos desde o período da colonização portuguesa.

Num total de doze entrevistados, quatro foram identificados como de origem urbana (três em Feira de Santana e um em Tanquinho) e oito nascidos na zona rural. Vale salientar que o depoente nascido na cidade de Tanquinho ainda encontrou esta cidade enquanto distrito de Feira de Santana, e só depois de completar os estudos, já adulto, veio se estabelecer definitivamente na já cidade emancipada, mas por grande período habitou em Salvador e em Feira de Santana.

De maneira semelhante, com idade de seis anos, outro dos depoentes migrou de Cícero Dantas para Feira de Santana onde sua família residia, mas, logo, em razão dos estudos, se deslocou para o litoral baiano, sul do país e para a Europa, só retornando depois de vários cursos de pós-graduação. Os dois restantes nasceram na sede do município de Feira de Santana e exerce/exerceu profissões de mecânico e comerciante, respectivamente.

No plano das migrações, entre os indivíduos pesquisados, Feira de Santana responde por 66,6% da preferência com quatro indivíduos, Tanquinho, vindo logo em seguida, representado por duas pessoas, que correspondem a 33,3 % de um total de seis indivíduos, o equivalente a 50% dos depoentes. Como se verifica, Feira de Santana tem o dobro da preferência como local para habitação. Finalmente, observa-se que dois deles permaneceram na zona rural.

A variação da idade entre o mais novo dos depoentes, o senhor Elias Gomes Moreira, com 53 anos, nascido em Bomfim de Feira (distrito), e o mais idoso, o senhor Divaldo Pereira Portugal, com 93 anos, de origem na sede do município, é de 40 anos. Com isso, cremos que as memórias abrangem um tempo considerável que se estende entre os anos 1950 e 1990. Pelas razões explicadas anteriormente, esse período considera, também, as mudanças significativas no cotidiano dos tabaréus do tabuleiro feirense, o qual

reflete as políticas de industrialização e urbanização generalizadas no Brasil. A ampliação da migração urbana com a criação de mão de obra excedente para a indústria, na década de 1950, bem como a profissionalização e a utilização de recursos tecnológicos modernos pelo agronegócio, na década de 1990, marcam profundamente as experiências dos depoentes, as quais se diversificam conforme demonstrado abaixo no quadro 1.

Quadro 1 – Qualificação dos depoentes

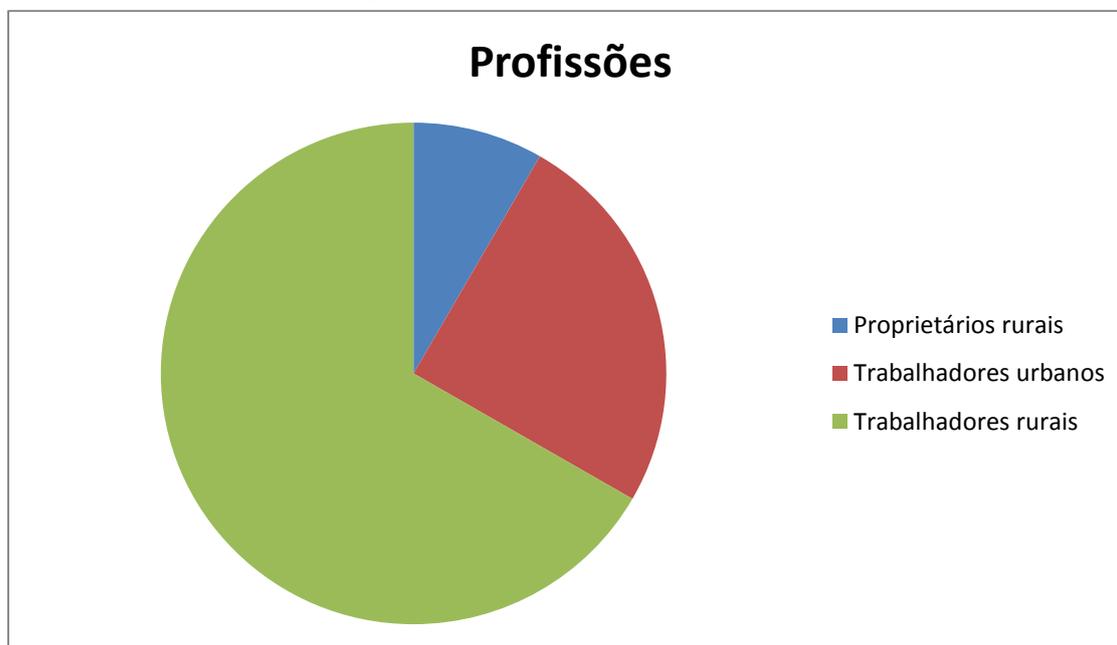
<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>PROFISSÃO</b>
Elias Gomes Moreira	53	Lavrador/Militar reformado/Curador
Jurandir dos Santos Cerqueira	59	Mecânico de automóveis ativo
Antônio Ribeiro Silva	68	Lavrador/marceneiro aposentado
José Carlos de Santana Rosa	68	Lavrador/músico
Mário Lima de Cerqueira	70	Lavrador/comerciante aposentado
Edmundo José dos Santos	71	Professor aposentado/Marchante
Arlinda Cruz Oliveira	73	Lavradora aposentada
Maria Moreira Magalhães	73	Lavradora aposentada
Raimundo Gonçalves Gama	78	Professor aposentado
Antônio Raimundo Pereira	83	Pecuarista
João Pereira de Menezes	86	Lavrador aposentado
Divaldo Pereira Portugal	93	Comerciante aposentado

Fonte: Elaborado pelo autor.

Seria relevante apontarmos que apenas um dos depoentes é proprietário de fazendas espalhadas pelo interior do Estado, e dez deles, atualmente, vivem no meio urbano. Vez que Feira de Santana se localiza no tabuleiro interiorano, mais especificamente no tabuleiro feirense, que se separa do restante do tabuleiro pelo rio Paraguaçu, apenas um dos depoentes viveu nesta fitofisionomia na zona rural, mais especificamente o senhor Mário Lima de Cerqueira; porém, mais três deles têm origem no meio urbano, de tal sorte que perfazem um total de quatro indivíduos. Seis entre os entrevistados permaneceram nos locais onde nasceram, sendo que dois na zona rural, no distrito de Bomfim de Feira, e o outro em Jaguara; um no município de Tanquinho e três em Feira de Santana. No entanto, a predominância de lavradores ativos ou aposentados entre as profissões permite demonstrar que uma característica importante do grupo entrevistado é a convivência com as atividades tipicamente rurais. Mesmo na atualidade, quando somente as memórias

bucólicas sobrevivem, existe uma predominância de ocupação ligada à zona rural, conforme configurado no gráfico abaixo.

Gráfico – 2 Ocupação dos depoentes residentes na zona urbana e rural



Fonte: Elaborado pelo autor.

Logicamente que as tarefas que envolvem o trabalho no campo são distintas das praticadas na área urbana, mas comportam similitudes na clientela, que precisa dos serviços especializados, de melhor oferta nos preços, e frequenta a cidade para aquisição de produtos pouco comuns àquela realidade. O campo atravessa uma crise de improdutividade que torna crescente a dependência das pessoas ao meio urbano, e a população se ressentida pela pouca oferta de emprego na zona rural, migrando para as cidades em busca de colocação no mercado. No entanto, é possível identificar resistências significativas, seja pela permanência nos hábitos, que incluem toda uma forma de agir, de vestir-se, de relembrar memórias saudosas, ou até de arrumar e decorar as casas e utilizar ferramentas ou utensílios, considerados ultrapassados para a realidade atual, provocando lembranças, considerando que, como assinalou Halbwachs, “não existe possibilidade de memória fora dos marcos utilizado pelos homens, que vivem em sociedade para fixar e recuperar suas recordações” (HALBWACHS, 2004, p. 101). Esta é ainda uma memória bastante recente se comparada aos primeiros capítulos em que fizemos um apanhado do período colonial, justamente para dar inteligibilidade ao presente em que um embate

disfarçado se mantém, e o tabaréu é forçado a buscar alternativa de sobrevivência no meio urbano.

Nesse sentido, funcionariam tais objetos como marcos, que a exemplo dos obeliscos acessam lembranças de períodos passados, raros no centro urbano de médias e grandes proporções, no mais das vezes confundidos como pobreza ou falta de acesso aos recursos. Apesar do meio rural, nos anos iniciais da nossa pesquisa, permanecer em grande parte como área de habitação da elite, era no espaço urbano que se deveria fazer a distinção maior do glamour, do refinamento, da ostentação e, naturalmente, todos os componentes pertencentes a esse segmento social deveriam se achar presentes aos eventos comemorativos, os quais abrilhantavam a festa.

Por outro lado, tudo o que representasse o mundo rural deveria ser varrido do espaço urbano, e associado ao “atraso, à sujeira, ao rudimentar”, para dar espaço ao “novo, arrojado, salutar”, tal era a ideologia republicana do início do século que no período subsequente tomou contornos de luta aberta aos que defendiam suas conquistas. Nesse sentido, o coronelismo representava uma ameaça aos projetos republicanos de modernização, na medida em que cresciam movimentos excludentes do passado colonial associados à herança portuguesa, e os protagonistas desse segmento se constituíam como líderes políticos, economicamente bem assentados, que resistiam à modernização por se negarem a investir na industrialização, como ocorria no sudeste do país (NEVES, M., 2014, p. 18).

Possivelmente haja exceções, vez que nesse período o Estado, assim como também o município de Feira de Santana, apesar dos problemas causados com a seca do início dos anos 30 – agravada pela abertura maior das pastagens e, conseqüentemente, pela destruição mais intensa das áreas de floresta nativa –, apresentou uma evolução tecnológica apreciável para beneficiamento da produção rural, conforme afiança o professor Edmundo José dos Santos em seu depoimento, “Tanquinho era considerado a bacia leiteira da Bahia e aqui era refrigerado e levado direto p’ra Salvador. E aqui existia um moinho de café, existia fábrica de caramelos e muitas fábricas de requieijão e de doces” (SANTOS, E., 2015, p. 8).

Logicamente não se tratavam de indústrias de grande porte e de tecnologia aprimorada, mas toda indústria passa por fase evolutiva e o que nos parece de maior importância é que algumas eram bastante difundidas, de modo que a renda era mais bem distribuída, abrindo portas aos de menores oportunidades. E vejam que essa evolução

tecnológica não se concentrava apenas no beneficiamento exclusivo desse ou daquele setor, mas de setores ligados à produção de menor escala que lhes agregava valor, a exemplo das frutas, que depois de processadas na pequena fábrica, eram transformadas em doces, que eram vendidos no mercado. O mesmo se dava com o leite, que requer um maior empreendimento para sua transformação no requeijão, ou a farinha produzida com uma parafernália de equipamentos de custo bem maior, mas que ficava a disposição de todos que precisavam se servir, na grande maioria, sem despesas com aluguel do equipamento.

O leite para ser transformado no requeijão, também requer vasilhames apropriados, como os vasos para a carga, os quais nesse período eram construídos de ferro, e outros, de maior porte para depósito, normalmente feitos de tonéis cortados ao meio e compostos por duas alças soldadas nas laterais, facilitando o manuseio dos operários. Além desses utensílios, as pás de madeira, para revirar a massa, e as garrafas, para acondicionar a manteiga derretida, que é usada no cozimento da massa, eram importantes.

Mário Lima de Cerqueira assim detalha o processo de fabricação do requeijão: “[...] Era eles, trazia o leite, armazenava num vaso grande, no outro dia ele amanhecia cortado, o leite. Eles pegava, botava pa ferver num tacho grande aí escorria o soro e ficava a massa. Do soro se extraia a manteiga que iria servir para fritar a massa cozida [...]” (CERQUEIRA, M., 2015, p. 11). Este trabalho, como podemos notar, envolve uma série de serviços auxiliares que dão suporte e manutenção.

De modo semelhante, o equipamento de uma casa de farinha exigia a mão de obra do marceneiro para fazer a prensa, a roda que dava impulso ao motor, o próprio triturador da mandioca, os cochos, o parafuso da prensa, feita de madeira de lei, o qual se difundiu no século XX e exigia um trabalho mais refinado. Na construção do forno e da casa, a mão de obra do pedreiro e dos seus auxiliares, a mão e obra do ferreiro, que fazia a chapa de ferro a ser assentada posteriormente, e os serviços dos colhedores da madeira que a retirava em meio ao matagal, eram indispensáveis. Normalmente, os profissionais que vendiam seus serviços na construção dos aviamentos de uma casa de farinha também habitavam na área rural e em sua residência armavam a tenda onde exerciam o ofício. Além disso, precisavam contratar auxiliares para derrubar as árvores, dividir as toras e serrá-las em tábuas ou arestar as peças onde se assentaria o maquinário.

Entre os serviços praticados por João Pereira de Menezes, ele cita que com “Madeira, eu trabalhei mais Ricardo (marceneiro). Lavrando... tirava madeira, lavrava, de tudo eu fiz. Subia em casa p’ra trabalhar [...]” (MENEZES, 2014, p. 4). Ricardo Geraldo

da Silva foi um dos grandes marceneiros na região do distrito de Jaguará e construiu vários aviamentos para casas de farinha, como móveis, janelas e portas para residências. Como se verifica, o trabalho de fazer a farinha envolvia uma série de habilidades de profissionais especializados; nesse conjunto temos o plantio, a manutenção, a colheita e transporte da mandioca, até a casa de farinha, o mesmo se dando na fabricação do requeijão. Já os doces envolvem outro tipo de conhecimento, nesse período, mais específico ao trabalho das mulheres que se dedicavam a cozinhar e, conseqüentemente, não demandava necessariamente uma área específica para além da cozinha, salvo a grande produção normalmente concentrada no meio urbano onde também se faz o comércio da farinha e do requeijão.

Esses ofícios, juntamente com a mão de obra empregada na fabricação da farinha e no beneficiamento do leite ou dos doces, compunham as atribuições dos mais pobres, mas à família do fazendeiro também, na medida em que aproveitavam para supervisionar a produção e melhorar a produtividade. Estas não eram exclusivas aos adultos, pois também envolviam as crianças, que acompanhavam os pais em seu cotidiano, fazendo tarefas que exigiam menor desgaste físico, tanger os animais até o destino, peneirar a massa da mandioca, recolher o leite das fazendas, colher frutas na roça, por exemplo, e eram comuns a ambas as faixas sociais.

O senhor Antônio Raimundo Pereira, filho do proprietário José Carlos Pereira, mais conhecido por Juquinha – na fazenda Capitiba, limite entre Tanquinho e Riachão do Jacuípe, naquela época – disse que quando ainda menino se envolvia no processo de fabricação da farinha: “eu raspava mandioca, passava mandioca no rodete [...]” (PEREIRA, 2015, p. 4). Nesse espaço comum de trabalho, as crianças permaneciam ora ajudando, ora brincando, ganhando afinidades nas trocas culturais, que reforçavam laços de identidade, e os adultos estavam bem próximos.

O mesmo se aplicava aos espaços de lazer, quando os filhos acompanhavam os pais, o que se inverte na cidade onde os pais ficam distantes dos filhos, na maior parte do dia, para cumprir as tarefas que envolvem seu trabalho diário, pois as fábricas não aceitam um operário acompanhado da sua prole, ou a escola barra a presença dos genitores na sala. Nesse sentido, a cidade é um elemento desagregador das afetividades e causa sofrimento às crianças quando elas mais precisam de atenção. Assim, os tabaréus tiveram que viver nas cidades para garantir o sustento, e ela exigiu maior esforço de adaptação dos tabaréus

pobres que, diferentemente daqueles mais abastados, como os fazendeiros, por exemplo, têm outros meios de lidar e negociar.

Em dias comemorativos se oferecia diversão abrangente aos adultos nos púlpitos da rua e nos recintos de luxo, como tocatas de filarmônicas; para as crianças, eram oferecidos os festivais de circo, malabarismos, barracas com guloseimas, comidas típicas regionais e bebidas apropriadas, a exemplo do deslocamento da família do senhor Antônio Raimundo Pereira para Tanquinho com vistas acompanhar as festividades do Natal e Ano Novo: “[...] Eu me lembro muito que a gente saía de carro de boi da Capitiba, de ano em ano mamãe saía com a gente pa vim pa Tanquinho. Aí vinha passar o Natal e só voltava depois de Ano” (PEREIRA, 2015, p. 9). A cidade tentava enfeitiçar o meio rural e atraí-lo para seu espaço que se tornava um local da celebração, do desejo, da satisfação.

Era o momento propício à exposição pública dos candidatos apoiados pelos partidos políticos, aos discursos inflamados, aos banquetes e conchavos, negociações para angariar fundo para as campanhas, requisitar bois nas fazendas para custeá-las e vestir-se com ternos à francesa. Esta situação mudaria sensivelmente no decorrer da campanha com os candidatos trajando roupas feitas com tecidos populares, se envolvendo em atividades incomuns aos cidadãos como encher uma pá de terra e jogá-la na vala que mais tarde se transformará numa obra pública, abraçar e apertar a mão do tabaréu eleitor e trocar ideias sobre o recurso prometido.

Todo esse comportamento faz parte de um planejamento, bem elaborado, de uma estratégia que pretende chegar a um fim que provavelmente o governante entende atender a uma necessidade coletiva. No entanto, esqueceu-se de combinar com a maioria, que não compactua do mesmo pensamento, e muitos servem até como massa de manobra para não expor o nome público ao ridículo e atingir seus objetivos.

É necessário entender que apesar de os fazendeiros explorarem a mão de obra dos tabaréus mais empobrecidos, possuírem a maior parte das propriedades e se constituírem como a maior força política e econômica, o homem não se desvinculou da terra e recebeu uma relativa ajuda em certas ocasiões para manter a família dentro da área, provendo de salário – nem sempre justo – promovendo o seu sustento, de maneira que como observa Halbwachs:

Quanto àqueles que adquirem sua fortuna rapidamente ou por meios demasiadamente visíveis, recém-chegados e novos ricos, parece que não tiveram títulos suficientes para serem admitidos na classe dos que possuem, embora, há muito tempo, fortunas equivalentes. (HALBWACHS, 2004, p. 293-294).

Confiavam os mais pobres naqueles que por séculos lhes haviam garantido o sustento, quando não podiam produzir ou extrair para si, dentro das suas propriedades.

Quer nos parecer que se prendiam os mais empobrecidos na zona rural, para além do sentimento de gratidão, a baixa autoestima por entenderem que pouco domínio tinha das atividades desenvolvidas nas cidades; em contrapartida, ao domínio das tarefas aí desenvolvidas, a boa relação com a natureza, e temiam a convivência com pessoas tidas como “civilizadas”, as quais os discriminavam sem motivo justo. Até porque, já havia uma memória de longas datas mantida no subconsciente, que lhes aconselhava a manterem-se em seu local de origem para não sofrerem maiores consequências, como nos afiança um dos entrevistados.

Eu tinha medo até de gente (risos)! Quando foi p’ra vim aqui p’ra Feira! Eu não sabia vim na Feira. Eu tinha medo até de gente. Cansei de chegar no Banco Econômico, que você devia ser menino, eu era novo, também começando a vida, eu já era casado. P’ra falar com o gerente do banco passava lá a manhã inteirinha. Levava de manhã até meio dia pa falar com o gerente de banco, porque era pa tomar dois conto emprestado. Dois conto. (PEREIRA, 2015, p. 8).

Além do mais, entre os meios mais populares da zona urbana, não faltavam pressões sociais sobre o funcionário, que por ínfima imagem pública no ambiente social, repetia comportamentos da elite como forma de afirmação e, do mesmo modo que na zona rural, a elite exercia fascínio sobre os mais carentes, também o operário se mira no espelho do patrão. Isso acaba desencadeando comportamentos semelhantes em relação ao tratamento dado aos indivíduos de menor expressividade social.

Tomamos, aqui, como exemplo o depoimento do senhor Divaldo Pereira Portugal, nascido em Feira de Santana, que por força de trabalhar numa empresa de grande porte na cidade, nos anos 40, era requisitado para representá-la nos funerais.

Os outros empregados só usavam roupazinha mescla. Porque eles vieram de fora, pagavam hotel. Eu era daqui, não fazia essa despesa de hotel, então eu comprava uma roupa melhor. “Seu Divaldo, carro mortuário, carro mortuário”. Aí mandava eu ir no enterro de seu fulano de tal e dizer que foi ele que mandou. (PORTUGAL, 2015, p. 8).

Deveria um representante da elite se trajar com certo rigor para não manchar o nome do proprietário e conseqüentemente denegrir a imagem da empresa. Isso evidentemente não afasta a possibilidade de ficarem os outros trabalhadores ressentidos, porque, enquanto eles trabalhavam, um deles ficava com uma atribuição de menor desgaste

físico, contribuindo sobremaneira para uma menor aceitação entre eles. Mas, ao mesmo tempo, reforçava a ideologia de que para se apresentar em público, a indumentária teria um padrão a ser seguido e não seria conveniente um representante vestido de mescla acompanhar um cortejo fúnebre sob pena de ser confundido com uma faixa social execrada e, portanto, tratado como um ser vil, aos olhos da elite na cidade.

Poderá se argumentar então que um operário também se veste adequadamente em seu trabalho, que os uniformes identificam-nos em meio ao público, e naquela época se exigia não somente ao operário, mas também aos estudantes, aos que frequentavam a igreja e outros locais públicos, o cumprimento desta norma. É exatamente dessa maneira que as autoridades tentavam suprir a inexistência de um sistema de controle social mais efetivo, que lhes permitissem identificar os indivíduos indesejáveis socialmente e, nesse sentido, o tabaréu deveria representar a faixa social mais visada, por pouco seguir esses preceitos. Vejamos o que diz o mesmo senhor Divaldo, mais adiante em seu depoimento, ao ser indagado se em Feira de Santana havia quartel da polícia.

Aqui tinha quartel, era a sede da polícia, onde hoje é a Câmara de Vereadores. Ali era a Cadeia Pública. Só tinha um soldado naquele meu tempo. O soldado levava uma pessoa preso, os coronéis que estavam assim: “Psiu! Por que tá levando ele preso?” Ah! Porque ele... “Ora vá, solte o homem que eu vou me entender com o delegado” Era assim. Coronel de patente fazia isso aí! (PORTUGAL, 2015, p. 10-11).

Essa era também uma das formas de crescer o poder político dos fazendeiros de maior prestígio porque os perseguidos lhe ficavam a dever um favor que não tinha como saldar, a não ser se dobrando a sua vontade, quando solicitado. Desta forma, os militares de patente ou os fazendeiros eram vistos como desagregadores da ordem estabelecida pelo Estado se tornando indesejáveis no espaço urbano, muito embora submetessem os demais a sua autoridade. Isso aumentava os conflitos e, conseqüentemente, minava os objetivos do poder central.

Ora, o tabaréu não só se caracteriza pelo sentimento de gratidão, como também pela reação ao preconceito da sociedade moderna. Nesse sentido, a leitura do segmento anterior seria esclarecedora como uma das formas de leitura possíveis na identificação dos que lhes amam e os que lhes desejam mal, como o predador que persegue a presa e o perseguido de menor recurso, que não se dobra a lutar pela vida. Esses tabaréus não se negam a receber com alegria os que amam e, nesse particular, o professor Raimundo Gonçalves Gama em seu depoimento enfatiza essa característica dizendo que

[...] Era uma alegria, a família, a cidade, o povoado, receber pessoas chamadas estranhas, que não eram do local. Feira teve uma grandiosidade em termos de São João, no entanto perdeu isso e não se aproveitou porque o mundo moderno desviou essas coisas boas da região. (GAMA, 2015, p. 6).

Como se percebe não era apenas no espaço urbano que essa alegria contagiava as pessoas, era também na família, na povoação e no campo, onde os espaços são mais amplos e se extravasavam os sentimentos. Ironicamente eram justamente nesses espaços de alegria contagiante que se davam acertos de contas relativas à quebra de acordo, surdo ou apalavrado, por uma rixa, falta de respeito com um membro da família, um dever enquanto amigo. Onde existe extremos, a tendência maior são os excessos. Não necessariamente o extremo enquanto indivíduo, mas pelas pressões do grupo do qual faz parte e que cobra atitudes. Aí sim, falta o polimento no homem que não analisa suas ações e se deixa levar pela paixão do momento, ditada pelas regras de comportamento do grupo ao qual pertence.

O músico José Carlos de Santana Rosa disse ter presenciado, durante a realização das festas na zona rural, desentendimentos nos quais pessoas saíram feridas, embora sem maiores gravidades; “[...] Não foi coisa muito grave assim não, um tapa assim, alguma coisa” (ROSA, 2015, p. 8). Acontece que a depender de quem apanha a coisa não para por aí, e quer uma desforra que pode descambar para novo duelo de consequências nefastas porque age de forma planejada.

Disso resulta que a população que migra para a zona urbana, onde os rostos são menos visíveis no aglomerado da população que circula pelas ruas, sempre aqui e ali acontecem desafios, nos quais alguns desses indivíduos se desentendem e aí descambam para a violência, que preenche as páginas de ocorrências policiais da cidade.

A zona rural se caracterizava pela pouca frequência dos oportunistas e pelo bom relacionamento entre as famílias, ainda que houvesse restrições a indivíduos mais petulantes. Mas todos se conheciam e sabiam que por trás de cada indivíduo existia uma família a quem deveria prestar satisfações de suas ações e manter o bom relacionamento por ter um nome a zelar. Esta pressão social era suficiente para não carecer de uma força policial regular, que mesmo na cidade faltava, como antes assinalamos, a exemplo de um fato execrado como o narrado por João Pereira de Menezes, no qual uma mulher se sujeitou a ser concubina de um padre e assustar as pessoas sob a forma de “mula de padre”, foi anistiada por seu avô, armado, que se encontrava com uma espada, mas argumenta que “naquele tempo era um respeito retado [...]” (MENEZES, 2014, p. 3). Vejam que mesmo

diante de um personagem desconhecido, cujo primeiro impulso foi se armar para um confronto, ao se sentir ameaçado, num segundo momento arrazoava que deveria prestar contas à autoridade religiosa, que julgava de maior influência servindo de justificativas para o medo.

Na atual zona urbana isto se dilui pela multidão que habita nesse espaço e se concentra nas moradias, nas escolas, nas ruas divididas por áreas de concentração da elite e dos pobres, ou em qualquer outro lugar de grande fluxo, e se distancia, ao mesmo tempo, dos olhos vigilantes dos genitores ocupados com a manutenção da família no setor de trabalho. Disso resulta o que poderíamos chamar de uma “educação de rua” que desvaloriza o homem, e quando as crianças chegam às escolas vêm carregadas de formações distorcidas porque aprenderam a conviver com pressões negativas, em sua grande maioria.

Tampouco as tradições mais caras tendem a ser mantidas, uma vez que resta pouco tempo para o diálogo, o que resulta num prejuízo incalculável de memória, na medida em que esta sofre uma interrupção ou ruptura, quando não se convive com técnicas e hábitos que recorrem a explicações que demandam profundidade de raízes e auxiliam a fixar marcos. O mundo da criança que vive no meio urbano está longe da vivência do campo, portanto, há pouco estímulo para a curiosidade no que tange a suas memórias. Diria com propriedade Halbwachs (2004, p.156), “existem, em outras palavras, quadros cujos vínculos se encontram mais ou menos definidos, seja porque nos aproximamos ou nos afastamos da época atual.” Será preciso mudar esta realidade por uma consciência mais aberta ao entendimento das carências do tabaréu pobre, que se distingue dos setores mais abastados, justamente pela versatilidade e adaptabilidade e aproximação com as formas de dominação.

## 5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Cada novo grupo humano que veio habitar o tabuleiro e o sertão desde o período colonial foi absorvendo, ao longo do tempo, os hábitos da cultura dos grupos Tapuias. O tabaréu é um remanescente dessa forma de vivência e adaptado ao ambiente que se modificou com a urbanização. No século XX, especialmente entre os anos de 1950 e 1990, com o início e a cristalização do processo de industrialização e urbanização no Brasil, os hábitos dos tabaréus passaram a destoar, ainda mais, do modo de viver convencional do meio urbano e tecnológico. As memórias registradas nesta pesquisa demonstram que houve mudanças profundas para o trabalho e o lazer do tabaréu nesse período e, ainda mais, foram estigmatizados numa proporção similar àquela sofrida pelas indígenas, judeus e ciganos no período colonial, ao ponto de ainda está o tabaréu associado a um ser ignorante, o que consiste, sobretudo, numa inverdade por tudo que aqui expusemos.

O tabaréu conhece muito bem, mesmo aqueles recentemente alfabetizados. Isto se deve a sua memória ágrafa, preservada pela tradição, que faz o tabuleiro ser, ainda no presente, um exemplo de resistência. Mesmo diante da pressão externa causada pelas sucessivas mudanças no meio e no comportamento da sociedade e das adaptações impostas ao tabaréu, a memória ainda conserva uma identidade de grupo que tinha como característica a simplicidade lúdica e o trabalho braçal.

Como consequência das transformações ocorridas no tabuleiro e, mesmo conservando a memória de suas tradições, o tabaréu não tem ciência que esse legado tem origem na cultura Tapuia e, tampouco de sua relação com os hábitos desses grupos nativos. As lembranças daquilo que fizeram por um período de suas vidas não têm a exata expressão de uma tradição secular, mas é recente e apoiada na memória das gerações imediatamente anteriores.

Por outro lado, foi possível perceber, ainda, que, nos dias atuais, a desconfiança do tabaréu com o habitante da cidade é cada vez menos difusa, visto que, num passado recente, o habitante do tabuleiro feirense que se havia adaptado à cidade era visto com receio. Mas ainda existe um distanciamento, especialmente com aqueles que migraram para outros centros mais distantes e adquiriram hábitos de linguagem distintos. Esses estão sujeitos às críticas, ao olho avesso, a análise no silêncio. E não foram poucos os casos de desentendimento com indivíduos que migraram para o sul do país, ou para a capital baiana, e depois, ao retornarem à região, serem tratados com desdém por copiar certas

características associadas ao exibicionismo, que revolta consideravelmente os mais humildes.

A memória de grupo, no entanto, ainda permanece nos hábitos urbanos, como por exemplo, a boa receptividade ao estranho, a divisão do alimento e carinho com os animais são ainda passíveis de se notar. Mesmo no espaço urbano, formando bolsões em bairros periféricos, criando meios de sobrevivência incomuns aos citadinos, que lhes impõem normas de comportamento, os hábitos tabaréus sobrevivem.

Mas a tensão econômica notada entre tabaréus abastados e pobres, na vivência com a agricultura e a pecuária, tornou-se muito maior no século XX. Entre as várias consequências para o tabaréu, a mais importante delas foi o impacto da inserção industrial no Brasil, que concorreu com os proprietários das fazendas, pela mão de obra atraída pela oferta do meio urbano. A exigência de mão de obra especializada, por sua vez, não atendeu aos anseios do tabaréu atraído para compor o operariado industrial, causando pobreza maior que a registrada no meio rural, onde havia já toda uma tradição na produção, que permitia negociações mais próximas com o fazendeiro e variadas alternativas de sobrevivência, aí temos a caça, a pesca, a criação de pequenos animais, a agricultura, o pequeno comércio e, concomitantemente, por em prática seu conhecimento, cultivar as boas relações e o lazer.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, 258 p.

ALENCAR, Hélder. Feira sem Feira. *Jornal Feira Hoje*. Feira de Santana, jan. 1977, Cad. de Domingo, p. 1, In: **Sitientibus**, UEFS, Feira de Santana: UEFS, 1977, jul./dez p. 305-335. Disponível em:

<[http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/17/projeto\\_memoria\\_da\\_feira\\_livre.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/17/projeto_memoria_da_feira_livre.pdf)>. Acesso em jan., 2015.

ALMEIDA, Oscar Damião. Colonização de Feira e Região. In: **Revista Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana**. nº 1, Feira de Santana: Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana, out. 2004, p. 35-43p.

ALVES, J. V. Portella F. **Seis séculos de artilharia: a história da arma dos fogos largos, poderosos e profundos**. V. 256 e 257, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1959, 527 p.

AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro \01. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. **Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de História colonial**. 1990, 165 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, UFBA, Salvador.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas**. 1650-1716, introdução e notas por André Mansuy Diniz Silva/Edusp, São Paulo: (Documenta Uspiniana II), 2007, 464 p.

BASTOS, Dr. Filinto Justiniano Ferreira. Recordações e votos. **Conferência** realizada no Theatro Sant'ana pelo Exm. Sr. Dez. Dr. Filinto Justiniano Ferreira Bastos. Salvador: Oficinas das “Duas Américas”, 1917, 57 p.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e Vaqueiros**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989, 458 p.

\_\_\_\_\_. Sob o Ditame do Rude Almajesto. In: **A Paisagem Urbana e o Homem: memórias de Feira de Santana**, Feira de Santana: UEFS Editora, 2006, p. 203-210.

\_\_\_\_\_. Sob o Ditame do Rude Almajesto. In: BRITO, C. A. O; OLIVEIRA, A. J (Org.) **Memórias Sertão**. Feira de Santana: Fundação Senhor dos Passos, 2013.

BRASIL. **Lei 6.746**, de 10 de dezembro de 1979. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Brasília, DF, 10 dez., 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm)> Acesso em nov., 2014.

CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque et al. **Inventário Analítico da Documentação Histórica do Acervo do Monsenhor Renato de Andrade Galvão**, Feira de Santana: UEFS, Centro de Pesquisa e Documentação de Feira de Santana, 1998, 168 p.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões** (Campanha de Canudos), 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013, 637 p.

FERREIRA, Antonio Moreira. **A Feira do século XX**. Feira de Santana: Editora Talentos, 2006, 198 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. 33<sup>a</sup> impressão, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, 1838 p.

FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaina. **Usos e abusos da História Oral**, 8. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, 304 p.

FREIRE, Luis Cleber Moraes. Os Carneiros no Sertão da Bahia. In: **Revista do Instituto Genealógico da Bahia**, n<sup>o</sup> 24, Salvador: Instituto Genealógico da Bahia, abril/2010, p. 190-226.

GALVÃO, Mons. Renato de Andrade. Os povoadores da região de Feira de Santana. In: **Sitientibus**, UEFS, Vol. 1, Feira de Santana: UEFS, jul/dez de 1982, p.25-31. Disponível em: <[http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/1/povoadores\\_da\\_regiao.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/1/povoadores_da_regiao.pdf)>. Acesso em nov., 2014.

GAMA, Raimundo Gonçalves. **Feira de Santana em Postais**. Feira de Santana: [s. n.], 2009, 242 p.

GENZ, Fernando. **Avaliação dos Efeitos da Barragem Pedra do Cavalo Sobre a Circulação Estuarina do Rio Paraguaçu e Baía de Iguape**. 2006. 266 f. Tese (Doutorado em Geologia) – Curso de Pós-Graduação em Geologia, Universidade Federal da Bahia. Disponível em:<<http://www.goat.fis.ufba.br/uploads/userfiles/207.pdf>>. Acesso em Jun., 2014.

GOMES, Sebastião Teixeira. Produção de Leite no Brasil. In: **Centro de Ciências Agrárias**, Departamento de Economia Rural, UFV, Viçosa, 1991, 8 p. Disponível em: <[http://www.ufv.br/der/docentes/stg/stg\\_artigos/Art\\_051%20-%20PRODU%C7%C3O%20DE%20LEITE%20NO%20BRASIL%20%283-10-91%29.pdf](http://www.ufv.br/der/docentes/stg/stg_artigos/Art_051%20-%20PRODU%C7%C3O%20DE%20LEITE%20NO%20BRASIL%20%283-10-91%29.pdf)>. Acesso em 20 Jun., 2014.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, Vol.2. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2. ed, tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003, 224 p.

\_\_\_\_\_. **Los Marcos Sociales de la Memória**. Postfácio de Gérard Namer, tradução de Manuel A, Baeza y Michel Mujica, Barcelona: Anthoropos Editorial [et al], 2004, 431 p.

LIMA, J. Almeida. **A Fazenda Santo Antônio**: no Tanquinho. São Paulo: [s. n.], 1983, 112 p.

MORAIS, Jaime Magalhães. **Memórias de uma Cristã nem tão Nova, Num Sertão nem tão Velho**. Feira de Santana: [s.n.], 2011, 127 p.

\_\_\_\_\_. Origens do Tabaréu, In: **Webartigos**, 2012, 20 p. Disponível em: <[http://www.webartigos.com/\\_resources/files/\\_modules/article/article\\_99367\\_201401290752555621.pdf](http://www.webartigos.com/_resources/files/_modules/article/article_99367_201401290752555621.pdf)>. Acesso em jan., 2015.

NEVES, Juliana Brainer Barroso. **Colonização e Resistência no Paraguaçu – Bahia, 1530 – 1678**. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Recife. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12855/1/juliana-brainer.pdf> >. Acesso em set., 2015.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**, 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, 446 p.

OLIVEIRA, C. F. R. M. **“Canções da cidade amanhecendo”**: urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. 2011. 263 f. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10624/3/2011\\_ClovisFredericoRamaianaMoraesOliveira.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10624/3/2011_ClovisFredericoRamaianaMoraesOliveira.pdf)>. Acesso em fev., 2015.

OLIVEIRA, Maria Vanilda Moraes. Prevendo o tempo em Tanquinho, Bahia. In: **Sitientibus**, UEFS, Vol. 6, Número Especial – Etnobiologia, Feira de Santana: UEFS, 2006, p. 25-31. Disponível em: < [http://www2.uefs.br/revistabiologia/pg6\\_ne.html](http://www2.uefs.br/revistabiologia/pg6_ne.html)>. Acesso em mar., 2014.

PEREIRA, Carlos José da Costa. **Artesanato e arte popular**: Bahia. Salvador: Progresso, 1957, 189 p.

POLLAK. Michael. Memória e Identidade Social. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 5. N.º 10, p. 200-212, 1992.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968, 328 p.

REIS, Wagner Alves. **Agostinho Fróes da Motta**: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em Feira de Santana, 2012, 219 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana. Disponível em: &lt;<http://www2.uefs.br/pgh/docs/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Disserta%C3%A7%C3%A3oWagner.pdf> &gt;. Acesso em nov., 2014.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**, São Paulo & Rio: Weizflog Irmãos, 1918, 632 p. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01861600#page/1/mode/1up>>. Acesso em jun., 2014.

SAMPAIO, Gastão. **Feira de Santana e o Vale do Jacuípe**. Salvador: Bureau, 1977, 242 p.

SANTOS, Marcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano**. 1640-1750. 2010. 433 p. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09072010-133900/>. Acesso em jul., 2014.

SOARES, Valter Guimarães. **Cartografia da Saudade**: Eurico Alves e a invenção da Bahia sertaneja. Salvador : EDUFBA ; Feira de Santana : UEFS Editora, 2009. 158 p.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro, 1851, 389 p. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>>. Acesso em jul., 2014.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. 10. ed. Salvador: EDUFBA, 2001, 542 p.

## FONTES

CERQUEIRA, J. dos S. Jurandir dos Santos Cerqueira. **Entrevista** [mar. 2015]. Entrevistador: Jaime M. Morais. Feira de Santana: Bairro Brasília, 2015, 2 DVD (72 min.). Entrevista documental prestada a Jaime M. Morais, Vitória da Conquista-Ba. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice L desta dissertação.

CERQUEIRA, M. L. de. Mario Lima de Cerqueira. **Entrevista** [mar. 2015]. Entrevistador: Jaime M. Morais. Feira de Santana: Bairro Brasília, 2015, 2 DVD (72 min.). Entrevista documental prestada a Jaime M. Morais, Vitória da Conquista-Ba. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

FREIRE, Luis Cleber Moraes. **Os Carneiros no Sertão da Bahia**. In: Revista do Instituto Genealógico da Bahia, nº 24, Salvador: Instituto Genealógico da Bahia, abril/2010, p. 190-226.

GAMA, R. G. Raimundo Gonçalves Gama. **Entrevista** [mar. 2015]. Entrevistador: Jaime M. Morais. Feira de Santana: Bairro Brasília, 2015, 2 DVD (47 min.). Entrevista documental prestada a Jaime M. Morais, Vitória da Conquista-Ba. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice H desta dissertação.

MAGALHÃES, M. M. Maria Moreira Magalhães. **Entrevista** [mar. 2015]. Entrevistador: Jaime M. Morais. Tanquinho: Centro, 2015, 2 DVD (13 min.). Entrevista documental

prestada a Jaime M. Morais, Vitória da Conquista-Ba. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice F desta dissertação.

MENEZES, J. P. de. João Pereira de Menezes: depoimento. **Entrevista** [abr. 2014]. Entrevistador: Jaime M. Morais. Feira de Santana: Jaguará, 2014, 1 DVD (25 min.). Entrevista documental prestada a Jaime M. Morais, Vitória da Conquista-Ba. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice E desta dissertação.

MORAIS, Jaime Magalhães. **Homens de Sete Instrumentos: o trabalho dos marceneiros nas portas das residências em Tanquinho**. São Paulo: Biblioteca 24horas, 2009, 122 p.

\_\_\_\_\_. **Memórias de uma Cristã nem tão Nova, Num Sertão nem tão Velho**; Feira de Santana: [s.n.], 2011, 127 p.

\_\_\_\_\_. **Origens do Tabaréu**, artigo acadêmico, Webartigos, 2012, 20 p. Disponível em: <[http://www.webartigos.com/\\_resources/files/\\_modules/article/article\\_99367\\_201401290752555621.pdf](http://www.webartigos.com/_resources/files/_modules/article/article_99367_201401290752555621.pdf)>. Acesso em maio, 2014.

MOREIRA, E. G. Elias Gomes Moreira. **Entrevista** [mar. 2015]. Entrevistador: Jaime M. Morais. Feira de Santana: Bonfim de Feira, 2015, 3 DVD (50 min.). Entrevista documental prestada a Jaime M. Morais, Vitória da Conquista-Ba. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice K desta dissertação.

OLIVEIRA, A. C. Arlinda Cruz de Oliveira. **Entrevista** [mar. 2015]. Entrevistador: Jaime M. Morais. Tanquinho: Centro, 2015, 1 DVD (26 min.). Entrevista documental prestada a Jaime M. Morais, Vitória da Conquista-Ba. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice D desta dissertação.

PEREIRA, A. R. Antônio Raimundo Pereira. **Entrevista** [fev. 2015]. Entrevistador: Jaime M. Morais. Feira de Santana: Bairro Brasília, 2015, 1 DVD (37 min.). Entrevista documental prestada a Jaime M. Morais, Vitória da Conquista-Ba. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice C desta dissertação.

PORTUGAL, D. P. Divaldo Pereira Portugal. **Entrevista** [mar. 2015]. Entrevistador: Jaime M. Morais. Feira de Santana: Bairro Brasília, 2015, 3 DVD (90 min.). Entrevista documental prestada a Jaime M. Morais, Vitória da Conquista-Ba. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice J desta dissertação.

ROSA, J. C. de S. José Carlos de Santana Rosa. **Entrevista** [abr. 2015]. Entrevistador: Jaime M. Morais. Feira de Santana: Bairro Pampalona, 2015, 1 DVD (26 min.). Entrevista documental prestada a Jaime M. Morais, Vitória da Conquista-Ba. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice I desta dissertação.

SANTOS, E. J. dos. Edmundo José dos Santos. **Entrevista** [fev. 2015]. Entrevistador: Jaime M. Morais. Tanquinho: Centro, 2015, 2 DVD (64 min.). Entrevista documental prestada a Jaime M. Morais, Vitória da Conquista-Ba. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice G desta dissertação.

SILVA, A. R. Antônio Ribeiro Silva. **Entrevista** [fev. 2015]. Entrevistador: Jaime M. Morais. Feira de Santana: Bairro Irmã Dulce, 2015, 1 DVD (34 min.). Entrevista documental prestada a Jaime M. Morais, Vitória da Conquista-Ba. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.